

# Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário  
9 de Abril de 1992  
Preço: 120\$00  
Nº 955  
Director:  
Carlos Brito

## Álvaro Cunhal na Voz do Operário:

«O sistema socioeconómico que o actual Governo de direita pretende restaurar será no essencial (se este processo se concluir) idêntico ao existente no tempo do fascismo.

Digo o sistema socioeconómico. Não digo o regime político. Porque, nas condições actualmente existentes, o capitalismo monopolista, a ser concretizado, o será não no quadro de uma ditadura fascista como foi antes do 25 de Abril, mas

no quadro de uma democracia parlamentar cujos mecanismos estatais e jurídicos acabarão por ser igualmente controlados no fundamental por grandes grupos económicos dominantes associados a transnacionais.»

Discurso de Álvaro Cunhal na Assembleia do Sector Público da ORL - Págs. 4 e 5

## Loures: o Governo contra o parque

Acções inconcebíveis do Governo põem em causa o parque municipal de Loures

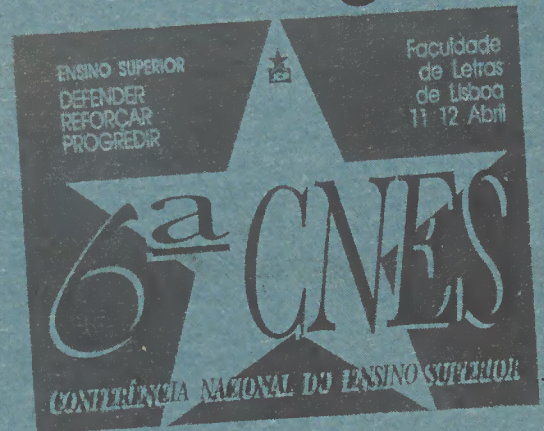
Reportagem nas págs. 22 e 23

## O «monstro» Schengen e as perversões autoritárias

Editorial  
Pág. 2



organiza



6.ª Conferência Nacional do Ensino Superior

Páginas centrais



O Estalinismo

Págs. 20 e 21





Os trabalhadores do Metro e da Carris prosseguiram durante a passada semana a sua luta por melhores salários e condições de trabalho mais favoráveis

## RESUMO

### 1 Quarta-feira

Sobe de tom o conflito político entre o PS e o PSD, a propósito das acusações feitas pelos socialistas a João Jardim. O secretário de Estado Luís Capoulas revela que os cereais não serão abrangidos pelo subsídio de 20 milhões de contos, destinado a minimizar os efeitos da seca. Os ministros da Defesa da NATO reúnem-se com os seus homólogos dos países do Leste europeu. O primeiro-ministro britânico acusa os liberais-democratas de serem os responsáveis pela descida dos conservadores. A Líbia contesta a legalidade das sanções que o Conselho de Segurança da ONU decidiu contra aquele país árabe. Tem início em Luena, Angola, o processo de desmobilização de tropas governamentais e da UNITA. Continuam as greves nos transportes urbanos de Lisboa.

### 2 Quinta-feira

Coronéis e outros oficiais superiores do Exército reúnem-se em Oeiras, contestando a perspectiva de reforma antecipada que o Governo lhes prepara. O tribunal não dá razão à queixa apresentada por Cadilhe, ex-ministro de Cavaco, contra o semanário «O Independente». Lech Walesa declara que a sua visita à Alemanha foi pouco positiva e que os contactos mantidos foram complicados. Béregovoy é escolhido por Mitterrand para primeiro-ministro da França, em substituição de Edith Cresson. Savimbi confirma finalmente a morte de Chingundji, enquanto o dissidente Puna o acusa de ser o autor, através da sua guarda pessoal, dos assassinatos.

### 3 Sexta-feira

Cavaco Silva anuncia inesperadamente a decisão — que o próprio Governo desconheceu até ser tomada — de fazer entrar o escudo português no Sistema Monetário Europeu. Uma lista de independentes vence folgadoamente a segunda volta das eleições para a Associação Académica de Coimbra, derrotando os adeptos do PSD. A Unita proíbe a entrada na Jamba a jornalistas que pretendiam acompanhar uma delegação da Comissão Mista de Verificação e Fiscalização. Tem início em Beja as Jornadas Parlamentares do PCP, com a participação de Carlos Carvalhas. O Presidente Khadafi apela aos líbios que cessem os ataques às embaixadas dos estados que votaram no Conselho de Segurança as sanções contra o seu país. Morre em Lisboa o tenente-coronel Salgueiro Maia, capitão de Abril que obteve junto ao Carmo a rendição de Marcelo Caetano.

### 4 Sábado

Álvaro Cunhal intervém no encerramento da 3ª Assembleia do Sector Público da Organização Regional de Lisboa do PCP. Os ministros da Energia da CE, em reunião informal em Vilamoura,

debatem a liberalização da importação e exportação de gás e electricidade. Populares e autarcas promovem uma jornada de defesa do Parque de Montachique. Termina o 6º Congresso da UJC de Cuba, com uma intervenção de Fidel Castro. Confrontos entre a Guarda Nacional e apoiantes de Gamsakhurdia fazem 28 mortos na Geórgia. Tropas turcas prosseguem os ataques a resistentes curdos. George Bush adianta propostas para reformar o sistema político dos EUA.

### 5 Domingo

António Guterres visita a RA da Madeira. Em Tróia reúne o Fórum da Juventude da CE. A Frente Islâmica de Salvação apela à luta por todas as formas contra o poder na Argélia. Os EUA pedem aos cidadãos norte-americanos que abandonem a Líbia. Na Bósnia morrem centenas de pessoas em consequência de combates entre o exército jugoslavo e milícias croatas. Nas eleições regionais alemãs a extrema-direita sobe, em detrimento da CDU de Kohl. No Peru tem lugar um golpe de Estado, dirigido pelo presidente Fujimori.

### 6 Segunda-feira

Os trabalhadores do Metro e da Carris iniciam mais uma semana de greves. É inaugurado o Gabinete de Apoio à Imprensa, que vem substituir a DGCS. Dezenas de milhares de agricultores desfilam frente ao Parlamento Europeu protestando contra a reforma da PAC e as negociações do GATT. Cavaco Silva apresenta aos jornalistas um balanço do primeiro trimestre da presidência portuguesa da CE. Os ministros dos Estrangeiros dos doze decidem reconhecer a independência da Bósnia-Herzegovina e levantar o embargo petrolífero à África do Sul. A Democracia Cristã sofre uma pesada derrota nas eleições legislativas italianas. Em Moscovo iniciam-se os trabalhos do Congresso de Deputados do Povo da Rússia. A Ucrânia decide assumir o controlo de todas as forças militares convencionais instaladas no seu território.

### 7 Terça-feira

Manuel Monteiro, presidente do CDS, anuncia rompimento do acordo celebrado entre o seu partido e o PS na Câmara de Lisboa e os dois vereadores centristas puseram os seus pelouros à disposição. Jaime Gama, líder parlamentar socialista, acusa Barbosa de Melo de inverter regras elementares do Parlamento. O PCP, em nota sua Comissão Política, contesta a ideia de que Portugal está a dar passos numa caminhada para o "pelotão da frente" da Comunidade Europeia. O presidente russo, Boris Ieltsin, elabora um decreto colocando a esquadra do mar Negro sob jurisdição russa, um dia depois de a Ucrânia ter decidido criar a sua própria esquadra com base naquela. Os EUA anunciam o reconhecimento de três ex-repúblicas jugoslavas: Eslovénia, Croácia e Bósnia-Herzegovina. Os resultados oficiais das eleições em Itália revelam que a coligação de centro-esquerda conserva a maioria no Parlamento.

# O «monstro» Schengen e as perversões autoritárias

Vários acontecimentos ocorridos ou vindos a lume na última semana voltam a chamar a atenção para as perversões autoritárias que espreitam a nossa democracia.

Ao contrário do que se chegou a admitir, o Governo e o PSD acabaram por forçar a votação do Acordo de Schengen, na passada quinta-feira, ignorando os sinais de preocupação e até de alarme que o texto do Acordo suscita entre os democratas que dele tomam conhecimento detalhado.

Lamentavelmente o PS (com excepção do deputado Manuel Alegre, que se absteve) acompanhou como se previa o voto de aprovação da direita (PSD e CDS), metendo na gaveta os escrúpulos democráticos que timidamente exprimiu e as preocupações que tem manifestado em relação às minorias étnicas, duramente visadas pelo texto de Schengen.

O Governo não foi capaz de explicar as razões da pressa com que impôs a aprovação parlamentar, sem debate conveniente e sem grande parte das audições reclamadas pela oposição, de um acordo que briga seriamente, como todos reconhecem, com a nossa constituição, que tem suscitado graves objecções noutros países e que ainda não foi ratificado por nenhum dos Estados signatários.

Sussurra-se nos corredores de S. Bento que estão em causa 25 milhões de contos para reestruturação das polícias e áreas de segurança portuguesas e que a ratificação do Acordo pelo nosso país funcionaria como um penhor para obtenção daqueles fundos.

É um escândalo que o Governo tem a obrigação de esclarecer prontamente se não quiser ser acusado de estar a vender fatias da soberania nacional e da liberdade dos portugueses por um prato de lentilhas.

A aprovação do Acordo de Schengen comporta graves repercussões para os direitos, liberdades e garantias dos portugueses.

Como já salientámos neste local, motivam especial preocupação: «o sistema de informações Schengen» com o seu banco de dados informático reunindo fichas pessoais à escala do espaço Schengen; a «vigilância discreta» (incluindo escutas telefónicas e violação de correspondência?), a cargo deste sistema, de uma vasta gama de informações; as «perseguições» e «vigilâncias» permitidas às polícias estrangeiras no espaço dos países signatários, no nosso caso especialmente relevante no que se refere às polícias espanholas; as obrigações cometidas às empresas transportadoras e hoteleiras neste complexo siste-

ma de controlo policial dos cidadãos; as orientações em matéria de vistos, subordinadas não às nossas tradições e interesses (em relação ao Brasil e aos PALOPs), mas aos interesses dos mais importantes países comunitários como a Alemanha.

O SIS que o Acordo visa criar é um poderoso estado dentro dos estados, a quem compete, segundo o texto de Schengen, «preservar a ordem e a segurança públicas, incluindo a segurança do Estado, bem como a aplicação das disposições sobre a circulação de pessoas nos territórios das Partes Contratantes».

A «Europa dos cidadãos» está, como se vê, nas mãos das polícias. Mais que garantir a liberdade de cir-

**«Essas operações de vigilância lembram os tempos da ditadura e as práticas sinistras da PIDE e constituem inequivocamente um atentado aos direitos constitucionais dos portugueses.»**

culação dos cidadãos, o Acordo de Schengen visa legalizar a liberdade de circulação e intervenção, por cima das fronteiras, das forças policiais.

Por tudo isto, o PCP insistirá, como foi anunciado pela sua Comissão Política, neste período que antecede a decisão do Presidente da República sobre a ratificação do Acordo, na chamada de atenção da opinião pública e em novas iniciativas parlamentares que esclareçam as graves implicações de Schengen e a necessidade de severas medidas de fiscalização política no caso de vir a ser ratificado.

A manifesta simpatia do Governo de Cavaco Silva pelo Acordo de Schengen enquadra-se perfeitamente na tentação de policiar a sociedade portuguesa por ele demonstrada desde que obteve a maioria absoluta.

As revelações vindas a público na imprensa do passado fim-de-semana sobre as operações de vigilância que os «serviços de informações» estão a fazer a movimentos de trabalhadores, estudantes e às comunidades africanas residentes em Portugal, com vista a detectar preparativos de greves ou manifestações, não podiam deixar de chocar e alertar a consciência democrática do país. É preciso dizer que, se se verificaram, essas operações de vigilância lembram os tempos da ditadura e as práticas sinistras da PIDE e que constituem inequivocamente um atentado aos direitos constitucionais dos portugueses.

O Governo está, por isso, obrigado a esclarecer a opinião pública nacional e a pôr termo a essas actuações abusivas dos serviços de informações, mas a Assembleia da República e a sua Comissão de Fiscalização dos Serviços de Informações não podem também declinar as suas responsabilidades em matéria de tanta gravidade.

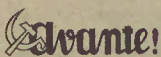
O recente despacho do Presidente da Assembleia da República, Dr. Barbosa de Melo, sobre o regime de fixação das ordens do dia, posteriormente confirmado pela bancada parlamentar do PSD, constitui mais uma grave limitação dos direitos da oposição e restringe a própria capacidade fiscalizadora da Assembleia da República em relação ao Governo.

Até agora, os grupos parlamentares podiam usar o seu direito de fixar um certo número (muito limitado) de ordens do dia da Assembleia para promover a discussão de projectos de lei e outras iniciativas legislativas ou para provocar debates sobre matérias de grande relevo político, económico ou social. A partir de agora esta segunda e importantíssima faculdade fica vedada. O poder do PSD põe e dispõe assim, a seu belo prazer, de forma claramente antidemocrática, do regimento da Assembleia da República e do próprio órgão de soberania.

Repetidamente instado pela oposição e em especial pelo PCP a dar contas à Assembleia da República sobre o estado da economia, o processo de integração, as orientações nacionais para a União Económica e o Sistema Monetário Europeu (SME), o Governo, ao longo dos meses, fez ouvidos de mercador e mostrou-se desentendido.

No entanto, agora que colocou o país, as forças políticas e os agentes económicos perante o facto consumado de integração do escudo no SME, tomou ele próprio a iniciativa de provocar um debate na Assembleia da República. Não se tratou evidentemente de uma discussão para procurar os caminhos que melhor sirvam o interesse nacional e a forma de reforçar o poder negocial do País para concretizá-los. Tratou-se de uma parada de propaganda do Governo.

As operações propagandísticas do Governo não conseguem, porém, ocultar que as «performances» comunitárias do cavaquismo são feitas à custa do bem-estar da grande maioria dos portugueses. A precipitada integração do escudo no SME vai significar para os trabalhadores o prosseguimento da dura política de contenção salarial e o aumento do desemprego. Importa por isso não abrandar a luta de massas e prepararmo-nos para os dias em que se vai tornar ainda mais imperiosa.



Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 793 82 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 76 97 25/76 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Rua de São Bernardo, 14, 2º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matricula: 47059. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial Avante! — R. S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Fax: 3968793; Telex: 65791; Telef. (01) 395 21 93

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição

Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04

Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra — Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pisos, 326, Guifões, 4450 Matosinhos Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Composto e impresso na Hebe Portuguesa R. Elias Garcia, 27 Vanda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

#### TABELA DE ASSINATURAS \*

PORTUGAL (CONTINENTE)	— 50 números: 5.400\$00; 25 números: 2.790\$00
REGIÕES AUTÓNOMAS	— 50 números: 6.786\$00
ESPAÑA	— 50 números: 8.326\$00
MACAU	— 50 números: 13.042\$00
GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE	— 50 números: 14.056\$00
EUROPA (e ARGÉLIA, MARRUCOS, TUNÍSIA)	— 50 números: 14.960\$00
EXTRA-EUROPA	— 50 números: 18.760\$00

\* IVA e portes incluídos

Nome \_\_\_\_\_  
Morada \_\_\_\_\_ Telef. \_\_\_\_\_  
Código Postal \_\_\_\_\_

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado do cheque ou vale do correio.



## Greves, Schengen e integração do escudo no SME

# A política do Governo contra os interesses do País

Na sua reunião de 6 de Abril, a Comissão Política do PCP, a par de questões relativas ao desenvolvimento da actividade e tarefas do Partido, analisou aspectos particularmente significativos da situação social e política do País.

**1** — A Comissão Política do PCP chama a atenção para que o Primeiro-Ministro e o Governo do PSD procuram manifestamente, através de sofisticadas operações de propaganda designadamente como a que está em curso em torno da integração do escudo no mecanismo cambial do SME, desviar as atenções da amplitude, profundidade e gravidade dos problemas sociais e económicos do país.

O Primeiro-Ministro e o Governo PSD procuram relançar a mitologia de «democracia de sucesso», insistindo mesmo na flagrante desonestidade política que consiste em inculcar a ideia de que Portugal está numa caminhada para o «pelotão da frente» da CEE, quando a verdade é que em praticamente todas as áreas da vida nacional e em relação aos principais sectores sociais se sucedem os factos e os acontecimentos que ilustram gritantes carências, agudos problemas, profundas injustiças e consideráveis atrasos que só por si testemunham o fracasso da política que o PSD impõe ao país desde há 13 anos.

**2** — A Comissão Política do PCP salienta o largo descontentamento e indignação que vastas camadas da população estão sentindo face aos consideráveis aumentos de preços da generalidade dos produtos, bens e serviços, em resultado designadamente do brutal agravamento das taxas do IVA abrangendo cerca de 4000 produtos.

Enquanto o Governo se dedica a tiradas tão grandiloquentes quanto vazias, grande parte das famílias portuguesas está confrontada com angustiantes apertos nos seus orçamentos e a sua vida quotidiana é marcada pelo aumento do custo de vida, por mais ásperas dificuldades e por uma inaceitável e crescente desestabilização.

**3** — A Comissão Política considera que a responsabilidade pela não resolução dos conflitos laborais que se arrastam há várias semanas no sector dos transportes (Metro e Garris) e que causam sérios prejuízos aos trabalhadores e consideráveis transtornos aos utentes dos transportes e às populações em geral, cabe inteiramente à intransigência do Governo que tem continuado a revelar um grande e intolerável desprezo pelos interesses dos trabalhadores e das populações.

As reivindicações dos trabalhadores - algumas há anos por satisfazer - são justas e devem ser rapidamente satisfeitas.

A intransigência negocial do Governo só se explica porque o Governo quer fazer destas empresas um exemplo contra a luta reivindicativa geral.

O PCP recorda ainda que o Governo continua a discriminar os trabalhadores da Administração Pública e nem sequer cumpre as suas próprias promessas, pois os aumentos não ultrapassaram os 8%, fixados arbitrariamente por Portaria, em ostensiva violação do direito à negociação colectiva.

**4** — A Comissão Política reclama um urgente e cabal esclarecimento da notícia segundo a qual o SIS (Serviço de Informações de Segurança) estaria a proceder à investigação e vigilância de actividades sindicais, de lutas estudantis e de iniciativas das comunidades africanas em Portugal.

Não existe qualquer razão de segurança interna que justifique tais actividades que, a confirmarem-se, seriam profundamente lesivas dos direitos e liberdades individuais e intoleravelmente abusivas.

De registar que esta notícia coincide com outras orientações ou perspectivas de degradação da democracia política ou de limitação das liberdades.

Saliente-se, em particular, a aprovação na A.R. em 2 de Abril de 1992, com o voto contra do PCP, dos Acordos de Schengen que, como o PCP tem salientado, se baseiam numa orientação de reforço dos poderes policiais com graves prejuízos para as liberdades e direitos individuais e limitações de soberania que não podem deixar de suscitar uma enorme inquietação e uma firme oposição.

A Comissão Política não pode deixar de lamentar que o PS, ao lado do PSD e do CDS, tenha aprovado tais acordos.

As recentes notícias acerca das actividades do SIS, bem como anteriores notícias acerca das acções da DIN-FO, a criação em Estrasburgo do Serviço de Informações Schengen e outras normas dos Acordos de Schengen reclamam o alerta da opinião pública, a transparência e estrita legalidade de todas estas actividades, a criação de mecanismos eficazes de prestação de contas e a sua fiscalização democrática, em particular pela Assembleia da República, matéria a que o Grupo Parlamentar do PCP prestará particular atenção e sobre a qual desencadeará novas iniciativas.

**5** — A Comissão Política analisou a decisão do Governo de integrar o escudo no mecanismo de taxas de câmbio do Sistema Monetário Europeu.

O PCP reafirma que tal decisão, tendo em conta a sobrevalorização do escudo, a elevada taxa de inflação, a acentuação do défice comercial e as patentes vulnerabilidades da economia portuguesa, não corresponde ao inter-

esse do desenvolvimento dos sectores e empresas produtivas do nosso país, por não estarem reunidas as condições económicas que a aconselhasse ou justificasse.

A política cambial que o Governo vem praticando nos últimos 18 meses conduziu a uma forte apreciação real do escudo, que afectou muito negativamente a competitividade pelos preços da generalidade das produções portuguesas e provocou perdas de quotas de mercado no país e no exterior.

Ao fixar, a um nível sobrevalorizado, a paridade cambial do escudo em relação ao ECU e às restantes dez moedas que integram o SME, o Governo veio agravar as dificuldades competitivas das empresas produtivas nacionais.

A Comissão Política do PCP considera negativo que o Governo tenha «abdicado da possibilidade de utilizar a desvalorização do escudo como instrumento de política económica», sem que, como resulta do próprio comunicado do Conselho de Ministros, haja qualquer contrapartida em benefícios reais para a economia portuguesa.

Acentue-se que nada prova que a desaceleração recente da inflação seja sustentada, quer porque foi alterado o índice de preços no consumidor quer porque ainda se não fizeram sentir sobre esse índice os efeitos dos aumentos de preços provocados pelo agravamento do IVA.

Acresce que, na lógica da política governamental, a abdicção da política monetária e cambial como instrumento macro-económico significa converter a contenção dos salários e o aumento do desemprego em principais instrumentos para fazer face à concorrência externa.

A baixa das taxas de juro, absolutamente necessária e reiteradamente exigida pelo PCP, deveria, aliás, ser um dos pressupostos à decisão de integração do escudo no SME. A decisão do Banco de Portugal de baixar em um ponto a taxa de desconto, que não decorre automaticamente da integração do escudo no SME, como se pretende fazer crer, já poderia e deveria ter sido tomada há muito tempo e é manifestamente insuficiente.

Sendo certo que a integração no mecanismo de taxas de câmbio do SME sempre deveria procurar-se na banda larga de 6%, a Comissão Política recorda que essa possibilidade existia até 1994, pelo que não justifica a precipitação da decisão do Governo.

Mais uma vez, o Governo privilegia os critérios de convergência nominal em detrimento da convergência real da economia nacional com a dos restantes países comunitários.

A Comissão Política critica frontalmente a opção do Governo, expressa no comunicado do Conselho de Ministros, de que «a partir de agora a convergência nominal deixa de ser uma meta desejável para ser um objectivo essencial uma vez que assim põe em causa a capacidade competitiva da economia portuguesa e ameaçando o aumento do desemprego.

**6** — A Comissão Política do PCP sublinha a acrescida importância que na actual conjuntura política nacional, assumem as próximas jornadas comemorativas do 25 de Abril e do 1º de Maio.

Numa situação em que se intensifica a ofensiva da política de direita voltada para o agravamento das condições de vida da população, para a acentuação das injustiças e desigualdades sociais, para a restrição dos direitos dos trabalhadores, para a mutilação da democracia política e para a reconstituição do poder do grande capital sobre a economia e a vida nacional, é imperioso que desde já as comemorações populares e unitárias do 25 de Abril sejam encaradas como uma importante jornada de renovada afirmação, presença e projecção das aspirações, ideais e valores desse imperecível marco histórico na vida portuguesa que conserva fundas raízes na consciência nacional e que continua a constituir um essencial património inspirador dos caminhos da liberdade, democracia, bem-estar e progresso social que o presente e o futuro de Portugal democrático reclamam.

Lisboa, 7 de Abril de 1992

A Comissão Política do CC do PCP





# Organização do Sector Público da ORL

## 3ª Assembleia virada para a acção

### Defender o sector empresarial

### Extractos da intervenção



A 3ª Assembleia da Organização do Sector Público da Organização Regional de Lisboa do PCP, realizada no passado sábado na Voz do Operário e na qual participou o secretário-geral do Partido, apontou linhas e proposta concretas de intervenção em defesa do sector empresarial do Estado, pelo reforço da unidade e acção dos trabalhadores, para o melhor funcionamento da estrutura e o alargamento da implantação dos comunistas nos locais de trabalho. Na assembleia participaram 72 delegados dos 1273 militantes comunistas do distrito de Lisboa nas empresas AGA, CTT, EDP, Epac, Epal, GDP, Marconi, Petrogal e TLP.

O debate, que motivou cerca de duas dezenas de intervenções, teve por base um projecto de resolução política onde foram tratadas grandes questões do actual momento, bem como as alterações verificadas a vários níveis desde a anterior assembleia, em Abril de 1989: a ofensiva contra o sector empresarial do Estado e a situação de cada uma das nove empresas do Sector Público da ORL, a situação social e a intervenção dos comunistas nas estruturas unitárias, a organização do Partido e a ligação aos restantes trabalhadores. A discussão antes e durante a assembleia resultou em meia centena de alterações ao projecto inicial. A resolução política foi aprovada por unanimidade, tal como um manifesto saudando os trabalhadores em luta e reafirmando o empenhamento dos comunistas no combate «por uma vida mais digna, livre e democrática no Portugal de Abril».

Igualmente por unanimidade, foi eleito o novo organismo de direcção da Organização do Sector Público, constituído por 36 camaradas: Agostinho Santos Silva, António José Costa Serafim, António Manuel Conceição Vale, António Oliveira Serra, António Pimentel Teixeira, Artur Celestino Matias, Artur Malheiro, Artur Rodrigues Gavieiro, Carlos Alberto Conceição Rodrigues, Carlos Alberto Mourinho, César Roussado, Domingos Batata, Eduardo Manuel Espírito Santo, Flávio Santos Silva, Frederico Tarré Sousa, Hugo Xavier Basto, Isabel Vitória Figueiredo, João Dias Coelho, João Lopes, João Manuel Rodrigues, José Martins Lopes, José Alfredo Leal Oliveira, José Carlos Pires, José Martinho Jesus Miguel, José Soares Aldeia, Manuel Ernesto Pacheco Vieira, Manuel Francisco Gonçalves, Maria Amélia Vieira Monteiro, Maria Antónia Bergano Santos, Maria de Jesus Diniz, Maria de Lourdes Dias, Maria Luísa Varela, Rui Rocha, Sidónio António Domingues, Vicente José Pedras Cortes e Victor Manuel Ribeiro Santos.

#### TLP

Ainda durante a assembleia foi anunciado que um dos objectivos apontados na resolução (aumentar a votação e os eleitos da lista unitária na comissão de trabalhadores dos TLP) fora já atingido: nas eleições de 31 de Março aquela lista obteve mais 300 votos e mais um mandato que em 1990.

(...)

O nome da organização do Sector Público pode suscitar um equívoco para quem não conheça a estrutura da organização do Partido na Organização Regional de Lisboa.

É que esta organização respeita não a todo o sector empresarial do Estado (SEE), mas apenas a 9 grandes empresas: EDP, GDP, CTT, TLP, Marconi, EPAL, EPAC, AGA e Petrogal.

Trata-se de algumas das empresas de importância estratégica para a economia nacional, mas de apenas uma parte do SEE, no qual há que destacar, também com importância estratégica, bancos, companhias de seguros, grandes empresas de transportes, cimentos, celuloses, siderurgia, química, estaleiros e outras.

Os problemas relativos às 9 empresas indicadas, muito legitimamente tratados com as suas especificidades na Assembleia que acaba de realizar-se, têm também de ser considerados no quadro geral dos problemas do SEE.

### A restauração do capitalismo monopolista

**A política de sucessivos governos, desde que a partir de 1976 foi desencadeado o processo contra-revolucionário, tem tido como objectivo estratégico básico e eixo central de orientações, decisões e medidas nas áreas económica, social e política a reconstituição de grandes grupos capitalistas dominantes, a restauração do capitalismo monopolista, conduzindo a um sistema de capitalismo monopolista de Estado.**

Por outras palavras. Sucessivos governos têm tido, e o actual Governo tem como objectivo estratégico básico, conduzir (ou reconduzir) Portugal a um sistema político e económico no qual - em vez de ser o Estado (na defesa dos interesses do país e do povo) a ter uma intervenção orientadora e correctora da política económica e social e a definir as normas jurídicas em que a actividade económica e os direitos sociais se desenvolvam - serão grandes e poderosos grupos económicos a determinar a acção do Estado e a ordem jurídica.

O sistema socioeconómico que o actual Governo de direita pretende restaurar será no essencial (se este processo se concluir) idêntico ao existente no tempo do fascismo. Digo o sistema socioeconómico. Não digo o regime político. Porque, nas condições actualmente existentes, o capitalismo monopolista, a ser concretizado, o será não no quadro de uma ditadura fascista como foi antes do 25 de Abril, mas no quadro de uma democracia parlamentar cujos mecanismos estatais e jurídicos acabarão por ser igualmente controlados no fundamental por grandes grupos económicos dominantes associados a transnacionais.

**A consciência de que este é um aspecto básico central e determinante da política de direita é indispensável para a compreensão global dessa política, a luta contra ela e a visão das condições e perspectivas da sua evolução.**

### O tenebroso processo das privatizações

A reconstituição e restauração de grandes grupos económicos dominando os sectores básicos da economia portuguesa tem-se operado desde o início do processo contra-revolucionário através fundamentalmente do processo de privatizações, caracterizado por uma operação gigantesca e sistematizada de esbulho de bens do Estado para os entregar ao grande capital.

As 9 empresas relativas a esta organização do Partido são apenas uma pequena parte de todo o processo. Mas os casos são exemplares.

Diz-se, em linguagem envolta em luvas brancas, que a este processo «falta transparência». Mas, em palavras mais chãs, pode com verdade definir-se este processo como um sinistro e tenebroso historial de ilegalidades, abusos do poder, roubalheiras, fraudes, negociatas ilícitas e os mais baixos conluios chafurdando em sucessivos escândalos de corrupção (cuidadosamente protegidos e abafados) aos mais altos níveis do poder.

Como classificar de outra forma os métodos em certa altura impostos de estrangulamento financeiro para pretextar ulteriormente a privatização?

Como classificar de outra forma a administração de empresas do Estado por gente que aí prepara a sua privatização, havendo casos em que aparece depois na administração das empresas privadas que lhes sucedem?

Como classificar de outra forma os casos em que os encarregados de avaliar as empresas públicas para efeitos do seu leilão, as subavaliam e depois as arrematam?, e os casos das chamadas indemnizações progressivamente aumentadas?, e de entrega pura e simples e por tuta e meia aos antigos monopolistas do tempo do fascismo aos quais é facilitado o acesso a dados confidenciais do banco a privatizar e a que aparecem miraculosamente sem concorrentes como nos casos dos Espírito Santo no BESCL e na Tranquilidade e dos Mellos na Sociedade Financeira Portuguesa?

Como classificar o pretexto invocado dos prejuízos das empresas públicas, quando se está verificando prioritariamente a privatização de empresas altamente rentáveis, como é o caso de bancos e companhias de seguros?, e o desmembramento do património e da actividade e a constituição de empresas autónomas (como referiram os camaradas João Lopes, Vítor Santos, Garcia e outros), para a privatização daquilo que é rentável, como nos casos da AGA, da EPAC, dos CTT e TLP?

Como classificar de outra forma a transformação das Empresas Públicas em Sociedades Anónimas (como são os casos consumados ou em andamento diverso, sublinhados na Assembleia, da EDP, GDP, Petrogal, EPAC, EPAL, TLP e CTT) inicialmente de capitais exclusivamente públicos, depois com afirmada garantia de maioria de capital do Estado e acabando por admitir-se a total privatização (assunto tratado pelo camarada Serra e outros camaradas)?

Como classificar de outra forma a hipócrita distribuição de acções aos trabalhadores como se passassemos a viver num «capitalismo popular» quando os objectivos reais de tal distribuição de migalhas (tal como acontecia no tempo da ditadura) é deixar passar mais facilmente a apropriação das empresas pelo grande capital, capitalizar pequenas poupanças e tentar neutralizar a resistência dos trabalhadores às privatizações?

Como classificar de outra forma todo esse faseado ajustamento das leis (a começar pela Constituição) ao plano de restauração monopolista, ocultando desde a primeira hora os verdadeiros objectivos do poder?

Novos grandes grupos capitalistas estão em formação. O poder de antigas famílias dos grandes senhores do capital amontoado no tempo do fascismo e à sombra da ditadura está a reconstituir-se. Contrastando com o alargamento da mancha de pobreza formam-se e reconstituem-se grandes fortunas. E se se pergunta de onde vêm tão grandes capitais, donde vem tal acumulação, tem de responder-se que não vem só da acumulação de nova riqueza produzida, mas no fundamental da entrega ao capital privado de capitais e bens do Estado, de operações de pura especulação financeira, além do desvio para os bolsos de alguns de milhões de contos vindos da CEE com outras finalidades.

### Perigo de domínio externo

Apesar das subavaliações, da entrega a concorrentes únicos a leilões, da abusiva transferência da propriedade de valiosas empresas a preços irrisórios para o seu valor, os capitalistas portugueses não estão em condições financeiras de, num tão curto espaço de tempo, adquirirem tudo quanto o Governo tem pressa de transferir para a propriedade privada - o que lhe permitirá embolsar (segundo as suas previsões) 350 milhões de contos em 1992.

A pressa do Governo PSD de levar até ao fim a restauração do capitalismo monopolista com as privatizações de todos os sectores básicos da economia portuguesa, tem assim conduzido à sua entrega, não só aos capitalistas portugueses, mas às transnacionais.

O nosso Partido de há muito apontou esse perigo. A liquidação do SEE e a entrega de empresas estratégicas ao capi-





## do Estado, reforçar o Partido

### de Álvaro Cunhal

tal privado é já por si um grande mal. A transferência da propriedade para o estrangeiro envolve uma consequência ainda mais grave no ponto de vista dos interesses nacionais, da independência e soberania nacionais.

Durante muito tempo tanto os partidos e Governos de direita como os capitalistas portugueses contestaram esta opinião do nosso Partido. Mas os factos e interesses próprios postos em causa acabaram por ser mais convincentes que as opiniões políticas. E quando empresas estrangeiras começaram a galopar na apropriação de importantes empresas e sectores, os capitalistas portugueses alarmaram-se por verem que lhes foga uma parte importante do bolo.

Por isso, ouvimos uns atrás de outros, até o próprio presidente da Confederação da Indústria Portuguesa (CIP), começaram a pôr reservas e mesmo a reclamarem a suspensão do processo de privatizações.

O facto é que as privatizações e a liquidação do SEE estão conduzindo à apropriação por interesses estrangeiros de empresas e sectores de importância estratégica da economia portuguesa, incluindo empresas respeitantes à organização do Sector Público da ORL.

É obrigatório sublinhar que a reconstituição e restauração do capitalismo monopolista significa a perspectiva da entrega do país ao domínio económico estrangeiro, que não só afecta os interesses nacionais na esfera económica, como arrastará um efectivo peso de interesses estrangeiros na política portuguesa. Esta situação confere à luta dos trabalhadores um carácter patriótico, como sublinhou o camarada Dias Coelho.

O facto de Portugal ser membro da CEE torna ainda mais sombria a perspectiva apontada.

A integração de Portugal na CEE não só forneceu inicialmente um pretexto como fornece actualmente um instrumento para o processo de reconstituição de grandes grupos capitalistas associados ao capital estrangeiro e para a restauração do capitalismo monopolista.

Sem preocupação de fazer história, que em numerosos aspectos nos dá razão, lembre-se que, uma vez consumada a integração formal na CEE, dissemos claramente que a integração de Portugal criava uma nova realidade que havia que ter em conta ao definir-se uma política nacional. Nova realidade que significava novo enquadramento internacional, novas obrigações internacionais, novas articulações inevitáveis relativas à política económica e ao desenvolvimento económico. Ou seja: novos condicionamentos a uma política nacional portuguesa.

Daqui decorre - ao contrário da actual política de seguidismo e submissão a interesses estrangeiros, de fácil aceitação da supranacionalidade num processo, não só de integração económica, mas de integração política e militar - a necessidade de uma firme política nacional, de defesa por parte do Governo português dos interesses nacionais, de uma política de desenvolvimento que corresponda aos interesses de Portugal e do povo português.

A continuar a actual política de direita, a entrega ao capital privado e às transnacionais de sectores e empresas estratégicas da economia nacional, faz correr o risco de, no quadro da CEE, em vez da concretização da coesão económica e da coesão social, Portugal se tornar um país de economia apendicular, periférica, em que os interesses do desenvolvimento nacional e os padrões de vida do nosso povo serão sacrificados (e já estão a ser sacrificados) aos interesses, decisões e imposições efectivas dos países mais desenvolvidos.

A oposição ao galopar das privatizações e à restauração do capitalismo monopolista e uma política económica e social determinada pelos interesses do povo e do país adquirem assim um carácter eminentemente nacional.

Essa é a posição do nosso Partido. Essa foi a posição firmemente assumida e justificada na Assembleia que acabamos de realizar.

### O agravamento da exploração elemento da restauração do capitalismo monopolista

A Assembleia abordou desenvolvidamente o agravamento da situação social. Verifica-se nas empresas respeitantes a esta organização do Partido, como se verifica de forma generalizada em todo o país, a liquidação em massa dos postos de trabalho, a contenção dos salários reais, despedimentos, rescisões de contratos, liquidação de direitos e conquistas dos trabalhadores, como muitos camaradas (Serra, José António, Martins, Vítor Santos, Antónia e outros) referiram nas suas intervenções.

Como é referido na resolução aprovada na Assembleia, na EDP foram liquidados 1200 postos de trabalho e anuncia-se a liquidação de mais 6 mil. Na Petrolgal prevê-se que sejam liquidados 4 mil no total de 7 mil. Na AGA, de 250 trabalhadores passou-se para 90 e prepara-se a redução de mais 30.

O afastamento dos trabalhadores do processo de contratação colectiva, a atribuição discriminatória de salários e de promoções, a prática de contratos individuais, o sistema de prémios, o estímulo à competição individual entre os trabalhadores fomentando aquilo que foi denominado como «individualização das relações de trabalho», a precarização, a chamada flexibilização, a entrega a empreiteiros de serviços próprios das empresas, a mobilidade e a instabilidade da mão-de-obra, contam-se entre os aspectos do agravamento da exploração referidos na Assembleia. Vários camaradas (Pimentel e outros) abordaram aspectos específicos da nova situação que se está a criar.

Na Assembleia foram citados outros casos elucidativos, como a asfixia financeira da caixa dos TLP e o encerramento de núcleos de farmácia nos CTT (camarada Antónia) e de pousadas na EDP (camarada Garcia).

O impedimento em várias empresas das actividades das ORTs e o afastamento dos trabalhadores da gestão contam-se entre os gravíssimos aspectos da liquidação de direitos dos trabalhadores.

Como todos nos recordamos, um panorama mais vasto do que o respeitante às empresas deste sector da organização do Partido foi apontado recentemente no Plenário Nacional de representantes dos trabalhadores de empresas do sector empresarial do Estado, realizado em 13 de Fevereiro.

Muito justamente, esse magnífico Plenário Nacional, em que participaram centenas de membros das CTs e delegados sindicais, aprovou uma moção em que se apontam clamorosos aspectos da intensificação da exploração dos trabalhadores e de deterioração das suas condições de vida: a tentativa de impor a contenção dos aumentos salariais, o agravamento da carga fiscal contido no Orçamento de Estado para 1992, o agravamento do custo de vida com os aumentos dos preços dos artigos de primeira necessidade decorrentes da aplicação do IVA (pão, leite, carne, peixe, arroz, fruta, água, medicamentos, livros, etc.) e ainda decisões afectando áreas fundamentais da vida dos cidadãos, como a habitação (rendas de casa), a saúde (taxas moderadoras), o ensino (propinas).

É nossa tarefa examinar, expor, divulgar, denunciar o agravamento da situação social. É igualmente importante organizar e promover a luta dos trabalhadores e de todos os sectores sociais atingidos pela política de direita. É porém também nossa tarefa suscitar nas massas trabalhadoras e no povo em geral a consciência das causas mais profundas dessa situação.

### As causas mais profundas

Para nós, marxistas, a divisão fundamental da sociedade não é entre os bons e os maus, mas entre classes com interesses contraditórios, - antagónicos, no caso do grande capital e da classe operária. Não classificamos a política da direita como a política dos maus e aquela que nós defendemos como a política dos bons. Não se pode explicar por maldade a causa profunda do agravamento das condições de trabalho e de exploração e a liquidação de direitos dos trabalhadores, assim como as limitações da democracia política a que o Governo procede.

A causa profunda está na reconstituição e restauração de grupos económicos, que constitui o eixo central e o objectivo



estratégico fundamental da política de direita. E assim a luta em defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores no sector empresarial do Estado é inseparável da luta em defesa do sector empresarial do Estado, como salientou, entre outros, o camarada Hugo Bastos. Mas nem sempre os trabalhadores têm consciência disso como por sua vez salientaram os camaradas João Lopes (TLP), Garcia (EDP) e Artur Malheiro.

(...)

Da mesma forma, quando se aborda a acção do Governo contra a democracia política (liquidação de direitos e liberdades dos trabalhadores, fuga à fiscalização da acção governativa, ofensivas contra o poder local, apropriação e instrumentalização dos mais poderosos meios de comunicação social, governamentalização e partidarização do aparelho do Estado, novas leis eleitorais) tem que ter-se consciência de que tal acção é um elemento inseparável do processo de restauração do capitalismo monopolista.

Contém uma contradição insanável a posição daqueles (como é o caso do PS) que, por um lado, são favoráveis à reconstituição e restauração do capitalismo monopolista e, por outro lado, se afirmam defensores dos direitos dos trabalhadores e da democracia política. A verdade é que a atitude favorável à restauração do capitalismo monopolista acaba por implicar, pela lógica do processo, a defesa ou a aceitação de orientações e medidas restritivas dos direitos dos trabalhadores e da democracia política. Isto explica, no caso do PS, que, por um lado, defende as privatizações conducentes à liquidação efectiva do sector empresarial do Estado, reclame mesmo mais vultosas indemnizações aos grandes capitalistas do tempo do fascismo e, por outro lado, se tenha manifestado favorável ao «pacote laboral» e à revisão das leis eleitorais coincidindo em numerosos aspectos com propostas do Governo de Cavaco Silva.

O nosso Partido é inteiramente coerente ao associar a luta em defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores e da democracia política à luta em defesa do sector empresarial do Estado.

### As propostas do PCP

Tal como a política antidemocrática do Governo de direita se desenvolve em quatro vertentes complementares (económica, social, política e cultural), assim também o programa do PCP de «uma democracia avançada no limiar do século XXI» comporta estas quatro vertentes.

Um regime de liberdade, um Estado democrático, um desenvolvimento económico assente numa economia mista, uma política social que garanta a melhoria das condições de vida do





## Assembleia do Sector Público da ORL

povo, uma política cultural que assegure o acesso generalizado à livre criação e fruição cultural e uma pátria independente e soberana com uma política de paz, amizade e cooperação com todos os povos - são os grandes objectivos enunciados no Programa do Partido.

A defesa do sector empresarial do Estado tem um triplo significado. Significa a defesa da economia nacional e de condições essenciais ao seu desenvolvimento. Significa a defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores e da população. Significa a defesa dos interesses nacionais, atingidos e comprometidos pela entrega ao capital estrangeiro de alavancas fundamentais da economia portuguesa.

Um forte sector empresarial do Estado, ou seja, um núcleo estável de empresas de importância estratégica, torna-se ainda mais necessário dada a internacionalização dos processos económicos, a divisão internacional do trabalho, a concretização em breve do Mercado Único.

Na Assembleia foi justamente sublinhada a importância estratégica das empresas públicas respeitantes a esta organização do Partido, assim como a contribuição que estas empresas podem dar à solução das assimetrias regionais e ao bem-estar das populações.

Há fortes razões que exigem que empresas públicas não sejam privatizadas. Os casos são numerosos no total do sector empresarial do Estado. Mas, com referência apenas às empresas relativas à organização do Partido que realiza esta Assembleia, as razões apontadas são concludentes.

A manutenção da EPAC como empresa pública (evitando o total desmembramento e privatização que o Governo prepara) justifica-se plenamente para garantir o escoamento dos cereais de produção nacional, o pagamento do cereal nos silos e armazéns e a manutenção de áreas cultivadas em perigo de abandono pela concorrência esmagadora vinda da CEE, que será agravada com a prevista reforma da PAC.

A manutenção da EDP como empresa pública (evitando o seu desmembramento e privatização) justifica-se plenamente pelos serviços que ao povo e ao país deu como empresa nacionalizada (electrificação, tarifas, melhoria da qualidade do serviço) e pela consideração que o sistema eléctrico é uma infraestrutura básica da economia nacional essencial ao desenvolvimento do país e ao bem-estar dos cidadãos.

A manutenção dos CTT e dos TLP como empresas públicas (evitando o seu desmembramento e privatização) justifica-se plenamente pela natureza eminentemente social dos serviços, pelas suas «funções de natureza particularmente sensível para os utentes» (como foi sublinhado na Assembleia), pela garantia necessária do sigilo das comunicações.

A manutenção da Petrogal como empresa pública (evitando o seu desmembramento e privatização) justifica-se plenamente pela sua geralmente reconhecida excepcional importância estratégica.

A manutenção da EPAL como empresa pública (evitando a sua futura privatização) justifica-se plenamente pela natureza social e cívica do abastecimento de água e a necessidade de gestão integrada da água, do serviço público essencial que é o abastecimento de água às populações e a necessária articulação com os municípios que começa a ser comprometida pela extinção do órgão consultivo, o Conselho de Representantes dos Municípios.

E que não se diga que uma economia mista tal como o PCP defende e propõe não tem cobertura legal.

Apesar de todas as modificações que a direita (com a colaboração do PS) introduziu na Constituição e nas leis relativas à organização económica do país, a legalidade constitucional comporta e os interesses nacionais exigem a salvaguarda de uma economia mista em que ao sector estatal cabe, iniludivelmente, manter sectores e empresas estratégicas ao abrigo dos interesses egoístas do grande capital e de interesses estrangeiros.

No que respeita à política social, o PCP defende (ao contrário do Governo de direita) que o melhoramento das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores e do povo em geral não é um obstáculo, antes pode ser um factor do desenvolvimento económico, que não se confunde com um crescimento assente na acumulação do capital e da riqueza de que os trabalhadores e a população trabalhadora em geral pagam a factura.

A Assembleia apontou as grandes reivindicações dos trabalhadores no momento actual e os direitos sociais fundamentais por cuja concretização e garantia a luta continua.

A melhoria das condições de vida do povo e o desenvolvimento económico são objectivos indissolvelmente complementares da política democrática que o PCP propõe ao povo português.

A Assembleia muito justamente o sublinhou.

Este aspecto essencial da política do PCP torna ainda mais relevantes o papel do PCP e a importância que em Portugal assume a existência de um partido comunista forte, convicto e influente.

### O PCP necessário aos trabalhadores, ao povo e ao país

O nosso Partido (pelos seus objectivos, as suas propostas e a sua acção) desempenha um papel que nenhum outro está em condições de desempenhar, como vários camaradas (como Cesário Paulo) sublinharam.

## Extractos da intervenção de Álvaro Cunhal



A Assembleia que acabamos de realizar sublinhou que, pelo conhecimento dos problemas, pela ligação aos trabalhadores, pelo seu prestígio, pela dinamização que imprime à luta, a organização da ORL do Sector Público tem um papel determinante na defesa dos direitos e da unidade dos trabalhadores e em defesa das importantes e estratégicas empresas que respeitam à sua actividade.

Vários camaradas (César, Graciete, Oliveira, João Lopes, Antónia, Lígia, Soares, Artur Matias, Malheiro) sublinharam esse papel do Partido e orientações e medidas concretas para assegurá-lo.

Dá a importância do reforço do Partido neste sector, vencendo deficiências, porque as há como salientaram vários camaradas como o Hugo Bastos (da Petrogal), e actuando com confiança e até a alegria que dá a luta como referiu com outras palavras o camarada Artur Malheiro.

Dá a importância das orientações traçadas e das medidas decididas pela Assembleia com a definição pormenorizada na Resolução Política aprovada de linhas de acção e propostas concretas para o reforço do Partido.

Para a formação de um organismo de direcção que, embora menos numeroso seja capacitado, operativo, estável e directamente ligado às ORTs, com um Executivo e um Secretariado dinâmicos e eficientes.

Para a solidez e expansão das células de empresa e dos seus secretariados existentes actualmente em 6 das 8 células existentes.

Para conseguir novas filiações e compensar a diminuição do número de membros do Partido resultante fundamentalmente de causas objectivas (despedimentos, reformas e rescisões de contratos) não sendo de menosprezar que embora com diminuição do número de membros se parte de colectivos que ultrapassam o total de mais de 1200 camaradas.

Para tornar mais flexível a estrutura da organização partidária correspondendo às situações concretas existentes.

Para soluções de funcionamento mais expeditas e uma mais regular ligação a todos os membros.

Para aprofundar a democracia interna, para a inserção da contribuição individual na reflexão e na decisão do colectivo.

Para alargar e aprofundar a ligação e conhecimento dos membros do Partido com vista à formação de quadros e à sua crescente responsabilização.

Para divulgar as iniciativas e o trabalho realizado e aumentar a venda do «Avante!».

Para o pagamento de quotas.

Para uma ligação mais estreita às massas trabalhadoras nomeadamente através das ORTs, direcções sindicais, delegados sindicais e outras formas de organização social.

Estas são tarefas essenciais, sublinhadas na Resolução Política, para o reforço do Partido. Mas alguma coisa mais deve estar presente na nossa consciência.

Quando traçamos orientações e tomamos medidas para o reforço do Partido temos a consciência de que esse reforço é do interesse não apenas do Partido mas de todos os trabalhadores, da economia nacional, da perspectiva do desenvolvimento do país, do progresso social e da defesa e ulterior aprofundamento da democracia.

### Um novo curso ascendente

No quadro político-partidário, o nosso Partido é o mais sério obstáculo, se não o único obstáculo sério ao avanço das ofensivas antidemocráticas do Governo do PSD/Cavaco Silva. Por isso o Governo, as forças da direita, todos os partidários da reestruturação e restauração do capitalismo monopolista - apoiando-se nos poderosos meios de comunicação social que controlam, instrumentalizam e manipulam - conduzem de forma orquestrada uma feroz campanha anti-PCP, mentindo, insultando, discriminando, intrigando, silenciando umas vezes e falsificando outras, tentando abalar a firmeza, a unidade e a confiança dos comunistas. (...)

Coincidindo com esta campanha, alguns cá dentro, organizados em grupo, queriam à viva força que o PCP deixasse de ser

o que é e se transformasse numa outra coisa, que (como se vê agora pelo partido que com este ou outro nome anunciam querer formar) seria um aglomerado unitário que aliás ninguém sabe bem (nem eles próprios) no que virá a dar.

Admitindo o absurdo de o Partido adoptar tal rumo, que significaria isso? Significaria que seria o próprio Partido a capitular, a desistir, a autodissolver-se, a suicidar-se.

Defrontando campanhas, superando as repercussões de acontecimentos externos, repelindo tentativas internas de autodestruição, atento às mudanças e aberto para a vida, enriquecendo-se dia a dia com novas experiências e firmemente decidido a responder criativamente às novas situações, ultrapassando dificuldades e obstáculos, orgulhoso do passado, empenhado na luta presente e voltado para o futuro - o nosso Partido continua a afirmar-se na sociedade portuguesa como o partido comunista que sempre foi, é e quer continuar a ser. (...)

Por isso aqui estamos nesta Assembleia, como em todas as iniciativas que por todo o país se desenvolvem, com vontade, sólidos, ganhando novos apoios, reforçando a militância, colhendo novas simpatias, nomeadamente na juventude, sempre com os trabalhadores, sempre com o povo, sempre na luta que é uma grande e insubstituível escola da política e do carácter.

O PCP não está num processo de declínio irreversível que alguns anunciaram e muitos desejariam, mas num novo curso ascendente (que confiamos continuará) de intervenção, de militância, de prestígio e de influência. (...)

### A luta - o caminho certo

Aqueles que apregoam que «o comunismo morreu» e anunciam o «declínio irreversível» do nosso Partido gostariam que o Partido se deixasse envolver em conflitos internos, que se dividisse, que desanimado e desorientado se voltasse para dentro, que perdesse a ligação com os trabalhadores e com as massas populares. (...)

E enganaram-se e enganam-se. Sem dúvida que há dificuldades na militância e na disposição dos trabalhadores, como sublinharam os camaradas João Lopes, Oliveira, Martins Lopes, Serafim, Graciete. Umas resultantes da repressão e condições de trabalho. Outras do estado de espírito, como disse a camarada Lígia. Outras mesmo de acontecimentos externos, como referiu o camarada Alcobia (com observações aliás muito concretas sobre a situação interna). Mas - debatendo internamente todos os problemas, organizando e realizando, como está a realizar, numerosíssimos debates sobre os mais variados temas da actualidade, dando toda a atenção e tomando as medidas adequadas relativas aos problemas de direcção, de quadros, de organização, de informação e propaganda - o Partido está voltado para fora, para o que se passa no mundo e no país, para os trabalhadores, para as massas, para a juventude, intervindo activamente através das suas organizações e militantes na grande movimentação social actualmente em curso.

Se é exacto dizer-se que a grande vitalidade do Partido, mais uma vez patente nos últimos tempos, encontra poderoso estímulo nas grandes movimentações sociais, designadamente nas greves e manifestações dos trabalhadores e outros sectores sociais e na vastíssima movimentação da juventude, é também exacto dizer-se que as movimentações sociais encontram, entre os seus fortes estímulos e elementos propulsores, o PCP e a acção dos seus militantes, tanto nas organizações do Partido como nas mais variadas estruturas unitárias. A Assembleia deu atenção à autêntica maré alta da luta social - dos trabalhadores dos transportes, da têxtil, das minas, da função pública, da administração local, dos professores, dos magistrados, dos empregados da alfândega e outros - com amplitude e unidade que revelam não só a profundidade do descontentamento com a política de direita como também que a base de apoio do Governo está sofrendo súbita e radical redução - o que constitui um dos aspectos característicos do momento que vivemos confirmando previsões do nosso Partido e razões, a seu tempo afirmadas, da nossa confiança.

Com significado particular o facto de se ter somado a esta maré alta a impetuosa vaga de luta da juventude do secundário



contra a PGA e do ensino superior contra as propinas, mostrando que, afinal (contra a expectativa do Governo), a juventude não se deixa acorrentar nem enganar pela demagogia de Cavaco Silva e aparece unida e em luta de norte a sul do país.

Estareis de acordo, camaradas, que saudando daqui os trabalhadores e todos os sectores em luta, designadamente das empresas respeitantes a esta organização da ORL, saude também a juventude e a magnífica contribuição que está dando a nossa Juventude Comunista.

Sendo a Assembleia que acaba de realizar-se a Assembleia de uma organização de grandes empresas, debruçou-se naturalmente com particular atenção - e é o caso de várias intervenções (Dias Coelho, Serra, Vítor Santos, Antónia, Hugo Bastos, Batata, Oliveira), não só para a organização do Partido nessas empresas mas também para a actividade dos comunistas nas organizações e movimentos unitários dos trabalhadores, nomeadamente no movimento sindical e nas comissões de trabalhadores.

Foi sublinhado que o Governo, o patronato, as forças políticas ao serviço do capital, sabem o que o movimento sindical unitário representa e por isso conduzem uma acção sistemática para reduzir a sua influência, para travar as suas possibilidades de acção, para enfraquecer a sua unidade.

Teorizam alguns que com as mudanças do mundo surgiu um novo capitalismo em que desapareceria os conflitos de classe e a concertação entre o trabalho e o capital se tornaria uma norma de pacífica coexistência nas empresas e de desenvolvimento e bem-estar geral. Daí concluem que se tornaria necessária a substituição de um movimento sindical de classe, de massas, firme, coerente em defesa dos interesses de quem trabalha, como é a CGTP, por um movimento sindical adaptado a esse mesmo suposto capitalismo popular, um movimento colaboracionista com o Governo de direita e o patronato, como é a UGT.

É certo que essas teorizações e as práticas respectivas sofreram recentemente um sério golpe.

Assinando o Acordo que a CGTP se recusou a assinar e indo depois festejar a traição aos trabalhadores bebendo champagne com o primeiro-ministro, o secretário-geral da UGT pôs de tal forma a nu o seu colaboracionismo que o novo secretário-geral do PS, para não entrar nas novas funções em jeito de descrédito, se viu obrigado a dissolvidar-se da UGT.

A Assembleia chamou oportunamente a atenção para a necessidade da intervenção directa dos trabalhadores nas decisões em matéria laboral, para a defesa da natureza e das características essenciais da CGTP que estão na raiz da sua grandeza, prestígio e influência, para a positiva influência da participação comunista nas estruturas de direcção para as quais são eleitos, pois (como se sublinha na Resolução aprovada na Assembleia) os comunistas «foram e serão o maior garante da autonomia do movimento sindical unitário, da sua abertura às novas realidades e da concretização das orientações maioritariamente decididas pelos trabalhadores».

A Assembleia salientou também a importância da luta das comissões de trabalhadores, com relevo para o facto de que em 8 das 9 empresas do sector, os trabalhadores têm dado a sua confiança a listas unitárias.

Esta palavra «unitárias» tem um sentido profundo: que a nossa orientação e acção se desenvolvem coerentemente pela unidade dos trabalhadores e pelo carácter unitário das suas organizações e estruturas de classe.

Valorizando também as CTs, a Assembleia sublinhou ao mesmo tempo a necessidade de, a par do reforço do movimento sindical, aprofundar o carácter democrático das CTs, de estruturar as relações entre as diversas CTs e entre as CTs e o movimento sindical, de reforçar as CTs, as suas estruturas, a sua acção, a sua ligação com as massas.

Na linha destas considerações foi apresentado um quadro desenvolvido das linhas fundamentais da intervenção dos comunistas, tanto no movimento sindical unitário (16 pontos da Resolução aprovada) como nas CTs (14 pontos na Resolução).

Não quero repetir o que consta dos documentos da Assembleia e das intervenções dos delegados.

Que me permitam sublinhar duas ideias-chave: os comunistas estão profundamente empenhados no reforço da CGTP e dos sindicatos, do movimento sindical unitário, do seu carácter de classe, unitário, autónomo e de massas. Estão também profundamente empenhados no reforço das CTs, das suas estruturas, da sua acção e da sua estreita e constante ligação com os trabalhadores.

A nossa luta desenvolve-se em variadas direcções que se articulam e completam. A acção do nosso Grupo Parlamentar, a acção nas autarquias, a acção nos mais variados movimentos e organizações sociais.

Gostaria o Governo, gostariam os nossos adversários que o nosso Partido, por motivo de acontecimentos externos, influenciado ou intimidado pelas violentas campanhas e pressões que contra ele se exercem, baixasse a cabeça, deixasse cair os braços, aceitasse ele próprio o «declínio irreversível» que outros apregoam.

Esta Assembleia, como centenas de outras iniciativas que se têm realizado do norte ao sul do país, desmentem tão tolas esperanças e mostram que o Partido está de pé, vivo, actuante, unido, confiante e no combate.

Sempre com os trabalhadores. Sempre com o povo. Sempre com Portugal.

**Viva a III Assembleia da Organização do Sector Público da ORL do PCP!**

**Viva o PCP!**

## CDU INICIA PRÉ-CAMPANHA NOS AÇORES

A CDU/Açores deu início à pré-campanha eleitoral regional nos Açores com uma reunião da Comissão de Coordenação Eleitoral, órgão responsável pela preparação das eleições regionais, marcadas para o próximo mês de Outubro.

Esta comissão da CDU/Açores é integrada por dirigentes de toda a região, tendo também nela assento os primeiros candidatos da CDU de cada círculo de ilha, à medida que forem designados pelas respectivas comissões.

Após esta primeira reunião, a comissão coordenadora promoveu uma conferência de imprensa em que participaram Manuela Medeiros, dirigente sindical independente, José Decq Mota e Mário Abrantes, membros do Comité Central do PCP, Francisco Borges Coutinho, independente, e Paulo Valadão, deputado comunista na Assembleia Regional.

No encontro com os jornalistas, José Decq Mota apresentou as linhas de força da pré-campanha regional, que decorrerá sob a palavra de ordem «Presença necessária - participação indispensável».

A realização de iniciativas de debate e divulgação das propostas da CDU, o contacto com as populações, com as realidades e problemas regionais são aspectos que serão privilegiados nesta fase. A linha gráfica adoptada baseia-se na cor actual e utiliza como símbolo a hortense, flor que existe em todas as ilhas e representa a unidade da região.

Nas actividades regionais programadas para os próximos 60 dias, inclui-se a apresentação pública, a 4 de Maio, das linhas de orientação da CDU/Açores, no que respeita à política laboral e à situação dos trabalhadores, a realização, a 9 e 10 de Maio, de um encontro CDU com a representação parlamentar regional do PCP para efectuar um balanço da 4ª Legislatura e aprovar as directrizes de trabalho da 5ª Legislatura da ALR. Decorrerá também uma jornada regional de debate e convívio da CDU/Açores, em data a anunciar e, entre de 1 a 4 de Junho, nas ilhas de S. Miguel, Terceira, Faial e Flores de serão promovidos debates sobre «desenvolvimento económico e participação social».

A coordenadora da CDU decidiu ainda convidar o secretário-geral adjunto do PCP, Carlos Carvalhas, para efectuar uma visita à região e participar nos referidos debates sobre o desenvolvimento económico.

### DIREITOS DOS TRABALHADORES DEBATIDOS NA BOAVISTA

Duas centenas de militantes comunistas e convidados participaram num debate aberto subordinado ao tema «a situação económica e social do distrito do Porto e o PCP na defesa dos direitos e aspirações dos trabalhadores», que decorreu no centro de trabalho da Boavista. A iniciativa contou com a presença de Domingos Abrantes, membro da Comissão Política, que interveio no encerramento dos trabalhos.

Os participantes salientaram que o distrito do Porto apresenta as piores condições de trabalho do País, tem indicadores económicos abaixo das médias nacionais e tem uma das mais degradadas situações sociais da Comunidade Europeia. O nível de concentração industrial é superior à média nacional, mas assenta numa estrutura empresarial débil, descapitalizada e tecnologicamente desajustada, voltada para a utilização de mão-de-



obra barata, factor negativo para o processo de desenvolvimento económico e progresso social.

Refira-se a propósito que 50 por cento dos trabalhadores encontram-se em 98 por cento das empresas, e a outra metade está empregada em apenas 2 por cento das empresas. O distrito regista a existência de 48 mil empresas, 32 mil das quais têm menos de cinco trabalhadores.

O debate do PCP debruçou-se ainda sobre a situação e os problemas dos trabalhadores, a luta desenvolvida e os resultados obtidos. Paralelamente, foram apreciadas as razões, os objectivos, o sentido e a natureza dos processos da reestruturação de empresas, em particular ligadas ao sector têxtil, predominante no distrito.

De facto, cerca de metade do emprego industrial distribui-se pelo sector têxtil, de vestuário, calçado e curtumes. O PCP considera que mantém-se as fragilidades e debilidades estruturais conhecidas, bem como uma excessiva especialização da indústria do distrito, o que reduz a capacidade de adaptação da economia regional às exigências colocadas pelo Mercado Único.

### DORB FAZ BALANÇO DAS INICIATIVAS

O Executivo da DORBraga, recentemente reunido, fez o balanço das iniciativas realizadas pelo PCP no distrito, durante o mês de Março, considerando que, «pela sua riqueza e diversidade», constituíram «uma afirmação da prática real da democracia interna, da abertura ao debate e de uma significativa capacidade de intervenção».

Entre as realizações mais importantes, a DORBraga realça as assembleias de organizações concelhias, da organização dos professores comunistas, de jovens, os encontros e debates sobre a reforma da PAC, sobre questões da economia nos sistemas socialista e capitalista e a participação na jornada nacional de propaganda, bem como noutras iniciativas nacionais do PCP. Entretanto, a DORB anuncia para o dia 24 de Maio a realização da 2ª Assembleia Regional da organização.

O executivo da DORB analisou ainda as «graves e preocupantes ocorrências na Freguesia de Riba d'Ave, reiterando o seu total apoio e solidariedade com a luta da população contra a instalação da lixeira no lugar da Quinta do Mato».

O PCP repudia as manifestações de violência já registadas e condena a falta de diálogo e a arrogância dos presidentes de socialistas e da

AMVA, exigindo que o Governo defina uma posição que tenha em conta os interesses da população e dos órgãos autárquicos da freguesia.

### PCP CONDENA REESTRUTURAÇÃO NA SEC

O organismo de direcção do Sector de Artes e Letras da ORL do PCP considera «graves e condenáveis» as decisões recentemente tomadas pelo Conselho de Ministros em relação à reestruturação da Secretaria de Estado da Cultura, amplamente contestadas nas últimas semanas por agentes e instituições culturais.

Este organismo afirma que a reestruturação «implica uma situação profissional inaceitável para centenas de trabalhadores declarados excedentários». Por outro lado, as alterações previstas são determinadas «por motivações e terão consequências práticas adversas à democratização da cultura e a uma intervenção baseada em critérios científicos, em benefício de um dirigismo que centraliza decisões em pessoas de confiança política do secretário de Estado».

Por estas razões, o Sector de Artes e Letras de Lisboa, «empenhado na movimentação de defesa da cultura que, sem fronteiras partidárias tem unido instituições e profissionais contra a ofensiva destruidora de Santana Lopes, entende que estas decisões devem ser revogadas».

### DEPUTADO VISITA CAMPO MAIOR

O deputado comunista Lino da Carvalho efectuou no final de Março uma visita ao concelho de Campo Maior com o objectivo de conhecer melhor alguns dos principais problemas das populações. Recebido pelo presidente da Câmara e pelos vereadores Burriga e Rui Vieira, o deputado teve oportunidade de debater questões ligadas com a falta de um aterro sanitário, a debilidade do parque industrial, ensino, habitação, vias de comunicação e as dificuldades financeiras da autarquia, cuja dívida elevada, teve encargos em 1991, só em juros, na ordem dos 70 mil contos. A visita incluiu ainda um encontro com Comissão Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos, que está a construir um centro de lazer e convívio; uma passagem pelo centro de saúde; e deslocações à Junta de Freguesia de São João Batista e à Fronteira do Retiro. No final, realizou-se uma conferência de imprensa num restaurante de Elvas.



## Jornadas de Beja

## PCP reforça acção parlamentar e ligação às populações

Reunidos em Beja, os deputados comunistas decidiram reforçar a sua acção legislativa, melhorar o funcionamento do grupo e fiscalizar a política do Governo

O reforço da intervenção do Grupo Parlamentar, designadamente ao nível da ligação com os distritos e as regiões autónomas, o acompanhamento atento da acção governamental sobretudo na vertente da política externa e uma intensificação das iniciativas legislativas - apesar de ser a formação que, sozi-

na, desde o início da legislatura, apresentou mais projectos de lei que todos os outros grupos parlamentares juntos - eis, em síntese, algumas das principais linhas que nortearam a actividade dos parlamentares comunistas até ao próximo Verão.

Apuradas nas suas Jorna-

das Parlamentares, realizadas nos passados dias 3 e 4, em Beja, estas orientações da formação comunista reflectem bem a sua disposição no sentido de ampliar a intervenção política no parlamento e o seu empenhamento em aprofundar o conhecimento da realidade local e regional, estreitando simultaneamente

a ligação dos deputados eleitos com as populações.

Este último aspecto terá aliás pesado na decisão de realizar as Jornadas no distrito de Beja, uma das regiões mais afectadas pela prolongada seca que atingiu o País, cujas consequências puse-ram em relevo, como salienta

o documento de conclusões, divulgado no final dos trabalhos por Octávio Teixeira, presidente do Grupo Parlamentar, «uma política que em vez de aproveitar os recursos e potencialidades do Alentejo trava o seu desenvolvimento e agrava os desequilíbrios regionais».

As Jornadas, a este propósito, sublinharam a importância do poder local na resolução dos problemas das populações, tendo os participantes manifestado o seu empenho em desenvolver todos os esforços na defesa da sua autonomia e na garantia dos meios financeiros e competências de que necessita.

Iniciadas com intervenções de Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do PCP, e Octávio Teixeira, no que foi um importante ponto de partida para uma reflexão conjunta sobre as formas de melhorar o trabalho e a organização e funcionamento da bancada comunista, as Jornadas de Beja prestaram ainda uma particular atenção à «reforma do Parlamento».

Neste capítulo, o Grupo manifestou o seu total empenho em participar através dos seus representantes no trabalho da Comissão constituída para o efeito, tendo feito notar que combaterá as «tentativas de limitação da democracia, transparência e participação democrática (como as que estão contidas no projecto do PSD) de diminuir drasticamente o tempo

de trabalho do plenário, de espalhar o debate parlamentar e de cercear mecanismos de intervenção e direitos dos partidos da oposição».

A recente decisão do Presidente da Assembleia da República de negar o direito a um partido da oposição (PS) de usar o mecanismo de marcação para agendar um debate político sobre o «défice democrático na Madeira», incidente que mereceu na ocasião a condenação unânime dos partidos com assento parlamentar, foi também objecto de análise no decorrer das Jornadas, tendo os presentes concluído pelo carácter «muito negativo» da atitude de Barbosa de Melo, tanto mais que vem negar pela primeira vez um direito existente e que já foi exercido por todos os partidos, precisamente quando esse foi o interesse expresso pelo PSD para inviabilizar uma iniciativa de um grupo parlamentar da oposição.

Nota de realce, de acordo com as conclusões aprovadas no final dos trabalhos, merece ainda o acompanhamento que a bancada comunista continuará a prestar ao desenvolvimento da política externa do Executivo, nomeadamente no tocante às questões relacionadas com a integração europeia (Maastricht e Schengen, entre outras), às relações com os PALOP e à defesa do direito do povo de Timor-Leste à autodeterminação e independência.

## Combater a seca

O Grupo Parlamentar do PCP manifestou a sua solidariedade para com a população do distrito de Beja e todos os sectores afectados pela seca. Considerando as decisões anunciadas pelo Governo como «manifestamente insuficientes e indefinidas», os deputados comunistas decidiram apresentar um projecto de resolução contendo medidas estruturais e de urgência para combater os efeitos da seca.

O PCP vai incluir nesse documento a construção do empreendimento de fins múltiplos do Guadiana/Alqueva e a concretização do plano de rega do Alentejo; o estudo e aproveitamento dos recursos hídricos e a reabilitação dos perímetros de rega existentes (Roxo, Mira e Odivelas); a elaboração de um plano integrado de desenvolvimento para o Alentejo, incluindo, designadamente, um plano de orientação, reconversão e fomento da produção agrícola, pecuária e florestal e incentivos para a criação de uma base industrial.

Nas medidas de urgência que os comunistas vão propor incluem-se: a declaração do estado de calamidade pública para as zonas mais afectadas, a atribuição de apoios a fundo perdido e de créditos bonificados para os agricultores, as cooperativas e as estruturas de comercialização de produtos agrícolas, a garantia de subsídio de desemprego a todos os trabalhadores impedidos de exercer a sua actividade, o reforço dos meios financeiros das autarquias.

## Base aérea

O Grupo comunista anunciou ainda que vai interpellar o Governo para que a base aérea de Beja possa ser utilizada como terminal aeroportuário; para que seja assegurado que as contrapartidas pela utilização da base ainda por receber tenham por objectivo o desenvolvimento da região; para que sejam garantidos os direitos dos trabalhadores que exercem a sua actividade na base; e para que seja garantida a utilização para fins sociais das residências afectas à base.

Carlos Carvalhas  
«Governo é responsável pela vaga de protestos»

(...)

A estabilidade, a linha central da propaganda de Cavaco Silva na campanha eleitoral af está na política do Governo:

**Desestabilização social e vaga de protestos** cuja responsabilidade cabe por inteiro ao Governo, como consequência das tentativas de imposição de tetos salariais, do agravamento da carga fiscal, do aumento dos preços, das posições fechadas das empresas dos Transportes nas negociações, por indicação da tutela, de uma política de concentração de riqueza e da accentuação das desigualdades e injustiças sociais.

**Desestabilização que atinge todo o sistema de ensino, com o protesto dos estudantes e dos professores, e a preocupação dos pais, devido à desresponsabilização do Governo perante o ensino público, da sua intransigência quanto às reivindicações dos professores e à extinção da Prova Geral de Acesso e das orientações para o aumento substancial das propinas.**

**Desestabilização do sector produtivo e agrícola, devido à teimosia, no prosseguimento de uma política económica e financeira de estímulo às actividades especulativas com as elevadas taxas de juro e a valorização artificial do escudo a criar graves dificuldades, nomeadamente no campo financeiro e da tesouraria, às empresas industriais e ao sector exportador.**

**Desestabilização e grave situação económica e social em toda a região do Alentejo** devido ao sectarismo, sempre manifestado em relação ao plano de rega e do Alqueva que se se tivesse realizado tinha minorado substancialmente as consequências da seca, bem assim como a política de subalternização da agricultura e de correcção das assimetrias regionais. Em relação às questões da seca basta ver a diferença entre a situação das terras irrigadas de Beja e as restantes...

A necessidade de uma verdadeira política de desenvolvimento nacional e não de verbação e seguidismo à política ditada pelos países ricos da CEE - convergência nominal e não real das economias é cada vez mais premente, face aos desequilíbrios regionais, ao atraso da nossa economia, à accentuação das injustiças sociais, aos fins dos períodos de transição e aos desafios com que estamos confrontados, mercado único e União Económica e Monetária.

As propostas que temos apresentado nos mais diversos domínios, a nossa acção no movimento popular, na Assembleia da República e no Parlamento Europeu, o nosso trabalho nas autarquias reconhecido até pelos nossos adversários, mostram com clareza que somos uma grande força política, de crítica e de projecto, que exerce o poder ao serviço das populações; força política de oposição e de construção; da liberdade e da justiça social; do desenvolvimento e da inovação; do humanismo e da ética política.

Nós diferenciamos-nos pelo trabalho, pela fidelidade à palavra dada, pelo cumprimento dos nossos programas, pela honestidade e competência, por procurarmos responder às grandes questões do desenvolvimento económico e social e aos problemas do quotidiano das populações.

O insulto político, a vozeria, o radicalismo verbal, o triste espectáculo como o que se vê no folhetim entre o PS e o PSD, nomeadamente no caso da Região Autónoma da Madeira, não esconde, nem disfarça o acordo em questões essenciais, como ainda recentemente se viu no Orçamento de Estado, onde PS e PSD votaram lado a lado nas isenções fiscais para as aplicações financeiras e especulativas (120 milhões de contos), ou mais recentemente nos acordos Schengen, ou ainda no silêncio comprometedor do PS, no caso das privatizações.

O que as populações da Madeira e dos Açores gostariam de assistir não era à espiral de insultos, mas a respostas concretas acerca das limitações da democracia, da habitação, do emprego, da saúde, dos direitos e garantias dos cidadãos e dos trabalhadores nas empresas e na administração regional, do escamoteio dos seus produtos a preços compensadores, do desenvolvimento das regiões...

Pela nossa parte não nos deixaremos arrastar pela pressão mediática e a política espectáculo que tende a afastar o debate dos problemas das populações e dos grandes problemas nacionais.

## Sem política desportiva

## Governo falta com apoios a atletas olímpicos

A escassos quatro meses dos Jogos Olímpicos de Barcelona, o Governo continua a faltar com os milhões de contos considerados indispensáveis para uma adequada preparação dos nossos atletas ao nível da que se verifica nos restantes países europeus. Este é bem o retrato da completa incapacidade dos sucessivos responsáveis governamentais pela área do desporto, todos do PSD há mais de uma década, para compreender o fenómeno desportivo e as suas necessidades, reflectindo simultaneamente a ausência de um projecto de desenvolvimento do desporto de alta competição.

O alerta para esta situação foi deixado há dias em plena sessão parlamentar no período antes da ordem do dia, pelo deputado António Fili-

pe, numa intervenção onde abundaram, com factos concretos, as acusações ao Executivo por este não ter accionado uma única medida que fosse no sentido de alargar e democratizar a prática desportiva ou de criar condições de infra-estruturas, de apoio técnico, médico ou de formação para o desenvolvimento harmonioso do sistema desportivo.

O melhor testemunho para esta ausência de perspectiva global e integrada do desenvolvimento desportivo do País — onde a «preparação olímpica para 1992 é semelhante à de 1947», segundo um nome prestigiado do desporto nacional, citado por António Filipe — acaba por ser o desrespeito do Governo por todos os compromissos por si assumidos na sequên-

cia dos Jogos Olímpicos de Seul, em 1988, relativamente à participação portuguesa nos próximos Jogos de Barcelona.

«O que é feito desses compromissos?», perguntou a propósito o deputado comunista, antes de enumerar uma extensa lista de promessas então feitas, que nunca passaram disso, onde se incluíam, entre outros projectos, a construção de pistas de atletismo em piso sintético, de uma piscina olímpica coberta, da Nave Desportiva do Jamor, do Centro de Alto Rendimento Desportivo e de obras no Estádio Universitário.

A quatro meses dos Jogos, sublinhou António Filipe, o plano quadrienal de preparação olímpica nem sequer começou, do mesmo modo que o Estatuto de Alta Com-

petição continua a não ter mecanismos de aplicação prática, o seguro desportivo não assegura a recuperação de atletas com lesões graves ou prolongadas, e os apoios ao movimento associativo são de tal modo exíguos que não dão sequer para dar cumprimento às planificações estabelecidas pelas Federações.

Não espanta, pois, face a este quadro, concluiu o deputado do PCP, que nos últimos anos o número de praticantes desportivos em Portugal tenha registado crescimentos percentuais mínimos, estagnação e mesmo decréscimos, consoante a modalidade ou região, enquanto que na última década esse número cresceu cerca de 40 por cento em Espanha e duplicou em França.

## O Presidente errou

Foi condenada por toda a oposição a decisão do Presidente da AR de indeferir o agendamento, pedido pelo PS, de um debate sobre o déficit democrático na RA da Madeira. A atitude de Barbosa de Melo foi tomada no dia 30 de Março, a pretexto de não ter sido utilizada pelos socialistas a figura jurídica adequada.

Numa intervenção feita dia 2 - quando o recurso apresentado pelo PS foi debatido em plenário e chumbado pelo PSD -, Octávio Teixeira considerou o despacho do Presidente da AR como «um erro que viola e lesa fortemente os direitos dos grupos parlamentares da oposição». O líder parlamentar do PCP recordou as normas constitucionais e regimentais, bem como a prática estabelecida e inaugurada mesmo pelo próprio PSD, para sublinhar a legitimidade da marcação de um debate político, como o pretendido sobre a Madeira.

Jaime Gama, líder do grupo socialista, criticou a apropriação indevida do debate pelo PSD, que rejeitou a iniciativa do PS e pediu um debate de urgência em plenário, no período antes da ordem do dia, sobre «as acusações do PS de pretenso déficit democrático na Madeira».

Narana Coissoró, do CDS, afirmou que o despacho do Presidente da AR «não convence» e «nem tem ponta por onde se lhe pegue, nem do ponto de vista jurídico, nem político».

Alberto Martins, do PS, criticou ainda o facto de, mesmo o debate agendado pelos social-democratas, se ficar pela duração de uma hora: «em vez de um debate profundo, o PSD quer um debate rápido, à sucapa».

## Risco de ruptura nos cuidados primários

A manter-se a actual política economicista, mais cedo ou mais tarde os serviços ao nível dos cuidados primários de saúde vão deixar de funcionar e será exigido o cumprimento das promessas eleitorais do PSD. Com esta advertência, concluiu faz hoje uma semana o deputado comunista Luís Peixoto uma intervenção proferida no período antes da ordem do dia, cujo objectivo era chamar a atenção para a dura realidade com que se vêem confrontados os profissionais e os utentes dos cuidados primários de saúde.

Rede de cuidados primários que teve como seu precursor o serviço médico à periferia, lançado após o 25 de Abril, graças ao qual foi possível alterar o panorama até então existente, caracterizado por uma péssima cobertura médica do País, com muitos portugueses, longe dos grandes centros, a terem de se deslocar quilómetros e quilómetros para consultar um médico de clínica geral.

Mas a verdade é que passados estes anos, contam-se ainda por largas centenas de milhares o número de portugueses que continua a não ver consagrado na prática o seu direito a um médico, em resultado do deficiente funcionamento de rede de cuidados primários de saúde, deficiência esta que, como assinalou Luís Peixoto, é igualmente responsável pelas muitas dificuldades existentes em termos de prestação de cuidados médicos, de que são exemplo o entupimento dos serviços de urgência e consultas externas hospitalares.

Um quadro que não pode ser dissociado da progressiva degradação das condições de trabalho dos médicos de clínica geral, cada vez mais limitados na sua capacidade de trabalho e no desempenho da sua tarefa com dignidade, mas cada vez mais sobrecarregados de funções não assistenciais.

As razões para tal, deu-as ainda Luís Peixoto, ele próprio médico, ao recordar os centros de saúde que no geral estão velhos, com muitas extensões inadaptables para as funções a que se destinam, o equipamento quase sempre escasso, degradado e desadequado, a falta de apoio do serviço de enfermagem, a quase nula articulação com os cuidados diferenciados, os grandes atrasos nos fornecimentos dos exames complementares de diagnóstico.

## Apoiar autarquias contra a seca

A grave situação decorrente da prolongada ausência de precipitação que afectou o País, em particular o Alentejo, seca responsável por sérios problemas na agricultura e na criação de gado, faz prever que nos meses de Verão possa ocorrer uma agudização do quadro de crise actual, com reflexos inclusive no abastecimento público de água às populações.

Esta questão, que vem preocupando sobretudo as autarquias alentejanas,

levando-as desde já a pesquisar novos lençóis de água, a fazer novos furos e a realizar investimentos não orçamentados, motivou um requerimento da bancada comunista no qual se indaga o Governo sobre a avaliação que este faz da situação criada e sobre as medidas de apoio a adoptar, designadamente ao nível de verbas e dos moldes em que estas serão disponibilizadas.

Subscrito por Lourdes Hespagnol e Lino de Carvalho, o requerimento pergunta nomeadamente se as verbas libertas para acorrer às situações que se colocam às autarquias são a fundo perdido ou têm carácter de indemnização, interrogando ainda o Governo sobre o início da construção da barragem do Enxóe, empreendimento considerado fundamental para obviar nos concelhos de Serpa e Mértola aos problemas gerados em anos de seca.

## «Verdes» interpelam

A temática do ambiente subiu a plenário, na passada semana, por iniciativa dos deputados Isabel Castro e André Martins, de «Os Verdes», que criticaram duramente a política seguida nesta área pelo PSD, ao longo dos últimos sete anos.

Para «Os Verdes» a realidade ambiental de Portugal «prova que não estamos como, com um optimismo irresponsável, se dizia no Relatório de Portugal à Conferência do Brasil, numa fase assim tão avançada de política integrada de ambiente, nem passada a fase intermédia da prevenção, mas ainda muito modestamente a marcar passo na fase primeira - a da correcção de situações a que, em boa verdade, nem mesmo se está a corresponder eficazmente».

Os deputados ecologistas questionaram o Governo sobre «como se pode falar em política integrada de Ambiente, quando hoje ainda comunidades boicotam eleições porque nem as mais elementares necessidades básicas em termos dos direitos à vida e ao ambiente estão resolvidas, como a povoação de D. Maria, a escassos quilómetros de Lisboa bem provou».

Na sessão plenária, interveio também Lourdes Hespagnol que acusou o Governo PSD de inactividade e de não ter cumprido ainda nenhuma das 28 medidas para o ambiente, ordenamento do território e defesa do consumidor, incluídas no seu programa.

## Octávio Teixeira

## «A nossa acção está virada para o País e para o nosso povo»

No início da actual Legislatura, apesar da redução numérica do nosso Grupo Parlamentar relativamente à anterior, propusemo-nos um empenhamento acrescido, de cada um de nós e de todo o colectivo, para corresponder às exigências políticas que na frente parlamentar se colocam ao PCP e para dar plena concretização aos compromissos eleitorais assumidos pelo nosso partido.

É altura de fazermos um balanço aprofundado do desempenho do nosso Grupo nestes primeiros meses da actividade parlamentar, face aos objectivos que nos propusemos.

A nossa reflexão deverá ser feita desapassionadamente, valorizando o que for de valorizar mas, fundamentalmente, e com espírito crítico, detectar as deficiências e insuficiências, tendo como perspectiva melhorar o que houver e for possível melhorar. De forma a podermos corresponder mais e melhor à grande importância que o PCP atribui à intervenção político-institucional do Partido na Assembleia da República.

Mas é também nosso objectivo para estas Jornadas, definir e preparar as principais iniciativas parlamentares do PCP para os últimos três meses desta sessão legislativa.

Certamente que analisaremos quer as nossas propostas quer as de outros grupos parlamentares relativas à chamada «reforma do parlamento». Reforma que, na nossa perspectiva, deve ter o sentido único de melhorar a eficácia da Assembleia da República — quer na actividade legislativa quer na função de fiscalização da acção do Governo —, de aprofundar o debate e a decisão política parlamentares, impedir a governamentalização do parlamento, assegurar o respeito inequívoco dos direitos dos partidos da oposição, da diversidade de pontos de vista e da sua expressão pública.

Mas não queremos um «parlamento voltado para dentro», admirando o próprio umbigo.

Por isso discutiremos e aprovaremos nestas Jornadas um conjunto de novas iniciativas parlamentares — que importa enriquecer no debate que vamos travar — viradas para o país e para o nosso povo. Visando dar cumprimento aos compromissos que assumimos perante os eleitores e contribuir activamente para a concretização de leis que consagrem o aprofundamento da vida democrática no nosso País, o melhor e mais sustentado desenvolvimento económico e a efectiva melhoria da qualidade de vida dos portugueses.

Uma outra área da nossa reflexão incidirá sobre a

## Iniciativas a breve prazo

Nas Jornadas foi decidido promover, a breve prazo, um conjunto de iniciativas na Assembleia da República.

O Grupo Parlamentar comunista vai propor a constituição de uma comissão eventual de inquérito para apreciar os actos do Governo no domínio da política cultural e, em especial, as medidas tomadas no âmbito da reestruturação dos organismos dependentes da Secretaria de Estado da Cultura.

O PCP vai propor que se realize agora

a análise aprofundada do acordo de Schengen, que a aprovação apressada imposta pelo Governo não permitiu.

Depois de as comissões de Agricultura e de Assuntos Europeus terem aprovado o requerimento do PCP para uma reunião conjunta com o ministro da Agricultura (marcada para ontem), os deputados comunistas vão propor o agendamento com urgência de um projecto de resolução com um conjunto de medidas que, tendo em conta a reforma

(...)



## TRABALHADORES

**500 empregos em risco na RTP**

Embora a informação da Lusa não fosse confirmada nem desmentida, tanto pelo conselho de gerência como pela direcção-geral, aquela agência noticiosa soube «junto de várias fontes da empresa» (telex de 24.3) que uma «reestruturação profunda» na RTP pode levar à denúncia dos contratos de trabalho de 500 funcionários. Ainda segundo a Lusa, o estudo da reestruturação teria levado o conselho de gerência a ordenar a listagem de todos os trabalhadores da empresa e dos respectivos anos de casa. A RTP tem 2400 funcionários distribuídos pela sede e pelas delegações, incluindo as do estrangeiro.

**Solidariedade com os mineiros**

Para «minimizar as carências financeiras» dos mineiros de Jales, à luta dos quais tem manifestado «o seu total apoio», a União dos Sindicatos de Vila Real (USVR/CGTP) desenvolve um movimento de solidariedade, dirigindo-se aos trabalhadores e aos sindicatos para que contribuam com o seu donativo. Os mineiros de Jales, em greve desde 11 de Março, manifestaram-se em 27 do mesmo mês em Vila Real, com o apoio da CGTP-IN. «É preciso resistir para salvar a mina», acrescenta a USVR. Revelando que «há famílias de mineiros a passar fome; há crianças que precisam da nossa ajuda», a União rejeita «mais atentados aos interesses socioeconómicos» da região e, no seu entender, ninguém pode ficar indiferente «à miséria que paira sobre centenas de trabalhadores».

**Sindicato de bombeiros**

Várias dezenas de representantes, vindos de vários pontos do País, criaram em Coimbra o Sindicato Nacional dos Bombeiros Profissionais. Segundo a Lusa, a nova organização prosseguirá iniciativas já tomadas pela Associação dos mesmos profissionais (ANBP); entre elas a reivindicação de que o Ministério da Administração Interna «assuma integralmente» a tutela dos bombeiros, conforme refere o actual presidente da ANBP, Fernando Curto. Outra das acções a levar a cabo é pugnar pela «uniformidade na aplicação dos critérios remuneratórios», declarou ainda, segundo, a Lusa o mesmo presidente.

**Reintegração na Braz e Braz**

Uma decisão judicial obriga a firma Braz e Braz a reintegrar no seu posto de trabalho João Peres, despedido há cerca de um ano sob a alegação de justa causa. O acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa foi divulgado em 27 de Março, e recusa um recurso interposto pela empresa que não aceitara uma decisão do Tribunal de Trabalho. O trabalhador, quando foi despedido, era dirigente do CESL-Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Lisboa.

**Contra a falência da Ideal de Coimbra**

Os ministros da Indústria e do Emprego foram recentemente solicitados por sindicatos do distrito de Coimbra no sentido de utilizarem todos os meios e esforços para a viabilização da têxtil Ideal que dispõe de 500 postos de trabalho ameaçados pela falência. Caso esta não seja evitada, os sindicatos e outras instituições do distrito reclamaram do Governo, já em Novembro do ano passado, que aplicasse medidas de excepção, à semelhança do que acontece no Vale do Ave.

**Negociações com os EFFAS**

Depois de várias acções de luta, que incluíram a greve, os trabalhadores e o sindicato dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas (EFFAS) conseguiram que o Ministério da Defesa Nacional desse início às negociações salariais para o ano corrente. A comissão executiva do sindicato (STEFFAS) espera que o Ministério apresente uma proposta negociável, isto é, superior aos 9 por cento de 30 de Março findo, data da primeira reunião.

## Empresas do Estado

# Protesto contra o leilão conduzido pelo Governo

**A FEIS quer os 200 mil contos dos fundos comunitários. Convenções colectivas sob ameaça legislativa. Na banca não se pagam horas extraordinárias**

Os trabalhadores do sector empresarial do Estado (SEE) e as suas organizações representativas assinalam hoje com uma «jornada de sensibilização da opinião pública» as muito graves consequências da «ofensiva privatizadora» conduzida pelo Governo. Uma das vítimas principais dessa ofensiva é a Fábrica-Escola Irmãos Stephens (FEIS) da Mari-nha Grande. Mas sob ameaça estão todos os trabalhadores das empresas a privatizar (designadamente no sector bancário e financeiro em geral, incluindo os seguros), pois o Governo pretende «alterar o regime das convenções colectivas nas empresas a privatizar», no sentido de viabilizar a sua denúncia em qualquer altura, como oportunamente foi assinalado pelo Plenário dos representantes dos trabalhadores do SEE, reunido em Lisboa em 19 do mês passado.

No que se refere à FEIS, «um projecto integrado nos fundos comunitários que beneficiava» a empresa «com mais de 200 mil contos a fundo perdido», nomeadamente destinados à «aquisição de equipamentos de tecnologia avançada, não vai ser aplicado porque o Governo o inviabiliza», sublinhou sexta-feira passada o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira, em Leiria.

O Sindicato, que pretende a viabilização financeira da empresa da Marinha Grande,



Aspecto do plenário que decidiu a jornada de hoje

acrescentou que «pode e deve ser encontrada uma solução justa que salvaguarda os 400 postos de trabalho».

A posição do Sindicato contraria declarações recentes do ministro da Indústria e Energia. Segundo Mira Amaral, uma das soluções para as dificuldades da FEIS seria a falência. O Sindicato afirma, pelo contrário, que a viabilização é possível, na colaboração dos trabalhadores e o próprio Sindicato, e devendo a questão ser encarada como «um problema de todos os trabalhadores, de toda a população marinhense e de todas as forças sociais e políticas».

Por seu turno, a Comissão Coordenadora das CNTs das

Empresas do Sector Bancário, ao analisar em 26 do mês passado «o processo de privatizações em curso», decidia propor uma reunião às direcções sindicais bancárias do País, a fim de empenhar «todas as forças disponíveis» na «unidade na acção e na luta», designadamente no sentido de combater «o trabalho extraordinário não pago».

Para a Coordenadora, «trata-se de um flagelo que está a atingir os bancários em geral e que já levou algumas CNTs (Comissões Nacionais de Trabalhadores) a considerar a não assinatura, como protesto, dos mapas de horas extraordinárias que as instituições são obrigadas a enviar para o Ministério do

Emprego e Segurança Social».

O Plenário do SEE de 19 de Março recordava, entretanto que:

«Apesar das dificuldades, incompreensões e obstáculos, apesar da visão parcelar dos trabalhadores de cada empresa, urge dinamizar e inovar acções de esclarecimento nos locais de trabalho, a partir da defesa dos direitos concretos, sem descuidar a denúncia dos objectivos estratégicos do Governo e os efeitos nefastos e exemplificativos das privatizações noutras empresas».

A acção prevista para hoje foi decidida sob o lema de «Sector Público em leilão não serve Portugal nem a população».

## Rumores assinalam forte desemprego na EPAC

**FEPACES pergunta aos gestores se realmente vão desaparecer 500 postos de trabalho**

A Federação dos sindicatos do comércio (FEPACES) acaba de solicitar uma «reunião de urgência» com os responsáveis pela administração da EPAC. Para aquela

organização sindical, a Empresa Pública de Abastecimento de Cereais estaria «invadida por um clima de medo e instabilidade». Perguntando em 30 do corrente

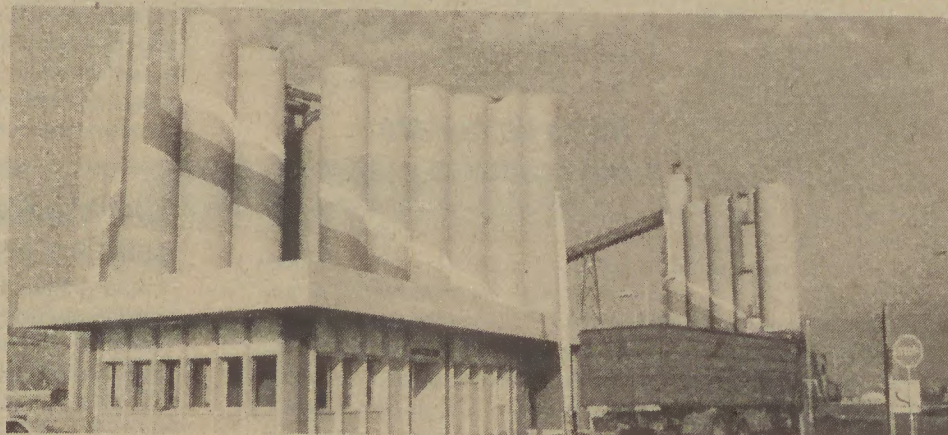
«que futuro se está a preparar para a EPAC», a Comissão Executiva do Conselho Nacional da Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Ser-

viços, com sede em Lisboa, referia-se a «rumores sobre o próximo desaparecimento de 500 postos de trabalho».

Os dirigentes da FEPACES, ao sublinharem a existência de «processos obscuros» e «objectivos pouco claros», aludem a uma «situação de medo e instabilidade que percorre as relações laborais na empresa».

A Federação pretende esclarecer de quem é a responsabilidade e qual o fundamento desses rumores. Recordando a mesma fonte que a EPAC viu reduzidos, «nos últimos anos», a menos de metade os seus postos de trabalho.

Segundo os rumores por esclarecer no princípio deste mês, a EPAC prepara-se para «reduzir essa metade a cerca de 400 trabalhadores», indo 500 para o desemprego.



Os sindicatos mostram-se muito preocupados com a origem e a natureza dos «rumores». A FEPACES (Federação sindical) chega a referir-se a «esta página de medo e ansiedade». Em 30 de Março era aguardada «com grande expectativa» a reunião com o conselho de gerência. Os 500 despedimentos surgiram «de forma avulsa» (300 nas secções regionais e 200 nos serviços centrais), desligados, segundo a FEPACES, de qualquer «projecto de reestruturação da empresa» (Foto: EPAC na Trafaria)



## TRABALHADORES

## Material eléctrico e electrónico

**Contrato movimentado todo o sector**

Milhares de trabalhadores das fábricas aderem às posições sindicais. Prevista para hoje uma greve de 24 horas em todo o FMEE

O pessoal das fábricas de material eléctrico e electrónico avançará hoje, segundo o previsto no início desta semana, para uma greve de 24 horas, se o patronato representado pela Associação (ANIMEE) não abandonar entretanto os nove por cento da sua proposta e, de acordo com a Federação (FSTIEP), não evoluir «significativamente nas suas posições», o que para os sindicatos significa «uma revisão justa do contrato (CCTV), com aumentos salariais adequados». Mantinha-se também movimentação e luta no sector dos transportes, com forte incidência na zona da Grande Lisboa. Em 2 do corrente, mais de 300 trabalhadores da Carris manifestavam-se em frente à sede da presidência do Conselho de Ministro, reunido nessa altura.

O pessoal, concentrado quinta-feira passada em Lisboa, aprovou uma resolução no sentido de continuar as greves (em «carrossel») durante toda a semana, se a reabertura das negociações salariais na Carris não conduzir a aumentos superiores a 10,75 por cento, «referencial» recusado pela Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores dos Transportes Rodoviários e Urbanos (Festru). Um dos seus dirigentes, Arménio Carlos, disse: «Não queremos migalhas», conforme a Lusa refere.

Os aumentos de 10,75 por cento, impostos por via administrativa, são recusados também pelo Sitra, organização sindical filiada na UGT e representada na empresa.

Apesar do Acordo assinado pela UGT, o Sitra não deixou de aderir às paralisações e outras formas de luta desencadeadas na Carris onde os salários são baixos, incluindo os dos motoristas que não ultrapassam os 70 contos mensais.

No Metropolitano de Lisboa, embora a situação rei-

vindicativa seja diferente da Carris, também os salários são o ponto central do conflito. Se a administração não chegar a acordo com os sindicatos, estão previstas mais greves parciais esta semana. Segunda-feira passada, por exemplo, os passageiros depararam novamente com as portas do Metro fechadas.

O pessoal do Metropolitano, incluindo também os maquinistas, além de não aceitar, como na Carris, o tal «referencial» do Acordo (um «mau acordo» dito de rendimentos) de 10,75 por cento, reclama, juntamente com os sindicatos, alterações na periodicidade dos prémios, e recusa discriminações salariais sem justificação aceitável.

Na Carris, os sindicatos continuam a propor aumentos de 14 por cento, bem como a regulamentação das carreiras que não é revista há sete anos.

O Governo está perfeitamente ao corrente das reivindicações que têm conduzido às greves. Na concentração da quinta-feira passada, tra-

balhadores e sindicalistas (à chuva, permitia-se o parêntese) tentaram encontrar-se com um responsável do Executivo sem o conseguirem. No entanto, o Conselho de Ministros deve ter recebido o texto da resolução aprovada cá fora. Uma delegação de sindicalistas entregou na sede da Gomes Teixeira uma cópia do documento aprovado durante a concentração.

Conforme se sabe, o Governo tutela ambas as empresas que pertencem ao sector empresarial do Estado. As suas responsabilidades perante a população não podem ser iludidas, com também não o podem as que deve assumir perante os trabalhadores, eles também duramente afectados pelas sucessivas greves e paralisações.

### Nove por cento contra 20 na produtividade

O aumento da produtividade no sector dos fabricantes de material eléctrico e electrónico foi superior a 20 por cento em 1990.

Ao fazer esta afirmação, a FSTIEP (Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas de Portugal) reclama aumentos salariais de 18 por cento. Reivindica também a redução do horário máximo semanal para 40 horas e o aumento do subsídio de refeição para 500 escudos. Recusando o que chama «vazio negocial» criado pela ANIMEE (a associação patronal do sector), a Federação sindical reclama contra o «arrastamento» das



Todas as formas de acção têm sido adoptadas nos últimos anos pelos trabalhadores do material eléctrico e electrónico (foto de arquivo, Lisboa, Janeiro de 89)

negociações e protesta sobretudo perante os 9 por cento. Considera-os «muito longe dos valores adequados» e recorda que a greve de 24 de Março «teve efeitos positivos» — a FSTIEP refere-a como «greve de aviso» — com 70 por cento de adesão a nível nacional. «Ponto saliente constituiu a adesão entusiástica das camadas mais jovens de trabalhadores, na

generalidade dos casos», acrescenta; e sublinha que as adesões foram superiores à média nacional em «grandes e importantes empresas» do sector. A título de exemplo, são citadas a Philips (90 por cento), Tudor (90 por cento), Siemens (70 por cento), Vitrohm (90 por cento), Ibervisão (80 por cento), DSR (90 por cento), Texas Instruments (70 por cento, no 3º

turno), Jayme Costa (90 por cento). Na Grundig, a greve de meio dia parou a produção.

**Outras lutas.** Quanto à semana passada, merecem relevo as movimentações sindicais e lutas em várias empresas, incluindo a Yazaki, onde é posto em causa o direito à greve, a Electrónica-Alfa, Continental/Mabor e Companhia Portuguesa de Trefilaria.

## Horários das paralisações

Os sindicatos advertem os passageiros do Metro e da Carris, onde a vaga de paralisações não tem provocado incidentes, que as greves «em carrossel» (modo de dizer sindical para as greves parciais em horas diferentes) se processam esta semana da seguinte forma: Carris: 6.4 — 18 às 22; 7.4 — 22 às 02; 8.4 — 05 às 09; 9.4 — 10 às 14; 10.4 — 14 às 18. No Metro, as

greves parciais são de quatro horas, entre 6 e 10 do corrente, todos os dias entre as 6 e 30 e as 10 e 30. Os sindicatos, designadamente a Festru, responsabilizam, sem lugar para dúvidas, Governo e administrações pelos transtornos e prejuízos causados aos utentes. Os sindicatos apelam à solidariedade.

## Num apelo à Fenprof

# Professores de Viseu querem greves na Páscoa

### Acções e movimentação na SEC

Um «calendário de greve» que abranja totalmente as «avaliações da Páscoa» — proposta dos professores do distrito de Viseu — coincide com a marcação previsível ou já anunciada de outras formas de acção e movimentações sindicais na Administração Pública.

Para hoje, 9, está marcado um plenário dos trabalhadores da Secretaria de Estado da Cultura. Ameaçado com o quadro de excedentes, grande parte do pessoal da SEC, ou dos organismos a ela ligados, alvo de «reestruturação» por parte do Governo, durante uma concentração em Lisboa, quarta-feira da semana passada, em frente ao edifício da SEC, decidiu levantar no plenário de hoje (Teatro Villaret, em Lisboa) a questão de adoptar ou não «processos de luta» (Lusa, 1.4).

Segundo esta agência, que

cita os trabalhadores reunidos em Lisboa um dia antes da reunião do Conselho de Ministros da passada quinta-feira, «a alteração de 23 organismos da SEC não é mais do que um processo de indiscriminada constituição de excedentes».

Uma delegação do pessoal abrangido pela «reestruturação» foi recebida no mesmo dia (1.4) pelo Cardeal Patriarca de Lisboa.

Nelson Raleiras, dirigente da FNSFP (Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública) disse à Lusa naquele dia que, no plenário de hoje, 9, serão debatidas — com o secretário de Estado da Cultura, inclusive, que para tal foi convidado — as grandes questões do sector e as preocupações que suscitam, sobretudo e neste caso, na área laboral.

Amanhã, a cumprir-se o

decidido em 1 do corrente, haverá uma concentração ou vigília em frente ao Mosteiro dos Jerónimos, em Lisboa.

Num documento entregue quinta-feira passada na Assembleia da República é fortemente criticada a extinção da BN e a sua fusão num novo organismo com o Insti-



Professores, a semana passada, no Pavilhão Carlos Lopes

tuto Português do Livro e da Leitura. O documento, assinado por cerca de mil cidadãos, refere a Lusa, foi entregue na AR pela Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. A BAD mostra a sua preocupação pelos graves prejuízos facilmente previsí-

veis. A «reestruturação» comprometerá seriamente a dinâmica atribuída à BN nos últimos anos pela Base Nacional de Dados Bibliográficos (Porbase).

A extinção de 11 serviços, já aprovada pelo Governo, proporcionará uma poupança de um milhão de contos por ano, alega a SEC.

Ainda no âmbito da Administração Pública, está agendada uma paralisação nos museus nacionais para 16 e 18 do Corrente. Os trabalhadores pretendem negociar um caderno reivindicativo.

Os guardas florestais marcaram para a próxima quinta-feira uma «concentração nacional» junto ao Ministério da Agricultura. Trata-se, também neste caso, de apoiar negociações de um caderno reivindicativo.

Segunda-feira passada, a FNSFP protestou publicamente contra «alegadas insuficiências legais», verificadas no Colégio Alberto Souto e Casas da Criança da Mealhada, Águeda e Albergaria, onde «a situação é de ruptura». Trabalhadores e crianças dependem dos Serviços da Assembleia Distrital de Aveiro. A FNSFP, através do seu Conselho Nacional, revela tratar-se de «falta de pagamento a fornecedores». Os salários não são pagos «desde o último mês de Janeiro» aos 80 trabalhadores daquelas instituições. «Está em causa a subsistência de 100 crianças, privadas do meio familiar normal», acrescenta a Federação num apelo a várias instâncias oficiais e órgãos de soberania para que intervenham no sentido de resolver tão grave situação.



## Manifestação em São Miguel

# Agricultores açorianos à beira da falência

Recebem pouco pelo leite que fazem. Pagam os factores de produção mais caros de Portugal, o país da CEE onde a agricultura paga mais para poder trabalhar. Nos Açores a terra está a abrir falência.

A lavoura de São Miguel saiu à rua numa manifestação a semana passada, já considerada a maior que nos últimos anos ali foi realizada. A actualização do preço do leite ao produtor e a aplicação de medidas que diminuam os preços dos custos de produção e transporte foram as razões imediatas para esta iniciativa, decidida dias antes pela Assembleia Geral da Associação Agrícola da maior ilha açoriana.

«A dignidade e a sobrevivência» dos agricultores açorianos está em causa, segundo dizem o lavradores da ilha de São Miguel, que organizaram uma coluna de viaturas e máquinas com 15 quilómetros de extensão e que se dirigiu da Ribeira Grande a Ponta Delgada onde paralisaram o trânsito du-

rante várias horas.

Frente ao Palácio onde está instalada a Presidência do Governo Regional os lavradores fizeram uma concentração, tendo Mota Amaral apelado aos manifestantes à desmobilização, o que só veio a acontecer depois de o presidente da Direcção da Associação ter anunciado que, nas negociações entre tanto efectuadas com o presidente do Governo Regional, este se comprometera a actuar no sentido de manter o preço do leite na época de Verão ao preço actual e fazer baixar os custos de alguns factores de produção.

Os agricultores deram um prazo de 15 dias ao Governo Regional para a concretização dessas promessas.

Em nome da CDU/Açores, José Decq Mota, da Comis-

são Executiva Nacional do Partido Comunista Português, enviou uma mensagem de solidariedade aos manifestantes onde se assinala a gravidade desta crise e a disponibilidade da CDU no sentido de intervir para ajudar a ultrapassar a situação.

### CNA exige medidas

As grandes dificuldades vividas pelos agricultores açorianos foram sentidas pelos dirigentes da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) que na última semana estiveram nos Açores para ali fazer um levantamento da situação. Um levantamento que levou a confederação à conclusão de que os governos regional e central não podem furtar-se a «graves responsabilidades directas» nesta si-

tuação, seja «porque negociaram mal com a Comunidade Europeia» seja porque «empurraram o sector agropecuário para investimentos cujos custos se tornam insuportáveis para os agricultores».

A situação é tal que poderão acontecer, a curto prazo, muitas falências de agricultores açorianos, obrigados, por exemplo, a pagar mais caro que no continente os custos dos factores de produção, num país que já os têm como os mais caros de toda a Comunidade Europeia.

A CNA propôs em comunicado a tomada de medidas, por parte dos Governos regional e central, que garantam o saneamento das empresas agro-pecuárias dos Açores cuja sobrevivência esteja ameaçada.



Depois da concentração em Benfica do Ribatejo, os agricultores do Ribatejo, Oeste e Setúbal vão manifestar-se de novo, amanhã, em Santarém

## Agricultores de Lisboa em luta

Os agricultores associados na AADL (Associação dos Agricultores do Distrito de Lisboa) estão a organizar um conjunto de concentrações de protesto pela situação da agricultura e política nesta área do Governo e que aproveita a realização dos mercados mensais de Sobral de Monte Agraço (sábado passado), Alenquer (dia 13) e Alcoentre. Naqueles localidades os agricultores deslocam-se aos serviços do Ministério da Agricultura e às Câmaras Municipais dar conta das suas reclamações. A situação do vinho e adegas cooperativas, carne, leite; preços dos adubos, pesticidas, rações, gásóleo, importações excessivas de frutas e produtos hostícolas são algumas das preocupações da AADL.

### SARGENTOS NA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

As alterações que o Governo pretende efectuar sobre legislação relativa às Forças Armadas preocupam a Associação Nacional de Sargentos (ANS) que há duas semanas foi recebida pela Casa Militar da Presidência da República numa audiência que, de acordo com a ANS, resultou num «enorme contributo para diluir incompreensões por parte de alguns órgãos de soberania e chefias militares relativas a esta associação».

Anteriormente, a ANS solicitara audiências ao primeiro-ministro, ministro da Defesa e chefias militares, não tendo sido até ao momento recebida por estas entidades.

Estatuto dos militares das Forças Armadas, novo sistema retributivo, Lei da Defesa Nacional e Forças Armadas, regulamento de disciplina militar, regulamento de avaliação e mérito dos militares do Exército e remodelação das Forças Armadas são algumas das alterações legislativas que preocupam a Associação Nacional de Sargentos.

### SOPORCEL FUGE AO TRIBUNAL

A Soporcel, empresa ré num julgamento pela prática de crime ecológico em Mértola junto ao rio Guadiana, faltou a semana passada à sessão no Tribunal de Beja, adiando assim o processo para 20 de Outubro.

Os queixosos são a Associação de Defesa do Património de Mértola e o Ministério Público por aquela empresa ter plantado 150 hectares de eucaliptos numa área classificada como biótipo pelo programa comunitário CORINE. A Soporcel pretende que a plantação cubra várias centenas de hectares.

### DEFICIENTES EM MANIFESTAÇÃO

A Associação Portuguesa de Deficientes (APD) apelou aos deficientes para que participem numa concentração em 5 de Maio próximo, junto ao Centro Cultural de Belém, reivindicando a tomada de medidas legais de promoção e protecção do emprego para deficientes.

A APD assinala que dezenas de deficientes têm vindo a consultar os serviços jurídicos da Associação por terem recentemente perdido os empregos.

### ELEIÇÕES NA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Uma lista independente derrotou na segunda volta das eleições para a Direcção da Associação Académica de Coimbra a lista afecta à Juventude Social-Democrata por uma margem de 1250 votos, depois de ter afastado na primeira volta um elenco apresentado pela Juventude Socialista. Os socialistas e os social-democratas detinham, à vez, o poder daquela associação desde 1979.

## Seca

# Agricultores do Ribatejo discutem marcha sobre Lisboa

As associações de agricultores do Ribatejo e Setúbal, que na semana passada se manifestaram em Benfica do Ribatejo exigindo a aplicação, reforço e clarificação das medidas que o Governo anunciou para minorar os efeitos provocados pela seca, vão amanhã discutir, numa concentração em Santarém, a possibilidade de efectivação de uma marcha sobre Lisboa para protestar contra aquilo que qualificam como sendo «só promessas com nada de concreto» em relação ao anúncio do ministro da Agricultura de atribuir 20 milhões

de contos aos agricultores afectados pela estiagem.

Os representantes da Federação dos Agricultores do Distrito de Santarém, da Associação Portuguesa dos Produtores de Tomate, a Associação dos Produtores de Melão de Portugal, a Associação dos Produtores de Tomate do Ribatejo, a Associação dos Produtores de Tomate do Oeste, e a Associação dos Agricultores de Setúbal estiveram a semana passada em Benfica do Ribatejo durante dois dias, exigindo serem recebidos por

um representante do Governo, acabando por reunir com o Director-Geral de Planeamento e Agricultura que disse aos agricultores que só nos finais de Abril é que o seu departamento terá «o pacote da seca definido e em condições de se desenvolver na íntegra». Guerreiro dos Santos diria que para o Governo a prioridade é a zona da margem esquerda do Guadiana.

As associações de agricultores, filiadas na Confederação Nacional da Agricultura (CNA), lembram que na zona do Ribatejo, Oeste e Setúbal,

80 por cento das culturas de arroz dos vales do Sorraia e do Sado estão perdidas, a campanha do tomate vai sofrer uma baixa de 40 por cento e as culturas da lezíria de Vila Franca de Xira estão em risco de não ter água para rega por causa dos elevados índices de salinização das águas do Tejo que a prolongada seca provocou.

«O benefício da dúvida» ao ministro da Agricultura «acabou», referiria, a propósito, Amândio de Freitas, presidente da Federação de Agricultores de Santarém.

## Manifestação no Dia do Idoso

No Dia Internacional do Idoso, comemorado na terça-feira passada, foi aproveitado pela Inter-Reformados e pelo Movimento Unitário de Reformados Pensionistas e Idosos (MURPI) para convocar nessa tarde uma concentração frente à Assembleia da República tendo como motivo principal o facto de 80 por cento da totalidade dos reformados e pensionistas existentes no nosso país «serem forçados a viver com pensões mais que insuficientes, mesmo de miséria, impostas ao livre arbítrio do Governo», como se diz no texto de convocação desta manifestação.

Uma das exigências expressas nesta iniciativa foi a eliminação dos condicionamentos ou restrições nos transportes públicos, de acordo, aliás, com uma petição nesse sentido apresentada na Assembleia da República há mais de um ano.

«Direito a uma vida digna, pensões de miséria não!» foram palavras de ordem escutadas nesta iniciativa. A Inter-Reformados e o MURPI reivindicam o aumento das pensões mínimas até ao valor do salário mínimo, a actualização de todas as pensões degradadas, a partir do início

da reforma, com vista a anular as desigualdades existentes nas pensões mais antigas.

As duas organizações exigem ainda uma nova forma de cálculo de pensão (sem limitação do seu valor máximo), um Serviço Nacional de Saúde geral e gratuito com prestação de serviços de geriatria e eficiente apoio médico domiciliário a pessoas idosas, inválidas e acamadas retidas no lar.

No nosso país, 750 mil pensionistas recebem 22 mil e 800 escudos, 540 mil 16 mil e 300, 450 mil 14 e 600 e 200 mil inferiores a este último valor.

«Para alterar esta vergonhosa situação é indispensável e urgente reforçar a unidade, a participação e a luta», dizem as organizações que convocaram a concentração do Dia Internacional do Idoso.

Os manifestantes reivindicaram ainda a gratuitidade de medicamentos nos casos de doenças crónicas e graves de longa duração, bem como de exames auxiliares de diagnóstico, análises, radiografias, etc., defendendo uma definição de comparticipações do Estado nos preços das próteses, órteses e outros meios de conexão-compensação.







## Morreu Salgueiro Maia

O tenente-coronel Salgueiro Maia, capitão de Abril que obteve, em 25 de Abril de 1974, a rendição de Marcelo Caetano, morreu em Lisboa na passada sexta-feira. O funeral realizou-se em Castelo de Vide, de onde Salgueiro Maia era natural. Nas cerimónias fúnebres participaram, para além de muitos populares, camaradas de armas e personalidades democráticas, representantes da Associação 25 de Abril e de organizações e partidos democráticos. O PCP fez-se representar pelos camaradas Blanqui Teixeira, do Secretariado do CC, e José Vitoriano, da Comissão Central de Controlo e Quadros. Também assistiram o camarada Carlos Brito, Director do «Avante!», e o ex-director do nosso jornal, camarada António Dias Lourenço.

Salgueiro Maia nasceu há 47 anos. Oficial de Cavalaria, é um dos mais conhecidos participantes na jornada do 25 de Abril, em que cercou o quartel do Carmo e recebeu a rendição de Marcelo Caetano.

Regressou aos quartéis e, dois anos mais tarde, foi colocado nos Açores, regressando ao continente em finais de 1977. Como outros militares de Abril, foi colocado «na prateleira», formando-se nesse período em Ciências Sociais e Políticas e, mais tarde, em Antropologia e Etnologia. Em 1979 foi no-

meado comandante do Presídio Militar de Santarém. Era ainda capitão. Regressou depois à Escola Prática de Cavalaria, onde se manteve comandando um grupo de esquadrões até pouco tempo antes da sua morte.

A Comissão Executiva da CGTP/Intersindical Nacional manifestou publicamente a sua «profunda consternação pelo falecimento do valoroso capitão de Abril», assinalando «o papel decisivo da intervenção de Salgueiro Maia nas operações militares que conduziram à queda do regime fascista e à consequente instauração da democracia e da liberdade no nosso país».

O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português publicou uma declaração manifestando «a sua tristeza pelo falecimento do tenente-coronel Salgueiro Maia», evocando «a sua destacada contribuição, ao lado dos outros capitães de Abril para a conquista da liberdade pelo povo português e que é merecedora de um imperecível reconhecimento e gratidão e salienta o alto valor do seu exemplo de coragem, generosidade e empenhamento democrático».

À Direcção da Associação 25 de Abril, o Secretariado do CC do PCP enviou a carta que a seguir publicamos:

Prezados amigos:

Ao tomar conhecimento, com profunda tristeza, do falecimento do tenente-coronel Salgueiro Maia, vosso companheiro na histórica contribuição dos «capitães de Abril» para a conquista da liberdade pelo povo português e companheiro de todos quantos se bateram contra a ditadura fascista, lutaram pela realização dos objectivos libertadores do 25 de Abril e lutam hoje pela renovada afirmação dos seus valores e ideais, transmitimo-vos, e por vosso intermédio à família do tenente-coronel Salgueiro Maia, o pesar e as sentidas condolências do Partido Comunista Português que evoca com apreço e gratidão o seu alto exemplo de coragem, generosidade e empenhamento democrático.

3.4.1992

Secretariado do Comité Central do PCP

# Acordos de Maastricht não devem ser ratificados sem novo quadro financeiro

— defendem eurodeputados do PCP

Portugal pode ser prejudicado se não se implementar a coesão económica e social

O Governo não deve apresentar os Acordos de Maastricht para ratificação na Assembleia da República sem firmes garantias de que um novo quadro financeiro, com meios suficientes e prazos satisfatórios, será adoptado pelas Comunidades. Esta a posição defendida na passada sexta-feira pelo eurodeputado do PCP, Joaquim Miranda, no Porto.

Um tema que está esta semana no centro das atenções do Parlamento Europeu onde, como o «Avante!» noticiou a semana passada, se debate o relatório da Comissão Institucional sobre o Tratado de Maastricht. A Comissão defende a ratificação do Tratado, apesar das suas lacunas, desde que melhorado. Para a Comissão Política do PCP, como repetidamente tem sido noticiado, tal não deve ocorrer sem a adopção das perspectivas financeiras futuras, na sequência da apresentação do Pacote Delors II.

Joaquim Miranda, acompanhado de Sérgio Ribeiro e Rogério de Brito, reafirmou esta posição numa conferência de imprensa convocada para divulgar a apreciação do PCP sobre o desempenho da presidência portuguesa das Comunidades, o Pacote Delors II, o Programa RETEX para a indústria têxtil, a reforma da PAC e aspectos do desenvolvimento regional, após contactos com diversas entidades nortenhas.

No encontro com os jornalistas, Joaquim Miranda salientou que a adopção dos Acordos de Maastricht e do Pacote Delors II pelo Governo português, sem que, simultaneamente, tivesse sido adoptado ou, pelo menos, assegurado um quadro financeiro futuro adequado às novas situações perspectivadas e, em particular, orientado para a efectiva implementação da coesão económica e social, pode traduzir-se em prejuízos para o país, para além de evidenciar a incapacidade negocial do Governo.

O eurodeputado considerou igualmente «grave» o facto de o Governo, agora na presidência das Comunidades, «ter deixado cair a possibilidade de se realizar uma cimeira extraordinária», sugerida pela própria Comissão das Comunidades, que «adoptasse as perspectivas financeiras futuras, na sequência da apresentação do Pacote Delors II». É neste contexto que o PCP considera «indispensável» que o Governo não apresente, para ratificação na Assembleia da República, os Acordos de Maastricht, «sem firmas garantias de que um novo quadro financeiro será adoptado pelas Comunidades».

Como se fez notar na conferência de imprensa, o Governo, exercendo a primeira presidência pós-Maastricht,

dispunha de uma oportunidade privilegiada para, em articulação com avanços no processo de financiamento global futuro, «fazer da dimensão social uma questão central do seu exercício». Com efeito, os compromissos assumidos na cimeira, se permitem a afirmação de que se caminhou no sentido de dotar a Comunidade de uma política social, nem por isso deixam de exigir o esclarecimento de situações de impasse jurídico e de reclamar esforços para denunciar demagogias e ultrapassar ambiguidades. Ora nada disso foi feito até à data, nem há perspectivas de que venha a ser feito.

Como salientaram os eurodeputados comunistas, «nada se avançou quanto à adopção de directivas que realizariam o programa de acção relativo à Carta Social» europeia. Por outro lado, estão suspensas as directivas respeitantes ao Comité Europeu de Empresas, sobre «a consulta e informação dos trabalhadores, à organização do tempo de trabalho, à protecção das grávidas, à guarda das crianças, às férias parentais, à saúde e segurança, sobre o trabalho atípico». Num impasse está igualmente a questão das subempregadas, em relação à qual a presidência «insinua um interesse hipócrita», já que encontrou

pareceres que coincidem com a sua posição contrária ao igual tratamento dos trabalhadores em nome da defesa da concorrência.

Ainda no domínio social, Joaquim Miranda chamou a atenção para a situação dos trabalhadores aduaneiros, cuja actividade cessa com a entrada em vigor do mercado único, em 1 de Janeiro de 1993. Tal facto continua a não merecer a devida atenção, nem das Comunidades, nem do Governo português, apesar de implicar a extinção de milhares de postos de trabalho. Para o eurodeputado, a situação particular em Portugal, decorrente do estatuto específico dos despachantes de alfândega, «exigiria e exige ainda uma particular atenção do Governo», num momento em que exerce a presidência das Comunidades, e quando se sabe que a próxima presidência britânica «não será muito sensível a um assunto que, no Reino Unido, se coloca de forma completamente diferente e bem menos grave».

A propósito, foi garantido que os deputados comunistas continuarão a trabalhar, no Parlamento Europeu, para que seja concedida maior atenção ao problema, a nível comunitário. Na sessão plenária do PE, a decorrer esta semana em Estrasburgo, foi já colocada uma questão oral à Comissão e ao Conselho sobre a matéria em causa.

## Política regional

Na visita de trabalho que fizeram ao Porto, os eurodeputados do PCP encontraram-se com representantes da Câmara dos Despachantes e Sindicatos do sector, com a União de Sindicatos do Porto, com a Federação dos Sindicatos dos Têxteis, a Associação da Indústria do Calçado e a Associação Nacional da Indústria Têxtil, com a Associação dos Agricultores do Porto e com a Coopagri, para além de participarem numa reunião de quadros do Porto do PCP.

As questões abordadas foram depois apresentadas em conferência de imprensa.

Entre elas, a política regional. Uma área sensível, onde se faz sentir a «governamentalização das instituições e a centralização do poder».

Como afirmou Joaquim Miranda, o Governo não só se tem oposto à concretização do preceito constitucional da regionalização como «subestima a intervenção das autarquias locais, dos parceiros sociais e das instituições técnico-

científicas e culturais». Para o PCP, este comportamento «compromete ou retira eficácia à utilização dos recursos face às necessidades das regiões», o que de resto é sublinhado pela Comissão das Comunidades no seu último relatório anual sobre a matéria.

Particularmente importantes para a região norte são as questões do têxtil e do calçado. Como foi referido na conferência de imprensa a que nos vimos reportando, neste domínio não se preveniu, como o PCP sempre reclamou nas organizações locais, na Assembleia da República, no Parlamento Europeu, porque há sempre quem ainda vá beneficiando, e muito, com as empresas de «garagem», com a sobreexploração e com o trabalho infantil e são os trabalhadores e regiões inteiras a sofrer as consequências.

Por isso, o que teria sido possível em 1989, e dirigido a Portugal, se o Governo e a Comissão tivessem dado seguimento às propostas do PCP no PE, surge agora

como um mezinha ainda em lançamento e estendida a outros países. É o programa RETEX, destinado ao desenvolvimento das regiões subsidiárias do têxtil. Apesar disso, os representantes do PCP no PE continuam a considerar ser necessária «uma abordagem séria, global e integrada do sector têxtil».

Na conferência de imprensa foram ainda referidos os insucessos acumulados entre as negociações do GATT e a Reforma da Política Agrícola Comum. Na ocasião, foram lembrados os dados divulgados pelo Euroestat, que confirmam nova baixa do rendimento agrícola em Portugal, na ordem dos 10 por cento em 1991, a juntar à quebra do volume da produção agrícola neste ano e à situação particularmente grave prevista para 1992 sob o impacto da seca. Uma questão a merecer, na sequência de anteriores iniciativas, «uma proposta de resolução de urgência» a apresentar pelos deputados comunistas esta semana no Parlamento Europeu.



## INTERNACIONAL

## CHILE

Um membro da antiga junta militar chilena, general César Mendoza, foi detido pela polícia sob a acusação de envolvimento no assassinio em 1985 de três dirigentes comunistas, anunciou em Santiago o juiz encarregue do caso.

O juiz Milton Juica ordenou a detenção do general Mendoza pelo assassinio dos dirigentes comunistas Manuel Guerrero, José Manuel Parada e Santiago Nattito e pela acusação de «associação terrorista ilícita».

O general Mendoza, membro da Junta Militar sob o regime do general Augusto Pinochet (entre 1971 a 1990), abandonou o governo militar e a direcção da polícia militarizada em Agosto de 1985, quando vários dos seus subordinados foram incriminados na detenção de três opositores, cujos corpos decapitados foram encontrados nos arredores de Santiago.

Dezasseis outros oficiais da polícia militarizada chilena foram igualmente acusados e alguns deles já se encontram detidos, segundo fontes judiciais.

## EUA

Os pedidos de subsídio de desemprego nos Estados Unidos aumentaram 2 por cento na terceira semana de Março, para 456 mil, informou o departamento de Trabalho.

Os analistas previam uma quebra de 1,5 por cento no número de pedidos de desemprego apresentados na terceira semana de Março comparativamente à semana anterior.

## BULGÁRIA

Cerca de 20 mil mineiros búlgaros terminaram um período de seis dias de greve após terem acordado com o governo a abertura de negociações sobre salários em atraso e um reforço da segurança do trabalho.

Os grevistas protestavam também contra os projectos do governo que visa paralisar a indústria de tratamento de urânio e chumbo.

Os mineiros, que exigiram ao governo o reforço do sector e o abandono das medidas de reestruturação que provoquem desemprego, pediram também a demissão do ministro da Indústria, Ivan Pushkarov.

A greve, considerada o primeiro teste do governo que chegou ao poder em Novembro de 1991, foi convocada pelo «Podkrepa», sindicato independente.

Os projectos de reestruturação da indústria mineira serão anunciados em 15 de Abril.

## GUATEMALA

Os cadáveres de doze pessoas, entre as quais várias crianças, aparentemente assassinadas em 1980, foram desenterrados de um cemitério clandestino na província de Chiche, no nordeste da Guatemala.

A exumação dos doze corpos foi efectuada a pedido de várias organizações de defesa dos direitos do homem e ainda das famílias das vítimas, originárias da região e na sua maioria camponeses.

Segundo as organizações que solicitaram a exumação, o exército guatemalteco foi o responsável pelo massacre, efectuado durante o regime militar do general Romeo Lucas Garcia, e há ainda «numerosos (outros) cemitérios clandestinos».

## GRÉCIA

Os resultados das eleições parciais que se realizaram no domingo na segunda circunscrição de Atenas constituem uma mensagem contra a política social e económica dos conservadores há dois anos no poder.

As eleições visaram a substituição de um deputado por Atenas.

O maior partido da oposição, o Movimento Socialista Pan-helénico (PASOK), o único partido parlamentar que se apresentou ao sufrágio, registou uma subida de 33 por cento relativamente às eleições de 1990.

O presidente do PASOK, Andreas Papandreu, comentou que a performance do partido constituiu uma bofetada contra o governo conservador.

## ESPANHA

Os desempregados espanhóis que estejam registados no Instituto Nacional de Emprego (INEM) perdem o direito ao subsídio se rejeitarem ofertas de trabalho ou cursos de formação.

Esta medida foi tomada pelo governo espanhol para responder ao plano da Comunidade Europeia que prevê uma redução das despesas públicas.

Os Sindicatos anunciaram já uma «resposta contundente» que poderá assumir a forma de greve geral.

O decreto, que prevê ainda uma redução da percentagem do subsídio que é actualmente pago, não se aplica porém aos actuais beneficiários, que totalizam 55 por cento dos quase 2,5 milhões de desempregados registados oficialmente.

## Méio Oriente OLP denuncia operações de matança nos territórios ocupados

«Activar um processo de paz justo, global e duradouro, baseado nas resoluções da ONU e nos princípios da legitimidade internacional» — é objectivo fundamental dos ministros dos Negócios Estrangeiros dos países árabes que, em reunião realizada em Beirute, decidiram participar na próxima ronda de negociações que deverá ter início a 27 deste mês, em Washington.

Os ministros da Síria, da Jordânia, do Líbano, e o responsável dos assuntos políticos da OLP, aprovaram um documento em que mais uma vez sublinham a necessidade de retirada de Israel dos territórios ocupados, incluindo Jerusalém, e o direito dos palestinianos à sua pátria.

Simultaneamente, a OLP pediu uma reunião urgente do Conselho de Segurança da ONU para examinar medidas práticas que visem assegurar a protecção das populações palestinianas

nos territórios ocupados. Num comunicado divulgado em Tunes, a OLP denuncia que as forças israelitas «estão actualmente a levar a cabo operações de matança» de palestinianos da faixa de Gaza e da Cisjordânia, e apela à comunidade internacional e ao presidente norte-americano para «tomarem rapidamente medidas práticas para proteger o povo palestiniano».

Na quarta-feira da semana passada, mais de 10 palestinianos foram mortos e 50 outros feridos em Rafah, na faixa de Gaza.

Em comunicado então divulgado, a OLP afirma que os soldados do Exército israelita «abriram fogo de uma forma premeditada» contra as populações palestinianas no bairro de Chaboura, em Rafah, «provocando uma carnificina». E denuncia ainda que as autoridades israelitas «tentaram esconder esta carnificina decretando

o estado de emergência e o recolher obrigatório».

As forças israelitas, continua o comunicado, «continuaram a atirar» sobre as populações palestinianas que «tinham saído para manifestar-se contra a carnificina».

Entretanto, todo o processo de paz está de

facto suspenso dos processos eleitorais nos Estados Unidos e em Israel, e naturalmente também dos seus resultados.

Segundo recentes sondagens, regista-se alguma vantagem dos Trabalhistas israelitas sobre o actual partido no poder, o Likud, que detém o governo do país desde 1977.

## O calendário dos grupos de trabalho

As cinco comissões sobre os problemas regionais do Méio Oriente deverão realizar as suas primeiras reuniões entre 11 e 30 de Maio. Estes grupos de trabalho foram formados quando da abertura das negociações multilaterais de paz, em fins de Janeiro, em Moscovo.

Segundo o calendário estabelecido, o grupo de trabalho sobre desenvolvimento económico reúne em 11 e 12 de Maio em Bruxelas; os recursos hidráulicos serão debatidos em 11 de Maio em Viena; o controlo de armamento em 11 de Maio em Washington; os refugiados, entre 13 e 14 de Maio em Otawa e o Ambiente a 30 de Maio em Tóquio.

## Somália

## Quase cinco milhões de pessoas ameaçadas pela fome

Catorze mil pessoas foram mortas e vinte e sete mil feridas entre 17 de Novembro e 26 de Fevereiro, apenas na cidade de Mogadiscio, capital da Somália. Este o balanço em vidas humanas da guerra civil na Somália, o «pior desastre humano dos tempos actuais», segundo um relatório de duas organizações humanitárias, uma americana, outra britânica.

Africa Watch e Médicos para os Direitos do Homem sublinham, no relatório divulgado em fins de Março, que «as verdadeiras dimensões da crise foram amplamente ocultadas» e que o número de vítimas da guerra civil é bem mais elevado que as estimativas da ONU. O relatório indica que «a carnificina imposta à população civil (...) já deu a Mogadiscio um lugar especial nos anais da crueldade humana». Segundo os números do Comité Internacional da Cruz Vermelha referidos no relatório, «4,5 milhões dos 6 milhões de somalis estão ameaçados de fome».

A guerra civil da Somália é uma das várias guerras

«esquecidas» de que são actualmente vítimas os povos de África. Um continente do Sul marginalizado, encerrado num círculo vicioso de fomes, miséria e revoltas.

O levantamento contra o regime de Siad Barre, em 30 de Dezembro de 1991, teve

um saldo humano de cinco mil mortos em três semanas, na capital, que foi completamente devastada. Centenas de milhar de pessoas fugiram para os países vizinhos. A instauração de um governo provisório em Janeiro de 1991 não levou a uma melhoria da situação. Pelo

contrário, as diferentes facções do novo poder relançaram a guerra civil, agravada ainda com as acções banditescas dos bandos armados.

Ao longo de todo o ano passado, a Somália foi-se afundando num processo de autodestruição. De tempos a tempos um secretário-geral adjunto da ONU (como foi caso bem recentemente em Março), vai a Mogadiscio para tentar um cessar-fogo, que é violado antes mesmo de começar a ser aplicado.

No momento da sua independência, o povo somali tinha naturalmente muitas esperanças. Tinha finalmente recuperado a unidade depois da partilha colonial entre a Itália e a Grã-Bretanha. Na verdade acabou por ser utilizado pela sua «posição estratégica» no «corno de África». Uma posição hoje perdida, e cuja exploração em nada contribuiu para o seu desenvolvimento e tão-pouco para o equilíbrio político.

Hoje, tal como a Etiópia, e de par de uma guerra cujo fim se não divisa, a grande ameaça é a fome.



A Somália é um dos países africanos mais atingidos pela fome, que devasta praticamente todo o continente



## Itália

# Derrota eleitoral da democracia cristã

A Democracia Cristã sofreu a maior derrota eleitoral da sua história nas eleições legislativas de 5 e 6 em Itália, no que não pode deixar de ser considerado como um voto do eleitorado contra a política que tem vindo a ser seguida pela coligação quadripartida no poder.

A maioria formada pela Democracia Cristã (DC), socialistas, sociais-democratas e liberais, perdeu a maioria em votos nas duas Câmaras do Parlamento, obtendo 48,8 por cento para a Câmara dos Deputados e 46,3 por cento para o Senado. Apesar disso, e em virtude do sistema proporcional, pode continuar com a maioria dos lugares.

No quadro da maioria, a DC perdeu, nestes últimos cinco anos, 4,8 por cento de votos para a Câmara de Deputados e 6,3 por cento no senado.

O Partido Socialista obteve 13,6% de votos para ambas as Câmaras.

No quadro da oposição, o Partido Democrático de Esquerda (nascido da transformação do PCI), sofre uma forte erosão,

mantendo-se entretanto como o segundo partido a nível nacional: tem 16,1 por cento dos votos (26,6 por cento do PCI em 1987) para a Câmara e 17 por cento para o Senado (28,3 por cento para o PCI).

A Refundação Comunista, nascida em 1991 de uma cisão do PCI (quando da transformação deste na actual formação política), registou um resultado assinalável: 5,6 por cento para a Câmara e 6,5 por cento para o Senado.

O resultado mais preocupante é a votação obtida pela Liga Lombarda, movimento regionalista do



O Partido Refundação Comunista obteve uma significativa percentagem de votos

Norte de Itália, com um carácter direitista e xenófobo. Com quase 9 por cento dos votos assume-se como quarta força política do país no plano partidário.

Conhecidos os resultados eleitorais, o presidente da República italiana disse, em Roma, que vai iniciar em 30 de Abril as consultas formais para a

formação de um novo governo. A convocação das duas Câmaras está marcada para 23 de Abril. Os grupos parlamentares deverão ser formados antes de 30.

## Resultados eleitorais reflectem situação socioeconómica

Os resultados das eleições legislativas em Itália, e que provocaram um verdadeiro abalo no quadro político italiano, reflectem a degradação da situação socioeconómica no país, desde as últimas eleições legislativas, em 1987.

Hoje, a situação que se vive é de recessão. O défice orçamental aumentou, representando 10% do produto interno bruto (PIB), o endividamento corresponde a 101% do PIB, a inflação ultrapassou os 6%. O crescimento do PIB, de 3% em 1989, passou a 2% em 1990 e não terá ultrapassado os 1,5% o ano passado.

Como resposta a este quadro, o governo de coligação do democrata cristão Giulio Andreotti votou uma lei de finanças para 1992 em que se anuncia uma limitação de 4,5% nos salários da função

pública um forte aumento das taxas moderadoras ligadas aos cuidados médicos, aumentos dos impostos locais e um ambicioso plano de privatizações.

Desde Outubro passado que as três centrais sindicais italianas exigem uma mudança da orientação socioeconómica, «uma verdadeira luta contra a inflação, que possa contribuir para o desenvolvimento da produção». Mas os investimentos industriais estão em baixa, há um recuo do emprego na indústria e o desemprego mantém-se nos 11% da população activa, atingindo mesmo os 25% em regiões como a Calabria.

O poder da Máfia — entretanto agitado como um espantalho político por quem não está isento de responsabilidades e ligações — tem vindo a assumir

mesmo um peso crescente. Entre 1985 e 1991, o número de homicídios aumentou de 2000 para 3000, sendo que 80 a 90% dos delitos permanecem impunes. Na zona do país a Sul de Roma, 40% do PIB provém de empresas ligadas, de uma maneira ou de outra, à Máfia, cujo volume de negócios se calcula ser superior ao do grupo Fiat.

## PCP condena embargo internacional à Líbia

A decisão do Conselho de Segurança da ONU de impor um embargo militar e aéreo à Líbia antes que o Tribunal Internacional de Haia (entidade jurídica competente) se pronunciasse, constitui um gravíssimo atropelo ao direito internacional.

A decisão insere-se no projecto das potências ocidentais e, em primeiro lugar dos EUA, de fazer do Conselho de Segurança da ONU um instrumento ao serviço da sua hegemonia mundial.

Tal projecto não contribuirá para resolver nenhuns dos graves conflitos existentes, antes contribuirá para os agravar e desestabilizar a paz e a segurança no mundo.

O Partido Comunista Português chama a atenção para que um tal projecto servirá igualmente para desprestigiar o Conselho de Segurança da ONU e acabará por colocar os povos contra as suas injustas decisões.

## Peru

## Golpe sobre fundo de miséria

O Peru vive nestes dias uma situação de grande instabilidade política, na sequência do golpe desencadeado pelo presidente Alberto Fujimori, com o apoio das Forças Armadas.

Na noite de domingo, o presidente peruano anuncia a dissolução do Congresso, a suspensão da Constituição, a formação de um governo de emergência.

O Exército saiu para as ruas, e tomou posição, com veículos militares, nos principais pontos de Lima. O edifício do Congresso foi cercado por tanques.

De seguida, o presidente impôs uma estrita censura sobre a imprensa. As sedes dos jornais estão ocupadas por tropa e foram instalados censores oficiais.

A única emissora que continuava a emitir informações sobre o golpe, a Rádio Antena Uno, próxima de Alan Garcia, dirigente do principal partido da oposição, foi encerrada pelos militares.

Segunda-feira, militares efectivos da polícia peruana dispersaram violentamente uma reunião de um grupo de deputados de diversos partidos que pretendiam declarar vaga a presidência do Peru, na medida em que o presidente Alberto Fujimori violou a Constituição. Um numeroso grupo de deputados defende que, ao dissolver o parlamento e o poder judicial, o presidente Fujimori «colocou-se à margem» da Constituição e, por isso «perdeu o seu mandato presidencial».

Entretanto há notícias de algumas prisões. No plano internacional registam-se várias posições de condenação do golpe. Em resolução aprovada segunda-feira em Washington, a OEA condenou o golpe e convocou a realização urgente de uma reunião especial de ministros dos Negócios Estrangeiros dos países membros da organização para analisar a situação.

Fujimori foi eleito em Junho de 1990. Não dispondo do apoio da

maioria parlamentar, não tentou entretanto a formação de alianças políticas e optou por fazer dos militares o seu principal suporte.

Desenvolveu uma política económica objectivamente anti-popular. Eliminou o controlo de preços e subsídios, liberalizou o mercado de divisas, começou a vender as empresas estatais e reduziu drasticamente as despesas públicas.

Uma política que levou a oposição de esquerda no Congresso a afirmar que, medidas como os cortes nas despesas sociais, constituíam uma ajuda de facto ao Sendero Luminoso. A esquerda no parlamento acusava ainda Fujimori de tentar limitar a liberdade de expressão e a capacidade de fiscalização do Congresso sobre os militares.

Como pano de fundo de toda a realidade política e social peruana a imensa miséria que marca a vida do país. Cerca de metade da população vive num estado de pobreza total.

## «Pravda»

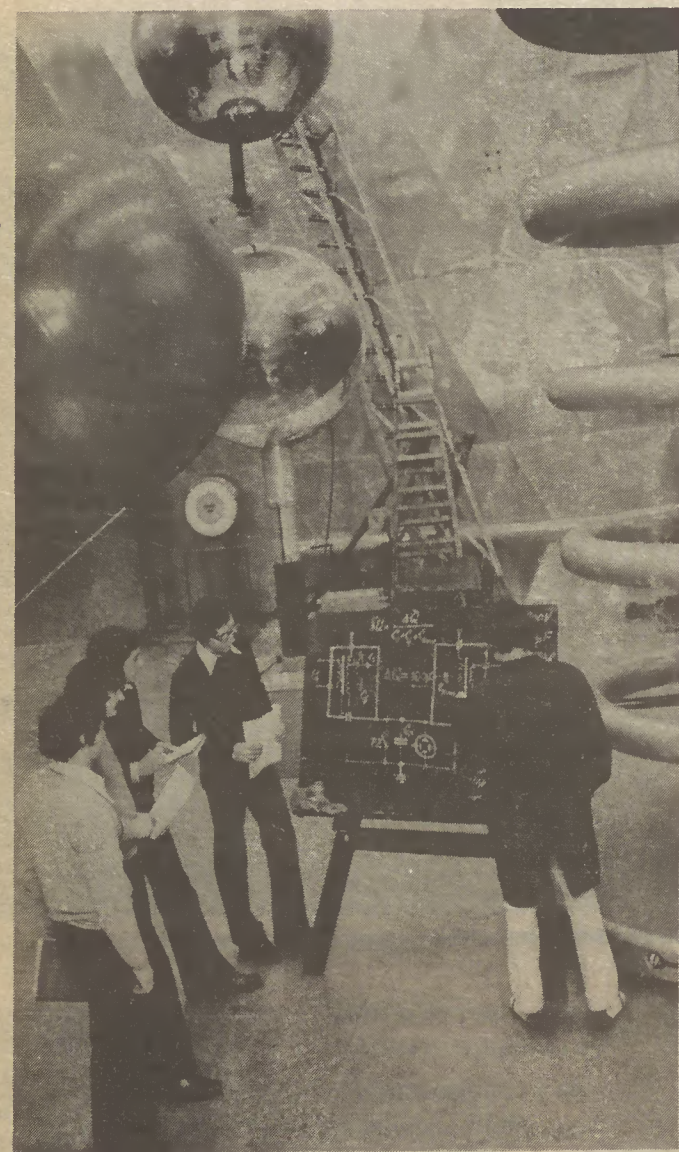
## volta às bancas

O «Pravda», antigo órgão central do então Partido Comunista da União Soviética, reapareceu nas bancas de Moscovo, numa edição mais reduzida, de quatro páginas, depois de três semanas antes ter interrompido a publicação por falta de dinheiro.

Os editores do «Pravda» restauraram também o antigo cabeçalho do jornal, com as medalhas com que tinha sido agraciado. «Estas medalhas foram recebidas por muitas gerações de jornalistas do «Pravda», explicam os editores numa mensagem na primeira página. «Não podem ser retiradas por ordem de ninguém».

«Não esqueçamos as páginas difíceis na história do jornal, os seus erros, fracassos e derrotas, mas não temos o direito de condenar tudo o que este país viveu», conclui a mensagem.





## Parques de ciência e tecnologia

— realizada uma audição pública

Organizada pela Comissão para as Questões da Ciência e da Tecnologia, decorreu no passado dia 26 na Sala Milão do Hotel Roma uma Audição Pública sobre os Parques de Ciência e Tecnologia.

Foram convidadas e participaram nesta iniciativa diversas personalidades da área científica e tecnológica e especialistas em questões económicas e de planeamento, tendo as intervenções do painel estado a cargo de Luís Moniz Pereira, professor catedrático do Instituto Superior Técnico e Director do INESC, Rui Namorado Rosa, também professor catedrático da Universidade de Évora e membro do Conselho Nacional de Educação, e a economista Isabel Barata.

Moderou os trabalhos o engenheiro Francisco Silva, da TELECOM e do Conselho de Governadores do EURESCOM.

Como se sabe, a necessidade de uma crescente e rápida integração dos resultados da investigação e desenvolvimento experimental, I&DE, nas actividades produtivas levou, nas últimas décadas, ao aparecimento em diferentes países de Parques de Ciência e Tecnologia (PCTs), espaços estruturados de tecnologias avançadas visando facilitar os processos de diversificação e modernização das estruturas económicas, a inovação e endogeneização tecnológica e o estímulo ao investimento.

Estão presentemente em curso em Portugal projectos de criação dos Parques de Ciência e Tecnologia em Lisboa (localizado na confluência dos concelhos de Oeiras, Sintra e Cascais) e do Porto (com três pólos - Área Metropolitana, Vale do Ave e eixo Feira-Ovar), para os quais o Governo já disponibilizou 8 milhões de contos dos programas CIÊNCIA e STRIDE e prometeu outros recursos do PRODEP e do PEDIP. Paralelamente, encontram-se em fase de arranque o Pólo Tecnológico de Lisboa, no Lumiar, ligado ao LNETI (com financiamento do PEDIP), e o Campus da UNINOVA, em Almada.

A Audição Pública sobre os Parques de Ciência e Tecnologia permitiu conhecer melhor os projectos em curso, analisar em profundidade as suas características e considerar os problemas que se colocam em concreto no nosso país no plano da ligação da I&DE à produção.

Com base nos resultados desta Audição, a Comissão para as questões da Ciência e da Tecnologia está a preparar uma posição sobre os Parques de Ciência e Tecnologia. Voltaremos, pois, ao assunto numa próxima edição do «Avante!».

# Reforma do ensino Sim, mas...

O PCP, embora considere necessária uma reforma curricular que envolva a totalidade das aprendizagens propostas aos jovens pela escola, deve reclamar a não generalização dos novos currículos no próximo ano lectivo, dado que não estão - e não se prevê que no tempo disponível venham a estar - suficientemente esclarecidos e formados os professores, nem devidamente avaliada a experimentação que tem estado a ser realizada.

Esta uma das conclusões do Encontro Nacional do PCP sobre Educação e Ensino, recentemente realizado em Lisboa, em que foi analisada a problemática da reforma educativa, a valorização profissional dos professores e a estratégia de desenvolvimento do ensino superior.

A secção que debateu a reforma educativa, confrontando o que ela deveria ser e o que dela legitimamente os portugueses poderiam esperar como concretização da Lei de Bases do Sistema Educativo, com aquilo em que os governos do PSD a têm querido transformar, centrou a sua atenção na reforma curricular, incluindo a avaliação da experiência de novos programas e os problemas relacionados com a sua generalização; a avaliação da aprendizagem dos alunos; a concepção e concretização do ensino tecnológico, artístico e profissional; a autonomia e os projectos educativos da escola; a intervenção de alunos, professores, pais e autarquias, enquanto comunidade de interesses e de esforços para uma escola de sucesso e ainda, no investimento público na educação.

Do debate realizado sobre a reforma curricular, a avaliação das aprendizagens e sobre o ensino tecnológico, artístico e profissional, foi reconhecida a necessidade de uma reforma curricular, mas considerada contraproducente a generalização dos novos currículos já no próximo ano lectivo, uma vez que nem os professores estão ainda suficientemente esclarecidos e formados, nem está devidamente avaliada a experimentação que tem estado a ser realizada.

Por outro lado, considerou-se que a redução das cargas horárias lectivas dos alunos é matéria que se considera dever continuar a ser discutida e aprofundada, e que não poderá decorrer apenas de critérios economicistas (como construir menos escolas novas) nem significar a redução do papel formativo da escola e das actividades que ela deve proporcionar para lá das aulas.

Concluiu-se também que não é admissível que essa redução sirva para promover o despedimento de professores.

Relativamente ao Despacho sobre avaliação dos alunos, não obstante o carácter positivo de algumas disposições (como, por exemplo, as que se referem à compensação edu-

cativa) a consideração global do seu conteúdo levou à sua rejeição, seja pelas suas consequências no plano social, seja pelas suas consequências pedagógicas.

Foi ainda considerado que os novos programas não apresentam suficiente articulação horizontal e que as condições de realização da experiência dos novos currículos têm sido caóticas.

Quanto à formação profissional dos jovens, se se considera que não deve estar exclusivamente sob a tutela do Ministério da Educação, impõe-se no entanto a coordenação dos diversos Ministérios que intervêm nesta área.

Foi feita ainda uma chamada de atenção para a marginalização e abandono a que têm sido votados a educação e o ensino especial, e defendido que a reforma curricular deve incluir a criação de condições para o desenvolvimento e progresso desta área da educação e do ensino.

O Encontro considerou, por outro lado, que, face à política do Governo PSD, de redução de despesas com a educação e de desvalorização e asfixia da escola pública, é necessário reafirmar a validade dos valores consagrados na



Constituição e na Lei de Bases do Sistema Educativo e valorizar a escola pública como serviço de qualidade.

**Professores — uma profissão a valorizar**

As questões da educação e do ensino passam, inevitavelmente, pelos professores e respectiva valorização profissio-

nal. Este um domínio em que a política governamental se caracteriza por uma total irresponsabilidade, considerando o governo que a formação é um problema dos professores ou das instituições que a promovem. Com a agravante de não existir uma formação contínua e de a formação inicial dos professores estar repartida por várias instituições do ensino superior com modelos diversos, funcionando isoladas umas das outras e sem articulação com as escolas a que se destinam os professores.

Para os participantes no Encontro do PCP, esta situação coloca no centro da luta a exigência de um sistema de formação de professores na perspectiva de educação permanente, centrada na sua acção pedagógica e nas escolas. Aponta, por outro lado, para a necessidade de criação de uma plataforma de reflexão e actuação entre as instituições de formação, os professores e as suas organizações sindicais, e exige a denúncia de ausência de verbas para a formação de professores e a luta pela consagração dessas verbas no Orçamento de Estado.

Também a situação profissional dos docentes esteve em debate no Encontro. Um tema particularmente actual, quando se assiste a uma grande ofensiva do Governo ao direito ao trabalho e à estabilidade de emprego dos professores, caracterizada pelo aumento dos professores contratados, pela ausência de profissionalização dos que não possuem e por um conjunto de medidas que a curto prazo provocarão o despedimento de milhares de professores. Uma situação a exigir a luta pelo vínculo para todos os professores com mais de dois anos de serviço e habilitação própria, a revisão da legislação sobre quadros e concursos, entre outras medidas.

A avaliação e progressão na carreira, que para o Ministério da Educação tem servido essencialmente para controlar tal progressão, foi alvo de sérias críticas dos participantes nos trabalhos do Encontro. Nas conclusões do debate, considerou-se que a avaliação deverá ter essencialmente um carácter formativo, que permita a avaliação do próprio sistema educativo e que, em caso algum, deverá permitir a introdução de mecanismos impeditivos de acesso ao topo da carreira.

A luta pela defesa dos interesses dos professores passa, naturalmente, pela intervenção sindical, onde os professores comunistas assumem a sua condição de professores e de comunistas, o que, como foi sublinhado, significa o seu empenhamento na actividade sindical no sentido da transformação da sociedade.



rápida expansão deste subsector em resultado de legislação permissiva, facilitação de financiamentos às instituições de ensino privado e restrições impostas à expansão das instituições de ensino público. Assiste-se, em consequência, à proliferação de estabelecimentos de ensino privados, eventualmente lucrativos mas na sua maioria sem qualidade quanto a condições materiais e qualificação de docentes. Considera-se, porém, que a presente expansão do ensino superior privado, embora apoiada pela política governamental, é, no essencial, conjuntural, por não poder dar resposta séria ao desenvolvimento do sistema de ensino nacional e às aspirações do povo português.

O quadro de integração europeia põe acrescida urgência e impõe novas abordagens da política nacional para o ensino superior. A compatibilidade de qualificações e a mobilidade de quadros abrem novas perspectivas e exigem novas respostas, que estão insuficientemente analisadas. No quadro da integração europeia colocam-se com acrescida acuidade soluções que contribuem para a correcção de assimetrias regionais assim como das desigualdades e injustiças sociais.

(excertos das conclusões)



## Secundário e Superior da JCP realizam encontros no fim-de-semana

As estruturas da JCP do Ensino Superior e do Secundário realizam dois encontros nacionais, que decorrerão, sábado e domingo próximos, nas instalações da Faculdade de Letras de Lisboa.

O 4º Encontro do Secundário, com início às 10 horas de sábado, conta com a participação de Vítor Dias, da Comissão Política do PCP, que fará, no mesmo dia, a intervenção no encerramento dos trabalhos. A propósito desta iniciativa, o «Avante!» falou com Alexandre Araújo, membro do Secretariado da Coordenadora Nacional do Secundário e do Secretariado da DN da JCP, que referiu a oportunidade da realização deste encontro «num momento de ascensão da movimentação estudantil, em que se regista um grande número de adesões à JCP».

Sobre os trabalhos, que têm como lema «Dar vida à escola, dar vida ao futuro», Alexandre Araújo revelou que «a discussão decorrerá sempre em plenário, dividindo-se em dois painéis: «Política educativa e lutas» e «Movimento Associativo e intervenção da JCP». Pretendemos que o encontro contribua para o reforço da organização e que aprove um conjunto de orientações para a continuação da luta no secundário e intervenção da JCP neste processo».

No primeiro painel será feito o balanço das lutas estudantis nos últimos dois anos, analisadas as condições de ensino e as perspectivas que se abrem para o prosseguimento da dinâmica reivindicativa. «As

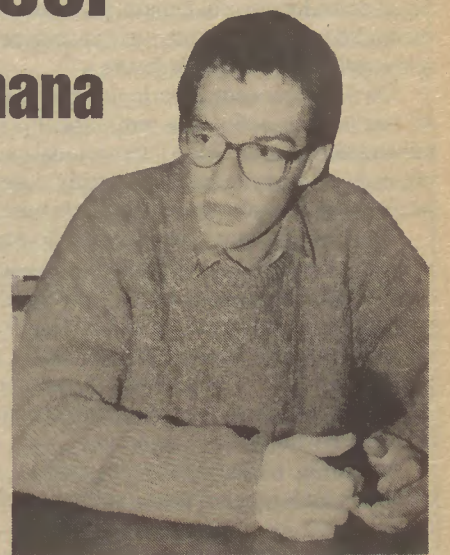
recentes lutas mostram que há condições para continuar, que os jovens não são amorfos e estão dispostos a lutar pelos seus direitos», acrescenta Alexandre Araújo, recordando que os protestos contra a PGA levaram o Governo a ceder e provocaram a demissão do ministro da Educação.

Por outro lado, na segunda parte do debate, será dada atenção «ao papel dos jovens comunistas dentro das escolas, na actividade com os outros estudantes na dinamização do trabalho do movimento associativo e, naturalmente, tentaremos encontrar novas formas de fazer chegar às escolas a mensagem e as propostas da JCP, para fazer face às dificuldades orgânicas e aos entraves que são colocados à acção das organizações políticas nos estabelecimentos de ensino».

Os cerca de duzentos jovens que a organização prevê reunir, elegerão ainda a Coordenadora Nacional do Ensino Secundário da JCP.

### 6ª CNES

A 6ª Conferência Nacional do Ensino Superior prolongar-se-á durante todo o próximo fim-de-semana e, nas palavras de Filipe Rosas, da DCES e da DN da JCP, em conversa com o «Avante!», «constitui um momento alto do debate da Organização do Ensino Superior, onde se fará o balanço da actividade dos jovens comunistas nas diversas áreas de intervenção e se traçarão linhas de orientação para o futuro».



Alexandre Araújo, do Secretariado da Coordenadora Nacional da Organização do Ensino Secundário da JCP

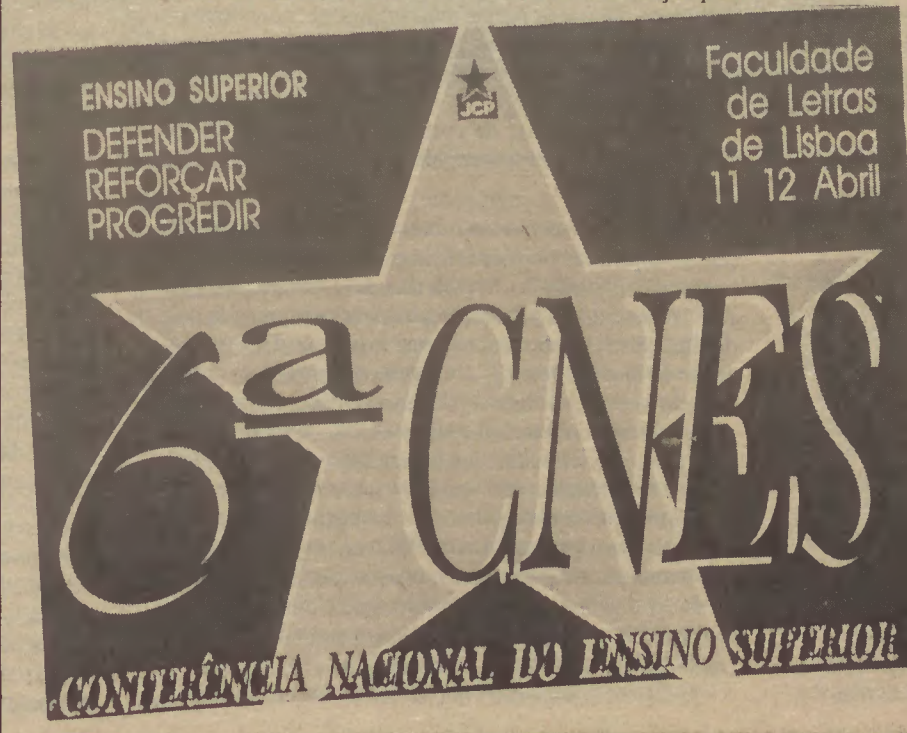
Os trabalhos decorrem em plenário e em três secções, a saber: «Política educativa», «Movimento estudantil» e «Intervenção própria da JCP - direcção e organização».

A conferência tem início pelas 11 da manhã de sábado, com a primeira sessão em plenário, na qual será aprovado o regulamento, o secretariado da conferência e a composição da mesa, bem como serão proferidas as intervenções de abertura sobre as principais questões em debate.

Na mesa estará Edgar Correia, da Comissão Política do PCP, para além dos membros do secretariado da conferência, Manuel Coelho, Ricardo Pena, Luís Urbano, Daniel Santos e Pedro Viegas. Pelo Secretariado da DN da JCP estará Pedro Tavares, e estarão representadas as estruturas das universidades regionais, do Ensino Politécnico de Santarém e da Direcção da Organização do Ensino Superior de Coimbra.

Após a primeira sessão realiza-se um almoço-convívio, até às 15 horas, altura em que se dá início à segunda sessão, que funcionará em secções durante toda a tarde. Após o jantar, começa a terceira sessão da conferência que será reservada aos militantes. Aqui vão ser debatidas questões de direcção e organização e será eleita a Direcção Central do Ensino Superior.

A conferência reabre no dia seguinte pelas 10 horas da manhã, para a quarta sessão em plenário, que fará a discussão política do trabalho e das conclusões das secções. Depois do almoço terá lugar a quinta sessão dos trabalhos, onde será aprovado o documento-base sobre os grandes temas da conferência, proposto pela DCES. Duas intervenções finais, da parte da OES e de Edgar Correia, encerrarão os trabalhos.





# Os desafios da Educação

Um mundo cada vez mais complexo e em transformação acelerada, a infundável rede dos processos e das suas relações, a «aldeia global» da comunicação, desafiam diariamente a nossa capacidade de conhecimento e impõem um esforço permanente de compreensão.

A própria consciência do desenvolvimento como um processo integrado a várias dimensões — política, económica, social, cultural, científica, tecnológica, ecológica — faz o seu caminho, na visão do século XXI em cujo limiar nos encontramos.

Eno cruzamento das grandes vertentes, a capacidade de cada ser humano aceder a um património de milénios e, sobretudo, de poder assumir-se activamente numa sociedade em profunda mutação.

Por outras palavras a questão da educação para os novos tempos.

Nas actuais condições históricas, marcadas por uma profunda revolução científico-técnica e pela internacionalização e globalização dos principais processos, a educação, a ciência e a cultura impõem-se como vectores estratégicos fundamentais para o desenvolvimento do nosso país.

Desenvolvimento, nas condições portuguesas, significa aproximação aos níveis dos países mais avançados.

Mas significa, igualmente, por via dessa aproximação, o reforço da capacidade do nosso povo defender os seus interesses, de salvaguardar a sua identidade e a sua capacidade de continuar a construí-la, de decidir do seu próprio destino num quadro de relações internacionais cada vez mais estreitas e de uma crescente interdependência.

Abordar a questão da educação é, pois, em primeiro lugar, considerar o problema da juventude, do desenvolvimento harmonioso de todas as capacidades e de todas as responsabilidades de cada jovem.

Da actual juventude portuguesa, que em grande parte irá iniciar a sua actividade profissional já no século XXI, num quadro comunitário e internacional que não é possível hoje prever, mas em que a competitividade económica e a profissional irão ser certamente ainda mais intensas.

Mas abordar a questão da educação é também, é cada vez mais, considerar o conjunto da população portuguesa, considerar a diversidade e a multiplicidade dos processos educativos e formativos, considerar as dimensões a que estes necessitam de dar resposta, desde a competência profissional e a qualificação, à cultura humanista e científico-técnica, à inovação e à criação, aos valores cívicos e humanos.

Vivemos numa época em que o conhecimento científico e técnico se afirma como uma força produtiva directa.

E em que o desenvolvimento económico se apoia cada vez mais na intensidade de conhecimentos.

Numa linha, processa-se rapidamente o desenvolvimento da terciarização. Noutra linha, cresce a importância de actividades industriais com uma avançada base científica e tecnológica.

A constante elevação dos patamares da qualificação mínima requeridos no plano profissional, as rápidas alterações no domínio da procura de competências e de qualificações e as profundas mudanças na própria configuração do mercado de trabalho, não conseguem ser satisfeitas pela lenta rotação natural das gerações, nem sobretudo pelos conhecimentos e capacidades que a educação inicial pode fornecer.

A questão da educação permanente, de um sistema que integre e equilibre a educação inicial (sobretudo dirigida à juventude) com o ensino e a formação permanente dos adultos, não é pois um problema para as gerações vindouras.

É bem uma questão do nosso tempo, em que não podemos deixar de situar cada vez mais os problemas do nosso próprio país.

Que se pode ver, a esse respeito, nos países mais desenvolvidos do ponto de vista económico e tecnológico? Que preocupações e tendências aí se manifestam e que grandes linhas estão a ser definidas no domínio das políticas educativas para os próximos dez/quinze anos?

Em primeiro lugar, é o renovado interesse pelo desenvolvimento dos recursos humanos e pelo forte crescimento da qualificação de toda a população activa, como um dos mais importantes investimentos imateriais.

É a reapreciação quantitativa e qualitativa da capacidade dos sistemas de educação e de formação e o seu ajustamento às necessidades da concorrência internacional e aos desafios que são colocados pelo desenvolvimento de novas tecnologias.

É o desenvolvimento de um sistema de educação permanente, para coordenar e articular o ensino e a formação destinada aos jovens e aos adultos, e em que o aproveitamento do estudante adulto chega já a ser assumido como o «recurso essencial para as empresas e as nações na próxima década».

## Uma política que não serve

Por qualquer lado que o observemos, é alarmante o atraso do sistema educativo do país e é cada vez maior o

fosso que o separa do nível dos países desenvolvidos, em particular dos da CEE.

Alguns indicadores gerais disponíveis, nem por serem conhecidos devem estar menos presentes na análise da situação educativa do país.

É dramática a diferença do nível de instrução da população activa do nosso país, com 20 anos e mais, em relação a outros países europeus: 91% dos portugueses têm um nível de instrução inferior ao ensino secundário, em comparação com os 57% da Espanha e os 36% da Alemanha.

Quando se compara a situação da faixa da população com idades compreendidas entre os 3 e os 24 anos, a população escolar por excelência, salta à vista o baixíssimo índice de escolarização de Portugal, onde apenas 47% frequenta qualquer instituição escolar, bem longe dos 74% da Espanha e dos 77% da França.

No que respeita ao analfabetismo, que se pode dizer de um país que ainda apresenta taxas da ordem dos 20% na população com mais de 15 anos, isto sem falar do inquietante alastramento das manchas do analfabetismo funcional?

E que dizer dos enormes desníveis entre Portugal e outros países comunitários em relação à frequência da educação pré-escolar (30% de crianças portuguesas, contra os 80% em média na CEE), bem como em relação aos ensinos secundário e superior?

Mas se olharmos o sistema de ensino de outros ângulos, o que podemos ver?

Podemos ver índices elevados de abandono da escolaridade obrigatória; alarmantes taxas de reprovação e de retenção em todos os níveis; um quadro de grandes carências e a degradação de muitas instalações escolares; a generalizada falta de recursos para assegurar o funcionamento mínimo das escolas; a insuficiente dotação orçamental das escolas do ensino superior; uma acção social escolar de baixíssimo nível; e condições de vida, de trabalho, de emprego dos professores e de outros profissionais que intervêm no processo educativo frequentemente deficientes, precárias e não estimulantes.

Quando se procuram as causas para este profundo atraso e inadequação do sistema educativo do país, costuma ser evocada a herança de quase meio século de regime fascista.

Mas quase duas décadas passadas depois do 25 de Abril, essa explicação está longe de ser suficiente e razoável.

E isso é tanto mais verdade quanto o 25 de Abril, em consequência das profundas transformações democráticas que tiveram lugar na nossa sociedade, teve um enorme e favorável impacte na área do ensino.

A verdade é que as possibilidades e as potencialidades abertas pela Revolução de Abril não demoraram a ser condicionadas e postas em causa pela política de direita de sucessivos governos.

Cabem neste aspecto culpas particulares ao PSD, partido que tem assumido desde há treze anos, e de forma praticamente ininterrupta, a responsabilidade pelo Ministério da Educação.

Ano após ano, a parte do Orçamento do Estado que cabe à Educação tem diminuído de uma forma significativa. Em 1988 era de 19,4%, em 1990 desceu para 16,7% e voltou a cair, agora no Orçamento para 1992, para o nível dos 14,4%.

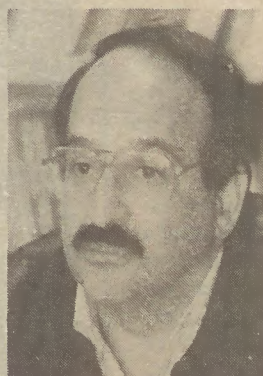
Se examinarmos as despesas públicas do ensino em percentagem do Produto Interno Bruto (PIB), vê-se que de 1980 a 1987 esse valor se manteve praticamente estacionário em Portugal entre os 4,1 e os 4,2%, bem longe de nações mais desenvolvidas como a Dinamarca, a Holanda, a Suécia, a Noruega, que andam na ordem dos 7% e de países como a França quase com 6%. E esta comparação é tanto mais desfavorável ao nosso país quanto são abissais as diferenças entre o PIB por habitante nesses países e em Portugal e quanto os países mais atrasados necessitam de uma grande concentração de recursos para conseguirem vencer a distância educativa que os separa dos mais evoluídos.

Esta linha do PSD de corte no investimento para a Educação não é provocada pela carência de recursos do país.

Ela surge sim como instrumento financeiro da realização de objectivos políticos mais gerais: a progressiva desresponsabilização do Estado das suas obrigações para com o conjunto da população portuguesa (traduzida pela diminuição da importância do ensino público e pela degradação da sua qualidade); e a promoção activa do ensino privado nos vários níveis escolares (ensino privado que, apesar de apresentar, em muitos casos, uma qualidade duvidosa, que defrauda os legítimos interesses e expectativas dos seus alunos, ainda assim tem beneficiado de avultados e muitas vezes ilegítimos apoios por parte do Estado).

No centro desta política do PSD, que está a mergulhar o sistema educativo nacional numa profunda crise, encontra-se o objectivo de mercantilização dos saberes e da formação e da criação, de facto, de um mercado do ensino regido pelas regras e pela lógica do lucro.

O direito à educação aparece assim a ser reduzido à



**EDGAR CORREIA**  
Membro da Comissão Política

«No centro desta política do PSD, que está a mergulhar o sistema educativo nacional numa profunda crise, encontra-se o objectivo de mercantilização dos saberes e da formação e da criação, de facto, de um mercado do ensino regido pelas regras e pela lógica do lucro.»

categoria de despesa, em vez de ser considerado como um investimento social, e o ensino e a formação, em vez de representarem um decisivo factor de desenvolvimento, são remetidos à categoria de «produtos», cujo conteúdo e qualidade é que determinarão o custo a pagar por quem tenha a capacidade económica para ser «consumidor».

Fácil é de ver que esta política do PSD representa um brutal e histórico retrocesso na concretização dos direitos educativos do povo português e em particular da juventude, que ela agrava ainda mais os factores de discriminação classista na educação existentes na nossa sociedade e se traduz num factor extremamente negativo do ponto de vista da urgente elevação do nível educativo do conjunto da população portuguesa, indispensável para um moderno desenvolvimento económico apoiado na intensidade de conhecimentos.

## O caminho da luta

Sem uma alteração de cento e oitenta graus na política educativa que tem sido seguida pelo PSD, não há solução para a crise do sistema educativo.

O caminho da luta é o único caminho que pode fazer frente aos aspectos mais gravosos da política do Governo, o único capaz de o obrigar a recuar (como se viu com a recente demissão do ministro Diamantino Durão), e que pode contribuir, a prazo, para a concretização de uma alternativa democrática que inverta definitivamente o sentido da política educativa que o PSD tem vindo a levar a cabo.

O caminho da luta é o caminho da poderosa vaga estudantil que do Norte ao Sul do País e nas Regiões Autónomas ergueu massivamente a reivindicação do fim da PGA e das movimentações dos estudantes do ensino superior contra o aumento brutal das propinas.

O caminho da luta é o caminho das greves e outras acções massivas dos professores conduzidas pela FEN-PROF e pelos sindicatos dos professores nela filiados.

O caminho da luta é, também, é cada vez mais, a acção reivindicativa das associações de pais em torno de objectivos concretos e imediatos.

O caminho da luta é, finalmente, o caminho da convergência na acção dos vários sectores e frentes e o desenvolvimento de um muito largo movimento de opinião de resistência à política educativa do Governo e de defesa activa dos princípios e valores da democratização da educação e do ensino, consagrados na Constituição e na Lei de Bases do Sistema Educativo.

No caminho da luta insere-se, é justo relevar, a intervenção de milhares de membros do PCP e da JCP que actuam nas escolas, que participam na frente sindical e a nível associativo, que trabalham nas autarquias, e que no plano reivindicativo e no debate político e de ideias têm dado e continuam a dar uma enorme e valiosa contribuição para uma educação e um ensino melhores.

Insere-se, em particular, a contribuição dos professores comunistas para a construção e a intervenção dinâmica do movimento sindical docente - essa poderosa realidade de classe, unitária, participativa e de massas - que exerce uma tão grande e positiva influência na área da educação e do ensino. Isto afirmado sem exclusivismos de qualquer tipo, valorizando a presença e o papel de quantos, independentemente das suas opiniões políticas, têm acompanhado os comunistas, antes e depois do 25 de Abril, na defesa activa da autonomia, da democraticidade, do carácter de classe, das características unitárias, não partidárias, do movimento sindical docente.

O caminho da luta é o caminho constante que o PCP continuará a trilhar. Fiel aos interesses e aos direitos dos trabalhadores e do nosso povo. Inserindo o combate de hoje contra a política de direita, designadamente na área da educação, na luta por uma democracia avançada para Portugal, uma democracia concebida simultaneamente como política, económica, social e cultural.



## Por proposta do PCP

# Organizações femininas com o estatuto de Parceiro Social

Na sessão Plenária da Assembleia da República de 10 de Março, dedicada ao Dia Internacional da Mulher, o Grupo Parlamentar do PCP apresentou um Projecto de Lei que «Reforça os Direitos das Associações de Mulheres», projecto que viria a ser aprovado por unanimidade, baixando à Comissão respectiva para posterior aprovação na especialidade.

Um dos principais objectivos deste Projecto de Lei é o reconhecimento do estatuto de Parceiro Social às Associações de Mulheres. Reivindicação antiga das organizações femininas, a sua consagração como Parceiro Social, para além do tempo de antena, de que passarão a gozar, quer na Rádio quer na Televisão, confere-lhes, entre outros, o direito à representação directa ou indirecta no Conselho Económico e Social, prevê a audição das Associações de Mulheres de âmbito regional na elaboração dos Planos Regionais, facultando-lhes ainda o direito ao apoio da Administração Central, Regional e Local.

da Europa? Porquê um estatuto especial para as organizações femininas, se é certo que hoje as mulheres já participam em todas as áreas da vida nacional? Quantas são as mulheres que, elas próprias, não querem participar? Quantas as que não se sentem habilitadas? A quantas lhes falta mérito e competência?

Como as mulheres comunistas têm por diversas vezes afirmado, negar as discriminações existentes em relação às mulheres, ou atribuí-las abstractamente à responsabilidade civil, às mentalidades vigentes ou, até à responsabilidade ou mérito individual das mulheres, serve não só para iludir a responsabilidade do governo e das suas opções políticas nesta situação, como visa simultaneamente desarmar ideologicamente a luta das mulheres pelos seus direitos e quebrar a unidade e solidariedade que esta pode promover.

«Participar em igualdade não é um mito, não é uma quimera, não é uma utopia. É um anseio profundo e sério que une as mulheres deste país e de todo o mundo». «Participar

rir a Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM), da tutela do Primeiro-Ministro para a tutela do ministro do Emprego, limitando, de facto, a intervenção da CIDM, nomeadamente às questões do emprego e segurança social.

Mas mesmo que assim não fosse. Mesmo que as leis fossem cumpridas, é nossa convicção que a reivindicação do estatuto de Parceiro Social para as organizações femininas manter-se-ia inteiramente válida. A verdade é que a alteração das mentalidades não acompanha nunca a evolução social. Processando-se de forma extraordinariamente lenta, a mentalidade vigente, no que respeita ao papel da mulher na sociedade, é ainda um obstáculo sério à concretização da igualdade de facto entre homens e mulheres.

Por outro lado, nunca é de mais lembrar que, apesar de as mulheres representarem mais de metade da humanidade, o reconhecimento da sua contribuição para a vida da sociedade tem sido pouco valorizada e a sua participação exercida em desigualdade. Quer queiramos, quer não, o desaproveitamento das capacidades produtivas e criativas das mulheres, ao longo dos séculos, levou ao empobrecimento da sociedade no seu todo e urge pôr termo.

As mulheres, no entanto, desde sempre têm arduamente lutado contra os entraves que se levantam à sua participação, impondo-a no quotidiano, mesmo em condições difíceis e com grande desgaste para si próprias.

Assim, Odete Santos, deputada do PCP que apresentou o projecto de lei de que tratamos na Assembleia da República, depois de fazer um breve historial sobre a luta das mulheres portuguesas, afirmava: «Creio que ninguém negará que muitos dos avanços conseguidos na sociedade portuguesa a elas se devem, não obstante a caricatura que muitas vezes se fez da mulher que é militante do movimento de mulheres e que castigou sobremaneira as sufragistas que apareciam como seres assexuados e bastente feias». E perguntava: «Por que não, neste final do séc. XX, considerar as organizações de mulheres como um parceiro social, com assento no Conselho Económico e Social, onde se analisam as políticas económica e social (...)»? «E por que não, também, se falamos tanto na mudança de mentalidades, dar-lhes tempo de antena para que, através da televisão, possam levar, junto das mulheres e junto dos seus companheiros homens, a imagem de uma mulher livre, de uma mulher com uma plena cidadania (...)»? «Propomos, também, no projecto de lei, que as associações de âmbito regional possam ser ouvidas na elaboração do plano regional pelas mesmas razões».

Na verdade, olhando para trás, a visão que temos da história é uma visão unilateral, em que as mulheres são as grandes ausentes. É esta ausência que é preciso suprir. E supri-la não depende só da vontade ou do mérito individual de cada uma delas, mas da criação de condições económicas, políticas, sociais e culturais que permitam a sua participação em igualdade.

Com a participação das mulheres toda a sociedade beneficia. Não porque a mulher seja melhor que o homem ou pior. Apenas diferente.

O seu modo de estar, de sentir, de olhar o mundo, os saberes que através dos tempos acumulou, não podem mais ficar confinados à família, têm que se projectar para fora desta, têm que ser reconhecidos e tidos em conta quando se definem as grandes linhas orientadoras da política do País.

Dando cumprimento a uma das suas promessas eleitorais; o PCP, através do seu Grupo Parlamentar, deu corpo a um diploma que, vindo ao encontro de uma das grandes aspirações das organizações femininas e de muitas mulheres, pode contribuir para alterar a situação de desigualdade que as mulheres portuguesas vivem. Importa, no entanto, não deixar que a Comissão onde a lei baixou para discussão a venha a esvaziar de conteúdo e que, depois de aprovada na especialidade, o Governo rapidamente a regulamente.

MARGARIDA FOLQUE



O diploma agora aprovado na generalidade é tanto mais importante quanto é certo continuarem a verificar-se na sociedade portuguesa discriminações gritantes entre mulheres e homens, designadamente a nível do emprego e da formação profissional; atropelos de toda a ordem aos direitos consagrados na Constituição, como diariamente se verifica, por exemplo, em relação à lei de protecção da Maternidade e da Paternidade; desigualdade de tratamento das mulheres a todos os níveis e em todas as áreas da vida nacional.

Entretanto, largos sectores da sociedade portuguesa, incluindo grande número de mulheres, não entendem a luta das organizações femininas pelo direito a intervirem e participarem na definição da política e das grandes linhas de orientação legislativa com incidência na condição feminina.

Porquê uma tal reivindicação, perguntam, se, nesta matéria, a Constituição portuguesa é uma das mais avançadas

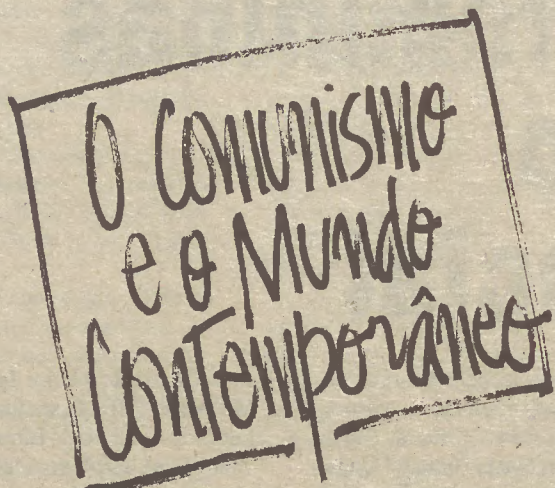
em igualdade é um desafio a nós próprias, ao afirmarmos-nos como cidadãs activas e intervenientes na vida económica, política e cultural, protagonistas num processo de mudança social em que a diferença não seja encarada como razão de desigualdade, mas, sim, como factor de enriquecimento e humanização da sociedade». Estas algumas das afirmações de Apolónia Teixeira, deputada do PCP, no Plenário da Assembleia da República no dia 10 de Março. Afirmações que correspondem ao sentir das organizações femininas e de muitas mulheres.

É que as leis existem mas não se cumprem, nem se fazem cumprir. Impunemente o patronato continua a violar as leis que consagram os direitos das mulheres, sob o olhar complacente e cúmplice de um governo cuja política assenta no agravamento das desigualdades sociais, de um governo que, afirmando no seu programa que «é necessário acentuar, na educação e na cultura, a mudança de mentalidades e comportamentos», decide, entre outras medidas, transfe-



# O que é o estalinismo?

No salão do Vitória, cheio como nos debates anteriores, debateu-se durante mais de três horas, um tema frequentemente usado por adversários em termos de falsificação e agressão política e ideológica — como foi sublinhado por um dos participantes.



CICLO DE DEBATES

João Arsénio Nunes começou por referir que na preparação do debate a utilização do termo **estalinismo** foi controversa. Reconhecendo que, apesar de toda a ambiguidade, o termo está indiscutivelmente presente nas discussões políticas contemporâneas, passou em seguida à análise de algumas tentativas de definição ou de aproximações possíveis.

Uma, que em geral aparece na literatura, na propaganda e na ideologia anticomunista e que considera estalinismo quase como sinónimo de comunismo... e onde toda a fase leninista não teria sido senão uma preparação, um prefácio a essa realidade consolidada do estalinismo, assim como os anos posteriores a Estaline no Movimento Comunista e na URSS seriam apenas formas de crise, até ao desaparecimento final da realidade comunista.

Há por outro lado um **conceito mínimo** que é aquele que teve curso nos partidos comunistas, no movimento comunista internacional, na sequência do Relatório ao XX Congresso do PCUS apresentado por Krustchev em 1956.

Na **noção mínima**, o estalinismo designava uma deformação do socialismo soviético estritamente associada à personalidade e acções dum indivíduo e como tal limitada no espaço da URSS, no tempo de direcção de Estaline no PCUS e sobretudo — com maior ênfase nesse relatório, para os anos a partir de 1934 e muito mais no pós-II Guerra Mundial — todos esses factos em relação com o fenómeno central designado **culto de personalidade**.

Não se pode dizer que haja — posterior a 1956 do lado dos partidos comunistas, ou pelo menos com uma aceitação e difusão generalizadas — qualquer documento que represente uma interpretação consensual ou amplamente generalizada — dos PC's em relação ao problema do estalinismo. No entanto, a questão surge e tem surgido nestes 36 anos, desde o XX Congresso do PCUS, como uma questão de grande incidência política, tema de debates directamente ligado com conflitos políticos importantes.

## Uma questão através das crises

J. A. Nunes aflora de passagem o período do conflito sino-soviético. Nos PC's do Ocidente não se pode dizer que tenha havido uma elaboração sistemática sobre este assunto, e há uma certa carência de estudos que é justo aplicar também ao nosso Partido.

Mas a questão permaneceu em diferentes crises, e J. A. Nunes refere a crise húngara de 1956, da Checoslováquia de 68, do chamado eurocomunismo. E apareceu mesmo em debates recentes no próprio PCP em torno do centralismo democrático e do marxismo-leninismo em que, da parte de alguns, houve a tentativa de vincular estas noções ao estalinismo, de as apresentar como permanência do estalinismo na nossa política, no nosso pensamento e organização.

J. Arsénio Nunes procurou, de seguida, dar um contributo para a aproximação à realidade histórica do estalinismo, **o que está na sua génese e no processo de sucessivas estratificações** e entendendo, provisoriamente, o estalinismo como um tipo de concepção, de estrutura do Estado, nas suas relações com a sociedade, que caracterizou as estruturas fundamentais do regime soviético, que se estabeleceu nos anos 30, resistiu à 2ª Guerra, persistiu depois de Estaline e que entrou num processo de crise que talvez se tenha prolongado até à presente dissolução do Estado soviético.

Recusando que o regime soviético tivesse, na sua matriz original, as características repressivas e totalitárias, J. Arsénio começou por contrapor as personalidades de Lénine e Estaline e lembrou o que foi a Rússia e a União Soviética até aos anos 30.

Começando pelo período de **18-21**, com a intervenção de 14 países estrangeiros na guerra civil, situação essa incompatível com uma institucionalização democrática e no quadro da qual se estabeleceu uma política dirigista, baseada nas requisições aos camponeses, no domínio sobre o Estado do partido único, e na centralização da economia

(«o comunismo de guerra»). O período posterior a 21, foi o da NEP, sob a inspiração directa de Lénine, em que coexistiram diferentes formações económicas, em que se praticou o pluralismo cultural, de instituições e de imprensa, uma vida activa, diversificada e debatida do Partido. Com a morte de Lénine, em 24, coincide o afastamento, após a derrota da tentativa revolucionária na Alemanha em 23, de uma perspectiva de «revolução mundial» e a contradição entre os interesses socialistas do proletariado e os dos

camponeses que tinham ganho a terra com a Revolução mas que permaneciam ligados à posse privada da terra. É o período de desenvolvimento da teoria da «revolução permanente», que opõe Trotsky ao grupo dirigente do Partido e em que Estaline se torna um dirigente reconhecido protagonizando a tese de «socialismo num só país» que equivalia, em correspondência com sentimentos generalizados, à procura da paz interna, e à convergência operário-camponesa.

A partir de 1928 este projecto entra em crise por acção de causas internas, económicas, resultantes da oposição do campesinato proprietário (**kulaks**) às orientações do Estado; e causas externas, que se relacionam com o contexto da crise mundial de 29. A acentuação do militarismo de alguns países capitalistas gera na URSS necessidades de reforço militar e da criação da correspondente infra-estrutura industrial. Naquele contexto tinham que ser compreendidas as medidas de ataque aos **kulaks** que rapidamente atingiram uma grande parte das explorações camponesas. Iniciando-se pela retoma progressiva da política de requisições, esta levará, num espaço de tempo muito curto, à colectivização generalizada da agricultura, processo este conduzido com uma ampla intervenção repressiva do Estado e no decurso da qual se formam as características dum Estado totalitário.

## Erros evitáveis

Vitor Dias começou por declarar que não lhe repugna a expressão «estalinismo». Quer como uma **ideia temporal** (designação de um período histórico concreto). Quer como representando um sistema em que se fundem concepções ideológicas, de funcionamento do Partido e da sociedade, um conjunto progressivamente coerente de concepções, práticas e formas de acção política. Para referir de seguida que, no XIII Congresso do PCP, se admitiu que parte das causas do fracasso de um determinado modelo de construção do Socialismo terão vindo daí. Mas deixando de seguida as perguntas: se todos os erros, deformações e perversidades só são remissíveis para o estalinismo ou se parte das responsabilidades não se devem ir buscar também à própria infância da experiência da construção do socialismo e se não se devem **distinguir os erros que se podiam evitar e os que não havia, à época, experiência e instrumentos de análise para evitar**.

Vitor Dias referiu, depois, a tese defendida por alguns autores da existência de uma **base popular** para o estalinismo, na adaptação de duas características a realidades objectivas e subjectivas soviéticas da época, de continuidade de tradições autocráticas russas alheias ao leninismo, do orgulho de construção de uma grande potência, de reacção aos perigos da guerra, de aspiração social de rápidas transformações que tornou possível a longa duração deste tipo de direcção e concepções.

E passou aos **eventuais reflexos do estalinismo nos partidos comunistas** dos países capitalistas. Declarando não aceitar a sua caracterização como estalinistas. Por os elementos mais marcantes das práticas e concepções estalinistas estarem ligados essencialmente a um exercício de poder, porque a prática destes outros partidos era uma prática social mais aberta, em que os mesmos elementos discursivos não produziram os mesmos efeitos, e porque tiveram uma longa e valiosa elaboração teórica e enraizamento popular e nacional.

No respeitante aos **eventuais reflexos no PCP**, Vitor Dias salientaria que, apesar de o PCP não ter feito uma reflexão de fundo sobre o estalinismo, além das produzidas no seu V Congresso (na sequência do XX do PCUS), a sua história não é feita apenas pelos documentos que se produziram. Criticando caracterizações de «partido derivado» ou «segmento nacional de uma central totalitária», feitas sobre o PCP num livro recentemente editado, Vitor Dias salientou as condições em que o PCP se formou como grande partido nacional, o período do isolamento internacional entre 39 e 47 (que não escolheu) em que simultaneamente,

deu passos na definição do seu estilo de funcionamento, dos princípios de trabalho e direcção colectivos, na elaboração de uma linha política própria.

Mas referiu também que no XIII Congresso assumimos que, num ou noutro período e em alguns aspectos da actividade, o Partido perfilhou, como parte integrante do MCI, apreciações nele generalizadas com reflexos com reflexos em muitas concepções sobre a sua actividade mas que, salvo em alguns problemas complicados de quadros nos anos 50, no que respeita ao nosso funcionamento essa situação já não teve reflexos. Referindo **O Partido com Paredes de Vidro**, chamou a atenção para o que ele contém, implicitamente, de reflexão profundamente crítica sobre o estalinismo e períodos históricos mais recentes.

As condições do combate ao fascismo em Portugal também distanciaram o PCP de muitas coisas. E rematou: «É preciso ter em conta em que clima, em que condições, em que momento histórico é que se formou este grande colectivo partidário que somos hoje e que, em termos actuais ou aproximados, se formou no 25 de Abril. E que isto, além de outros factores que poderiam ser considerados em termos de imaginário, maneira de ser e de estar, de preocupações, de métodos de funcionamento, de concepções, de cultura política e de visão dos problemas — isto de alguma forma também nos distanciou dessa mundividência do estalinismo».

## Duas fases

Encerrou o conjunto das intervenções iniciais **Nuno Tito Morais**, que salientou a complexidade da História ao apresentar duas facetas deste período: a **heróica**, das grandes obras, e a **trágica**, dos campos de concentração.

Contrapôs depois o conhecimento diferente que em geral temos de acontecimentos como, por exemplo, o terror revolucionário e contra-revolucionário da Revolução Francesa, os mortos provocados pela polícia política soviética e pelo exército branco finlandês, os mortos de Gdansk e de manifestantes argelinos em França.

Continuou a citar exemplos de publicações soviéticas, do início da «perestroika» e posteriores, para concluir que **a produção histórica não é indissociável das condições em que existe** e que devemos ter uma ideia da história e buscar, o mais próximo da verdade, o que acontece.

E referiu mais à frente: «Com todos os aspectos positivos do nosso trajecto, é preciso não esquecer aqueles aspectos que são negativos e aqueles aspectos que são crimes». Citando R. Medvedev, diria que os comunistas devem ser os juízes mais intransigentes da sua própria história, que sem isso não era possível recriar a verdade, a integridade, a moral e a força deste grande movimento.

Citando Lénine, continuou; «Nós não vamos desaparecer porque não temos receio de falar dos nossos erros e aprender a ultrapassar as nossas falhas». E completaria dizendo que é **importante analisar o estalinismo dum ponto de vista comunista e revolucionário**. Mas não atribuindo apenas a responsabilidade ao indivíduo porque, apesar da História ser feita pelos homens, ela depende de outros aspectos.

Donde ter avançado com algumas pistas para o debate, questões que o estalinismo, pela negativa, deixou em aberto: em que medida a concentração do Estado na mão de um «partido de Estado» foi um erro grave; como pode um partido disciplinado ser também espaço de liberdade; porque falhou o sistema económico; porque é que uma centralização e planificação não alteraram a alienação do trabalho; como conseguir evitar a exploração, assegurando a criatividade. E referindo também que, apesar dos condicionamentos impostos à prática desenvolvida, foi errado prescindir da democracia e da liberdade criadora dos trabalhadores em favor dos métodos administrativos e voluntaristas.

Seguiu-se um **animado debate**, difícil de transmitir, na variedade e profundidade do seu conteúdo, neste curto espaço de reportagem.

## O positivo e o negativo

«Um dos maiores crimes de Estaline foi a falsificação da História, a colocação das ciências sociais ao serviço da política concreta do PCUS... «Para a compreensão do fenómeno devemos ter em conta características do império russo e da própria Rússia»... (João Ferro)

«Carácter trágico e heróico... não significa qualquer tipo de reabilitação dos erros, crimes, abusos de poder, violações gravíssimas, mas sim que é no contexto dos anos 20, 30 e 40 que temos de enquadrar o problema»... «Questão pouco estudada e abordada pela rama nas intervenções iniciais é a seguinte: que contribuição essencial tem para a compreensão do que se está a analisar, todo este período 1917-1944/1945 que é um extremo limite das forças huma-



## EM FOCO



nas empenhadas nesse processo gigantesco de revolucionamento»... (Eduardo Chitas)

«Ideologicamente, nos aspectos mais salientes, pode caracterizar-se o estalinismo como uma mistura de subjetivismo e de voluntarismo.

A violência tem um papel fundamental neste aspecto»...

«Entre os factores na Revolução Soviética para se compreender o estalinismo estão (...) A relação desequilibrada com o marxismo da direcção política, à excepção de Lénine (...) Edificação do socialismo em estado de guerra — que Lénine dizia que impediria a sua construção normal — que foi uma tragédia para a URSS (...) Tendência democrática e tendência violenta no movimento operário russo resultantes de diferentes características sociais e psicológicas (...) Luta aguda no interior na direcção política» (...)

(...) «Na minha opinião, o que agora se passou na URSS é da responsabilidade da geração presente, que não foi capaz de encontrar os meios de continuar a construção do socialismo na URSS e não é o resultado do estalinismo»... (António Durão)

«O que estamos hoje aqui a discutir, discutíamos nós,

militantes do Partido, nas nossas células, no próprio período estalinista, que teve aspectos altamente negativos e altamente positivos»... (Rui Branco)

«Foi um período em que, para além dos traços negativos, também houve o grande esforço de industrialização e a construção da URSS, só possíveis com um forte sentimento de fraternidade e igualdade entre homens e povos» (Bulhão Pato)

«Grande figura histórica. Com ele, a URSS fez frente às chamadas potências democráticas, que em 38 ajoelharam cobarde e criminosamente diante de Hitler para atirarem a Alemanha nazi contra a Rússia Soviética» (Alves)

«Não só Estaline atentou contra a História. Krustschev, Brejnev e Gorbachev também o fizeram... Toda a história da URSS foi sempre politizada ao extremo, sem que isso contribuísse para o desenvolvimento da política e do marxismo»... «Não há Revolução sem erros, mas houve erros sistematizados, de modo nenhum inevitáveis»... «Desacordo com a utilização do termo totalitarismo, que hoje Gorbachev usa, para colocar no mesmo saco realidades sociais e políticas antagónicas»... «A potencialidade popular do regime que, uma vez mais, a perestroika revelou, foi inquinada porque no vértice do processo está uma política, uma

personalidade e uma ideologia centrada que é o ponto máximo da esclerose da ideologia marxista com os resultados conhecidos»... «Estaline teve profunda influência internacional no plano do pensamento marxista. A análise da contribuição teórica de Estaline, revela uma ruptura com o leninismo nuns casos pontual, noutras repentina, que consiste no acentuar de um traço do leninismo»... «A força da contribuição teórica de Estaline esteve no seu esquematismo, assimilável por milhões de trabalhadores e revolucionários»... (Silas Cerqueira)

«O Socialismo construiu-se na URSS com Estaline, e a despeito dele. A raiz popular da revolução não permitiu a criação de uma sociedade adversa aos interesses dos trabalhadores»... «A morte dos melhores quadros na Guerra Civil levou à direcção revolucionários com falta de experiência, ideias esquematizadas, visão reduzida do alcance da revolução que facilmente aceitaram a forma de exposição de Estaline»... (Mário Rui)

«Luta de classes é a chave para discutir o estalinismo, dentro e fora da URSS, a luta contra a sociedade socialista e os desvios»... (F. Gonçalves)

## Pistas de reflexão

«O sistema, que é sistema porque se foi historicamente implantando, que tem a ver com a actualidade e a dissolução da URSS?»... «A realidade é contraditória, a acção também, geram efeitos contraditórios, e isso é um dos cerne fundamentais da nossa teoria»... «As causas que apontamos no nosso XIII Congresso têm a ver com os traços do sistema que se foram implantando durante o período histórico a que chamamos estalinismo»... «Um sistema que em determinadas circunstâncias históricas se foi instalando, aprisionou também, em parte, as forças humanas que se libertaram de forma espantosa e inapagável com a Revolução de Outubro. Não queremos que essas forças estancem, ou sejam estancadas, ou possam ser aprisionadas com a passagem à teoria de traços de um sistema, que foram historicamente acontecidos, mas que não têm que marcar as nossas posições teóricas de hoje»... (M. Gusmão)

«De acordo com o conceito de estalinismo que declarei no início aceitar, esse sistema, como articulação de condições e de instrumentos àquela escala, acabou, como tal, a seguir ao XX Congresso do PCU... Não seria justo nem ajudaria à compreensão imaginar que em 1984 ainda se vivia em pleno estalinismo, nesse sistema»... «O que conduziu ao desfecho final dos acontecimentos na URSS inclui também agravamentos relativos da situação que já não são fruto do socialismo mas sim de orientações anti-socialistas e de concepções visando restaurar o capitalismo»... «Não arrisco decretar que o socialismo é sempre salvável, independentemente do lastro histórico, da situação a que é conduzido, dos impasses que se geram e que a todo o tempo é possível salvar tudo. Nem arrisco o contrário. Mas inclino-me para que, no caso

da URSS, o não ter sido salvo tem muito a ver com o radical desvio da perestroika dos seus objectivos iniciais»... (Vitor Dias)

«Seria antimarxista estar à espera de um juízo histórico definitivo. Motiva-me utilizar o conhecimento histórico que podemos ir tendo»... «A estrutura então criada marcou profundamente o tipo de socialismo que se construiu nesses países»... «A incapacidade de satisfazer no seu conjunto as necessidades e aspirações desses povos, sem pôr em dúvida realizações enormes do passado, tem a ver com as condições em que ele emergiu»... «Encarar este período como heróico e trágico corre o risco de não ser suficientemente clara nesta afirmação a diferença entre a emoção política, a vivência e o conhecimento histórico». (J. Arsénio Nunes)

\*

Face à satisfação evidente no final, retemos a opinião, expressa por Vitor Dias, de que este debate trouxe contribuições muito enriquecedoras para ângulos de aproximação a este problema e a enunciação de importantíssimas pistas de reflexão».



## Governo quer destruir Parque de Loures

# Pode roubar-se um sonho?

Pode-se roubar um sonho? O Governo pensa que sim e decidiu prová-lo mobilizando a cavalaria do Estado num ataque em Cabeço de Montachique. Recorde-se que se trata de um local do Concelho de Loures onde, a seu tempo, se ergueu um forte das Linhas de Torres; saiba-se que o sonho ali concretizado é já do tamanho de 16 hectares e chama-se **Parque Municipal**. Um nome escrito em Grande Notariado - 100 000 utentes ano - cuja disponibilidade em espaços verdes, equipamentos desportivos e lazer é servida por infra-estruturas que estamos habituados a ver em filmes mas não supomos prováveis na Área Metropolitana de Lisboa. Talvez seja por isso que o Executivo de Cavaco Silva entendeu atacar o Parque Municipal de Cabeço de Montachique, um sonho da Grande Lisboa atrevidamente concretizado em Loures. O ataque começou por umas vedações que bizarramente reeditam as Linhas de Torres; só que desta vez - e enquanto o povo, como de costume, se bate pelo que é seu - do lado de lá não estão os franceses... mas o Governo do PSD.

Caso nos achem exagerados (e assim, a seco, também o acharíamos), façam o favor de ler o que se segue.

**A notícia-choque é a seguinte, segundo as palavras da própria Câmara Municipal de Loures:** «O Ministério da Saúde, numa acção de retaliação claramente prepotente e usurpadora de direitos e competências alheios, quer inviabilizar/destruir o Parque Municipal de Cabeço de Montachique, um amplo conjunto lúdico-desportivo implantado numa área de características naturais no Norte do Concelho de Loures, onde o Município já gastou, desde 1983, cerca de 250 000 contos e por onde passaram em 1991 cerca de 100 000 pessoas».

Para se ter uma ideia da qualidade deste equipamento, bastará dizer-se que numa visita ao Parque Municipal de Loures apetece citar Pessoa e dizer que o homem sonha e a obra nasce. Instalado em colinas de floresta,

logo à entrada se percebe que o homem decidiu entrar ali em conluio com a Natureza para, juntos, edificarem obra a contento de todos. O cuidado portão de acesso abre para uma estrada que serpenteia entre arvoredos e, caminhando por ela, é descobrir a surpresa de bosques naturalmente abertos à utilização do homem: aqui um anfiteatro ao ar livre que aproveitou os declives do terreno e a sombra das árvores, ali um palco entre a verdura, além, emergindo da omnipresente mancha vegetal, as instalações centrais de apoio com restaurantes, salões, cantinas, esplanadas, miradouro, sanitários, etc. Do miradouro vê-se, na colina em frente, o parque infantil onde os aparelhos em madeira se confundem com as árvores e, à esquerda e mais abaixo, os primeiros «courts» de ténis. Seguindo a estrada chega-se lá e também ao polidesportivo e ao complexo de jogos. Sempre entre arvoredos e respirando a floresta que, sob os cuidados do Parque, parece ela própria respirar melhor.

### A vedação provocadora

Este magnífico equipamento - que constitui o pólo complementar do triângulo de Parques Monsanto-Sintra-Loures que serve o Norte da Área Metropolitana de Lisboa - nasceu em 1983, quando a Câmara Municipal de Loures estabeleceu um contrato de comodato com o Instituto de Assistência Psiquiátrica, organismo do Ministério da Saúde, para a utilização de 16 hectares de terreno no Cabeço de Montachique e, desde logo, encetou negociações com altos responsáveis do Ministério no intuito de obter a cédência de mais 16 hectares de terrenos complementares, absolutamente imprescindíveis para a unidade e viabilização do Parque Municipal. Para tal, acordou-se com a permuta de terrenos municipais noutros locais do Concelho, fundamentais para a construção de equipamentos de Saúde, além de outras contribuições e ajudas.

«Numa atitude de boa-fé», esclarece a autarquia, «e convicta de que as negociações estavam bem encaminhadas, a Câmara Municipal contribuiu já com 6000 contos

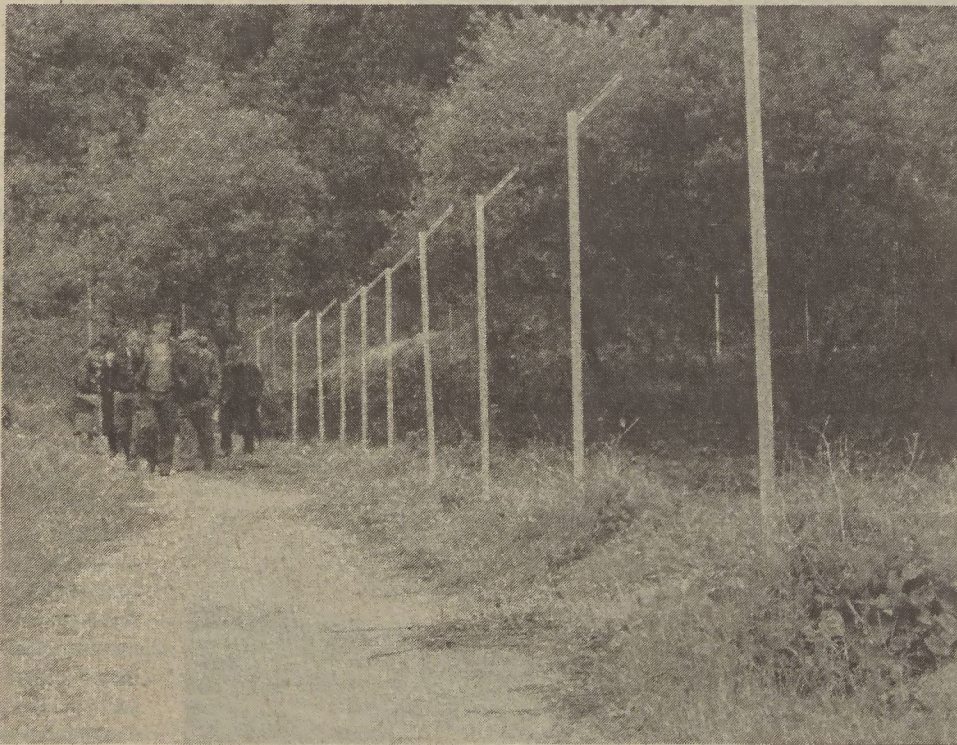
para diversas construções no Centro de Recuperação Psiquiátrica de Cabeço de Montachique e procedeu a algumas benfeitorias no terreno ainda em negociação, que melhoraram a floresta envolvente e proporcionaram mais espaços desportivos às populações, dispendendo nisso cerca de 85 000 contos. O Ministério da Saúde, através da sua Direcção Geral de Cuidados de Saúde Primários, chegou mesmo a enviar em 1988 uma proposta de protocolo relativa aos 16 hectares complementares, que só não terá sido assinada porque, entretanto, se verificou alteração na equipa governamental».

Durante o ano passado foram feitas várias insistências, por escrito, ao Ministério da Saúde, confirmando a vontade de disponibilizar terrenos na Mealhada/Loures para permuta com os de Cabeço de Montachique, regularizando-se assim toda a situação. O Ministério da Saúde respondeu sistematicamente com o silêncio.

Foi por isso com grande estupefacção e indignação que, em 24 de Fevereiro passado, se constatou a existência de obras de construção de uma vedação no Parque Municipal, sem qualquer aviso ou parecer prévio, como, aliás, está estipulado na Lei. «Imediatamente - diz a Câmara - procurámos junto às entidades que tinham ordenado tais obras que as parassem, até se esclarecer a situação. Perante a recusa, tivemos de accionar outros mecanismos legais por forma a embargar as obras».

Além destes aspectos fundamentais, deve referir-se que esta vedação, obstruindo caminhos florestais, isolando instalações, barrando a drenagem natural e impedindo a limpeza da ribeira, traz graves riscos a toda aquela área natural e impede a sua utilização lúdico-desportiva.

Entretanto o ministro, que inicialmente remeteu o assunto para o Centro de Recuperação Psiquiátrica, dado o seu estatuto autónomo, «veio, por fax de 10 de Março, dar o dito por não dito, mandando aquela entidade prosseguir as obras, numa atitude de inqualificável confrontação institucional»



A vedação obstruiu caminhos florestais, isolou instalações, barrou a drenagem da ribeira e impediu-lhe a limpeza

### Negócios escondidos?

Mas porquê este repentino assanhamento contra o Parque Municipal?

O Ministério da Saúde sustenta que houve ocupação abusiva no Cabeço de Montachique por parte do Município, esquecendo quer todos os compromissos de pessoa de bem assumidos entre a Autarquia e o Ministério (e que deu origem, em 1983, à construção do Parque), quer o facto de grande parte dos equipamentos de Saúde no Concelho de Loures estarem instalados, sem qualquer contrato formal, em imóveis e terrenos do Município, com um valor patrimonial superior a 100 000 contos.

«Será que também defende que o Ministério da Saúde ocupou abusivamente instalações municipais?», pergunta a Câmara de Loures, que recorda que o terreno de Montachique, absolutamente dispensável para a reactivação do Centro de Recuperação - unidade que foi durante alguns anos praticamente abandonada pelo Ministério da Saúde e que, aliás, só beneficia com a existência do Parque - é imprescindível para a viabilização do Parque Municipal.

E a Câmara acusa:

«O ministro, que noutros pontos do País está a desactivar Centros de Saúde Mental, pretende simular aqui em Loures o seu interesse na reabilitação do Centro Psiquiátrico, enquanto dá por findas negociações que nunca chegou a encetar».

«Com estas atitudes irresponsáveis - prossegue a autarquia - o Ministério da Saúde poderá provocar, além de danos irreparáveis no Parque Municipal, a inviabilização da construção de mais Centros de Saúde num Concelho que, sob este aspecto, vive uma situação dramática».

Diz também a Autarquia:

«É lícito supor que aquilo que se pretende é deitar a mão a terrenos públicos reservando-os para chorudos negócios no futuro, dado ser óbvio que a recuperação física e funcional do Centro Psiquiátrico não depende destes terrenos».

E conclui a Câmara Municipal de Loures:

«A situação agora criada em consequência das atitudes de alguns responsáveis pela Saúde, a começar pelo Sr. Ministro, apresenta os contornos gravíssimos de uma afronta ao Poder Local e aos interesses vitais das populações, facto que recusamos peremptoriamente e que combateremos com a mais firme determinação».

Foi já nesta luta que se inseriu uma jornada de convívio no Parque o sábado passado (e que referimos ao lado), onde se formou um Grupo de Defesa do Parque e se colheram para cima de 700 assinaturas para uma Petição a apresentar à Assembleia da República.



## A história de um projecto

O Parque Municipal de Cabeço de Montachique está situado na Zona Norte do Concelho, a 8 Km de Loures, numa região de extrema beleza natural e com excelentes qualidades para actividades de recreio e lazer. Os cerca de 30 hectares que ocupa são repartidos por duas zonas distintas: o Parque de Campismo, que terá o seu equipamento próprio e todas as infra-estruturas necessárias, e o Parque Desportivo, que está aberto a toda a população e proporciona a realização de festas, convívios, exposições, actividades desportivas, etc.

O projecto teve em conta a preservação de todos os elementos existentes, quer a nível paisagístico quer a nível cultural e histórico (forte das Linhas de Torres), quer a nível de construções; estas eram, na maioria dos casos, muito simples e de apoio à agricultura, e já integradas na paisagem, de forma que se optou por recu-

perá-las. Em todos os projectos foram seguidas regras muito simples de ligação ao meio ambiente, quer a nível dos materiais usados - a madeira, a tijoleira, a pedra -, quer a nível da cor.

**Sala polivalente, Restaurante, Serviços Administrativos** - A construir um todo e aproveitando construções existentes recuperadas, temos a sala polivalente que vai dar apoio ao Parque, o Restaurante, esplanada, e ainda os Serviços Administrativos com gabinetes, sala de reuniões, arrecadações, etc.

**Zona Desportiva** - Constituem esta zona quatro campos de ténis, um polidesportivo descoberto, um campo para aprendizagem de ténis, e os respectivos balneários. A cobertura dos balneários é acessível pelo caminho existente e está transformada num agradável miradouro com bonitas vistas.

**Pousada da Juventude** - A futura pousada da juventude irá apoiar a autarquia na instalação de grupos de desportistas (e não só) que se desloquem ao concelho. Este projecto nasceu de uma construção já existente, que irá construir a zona de refeições e respectiva cozinha, e que se desenvolve depois em mais dois pisos (onde se situam os quartos), acompanhando as curvas de nível e adaptando-se perfeitamente ao terreno tanto em altimetria como também nos percursos existentes no local.

**Parque de Campismo, Balneários e Bloco de serviços** - Do equipamento do parque de Campismo só está construído um bloco de balneários, e, em projecto, temos o bloco de serviços de apoio onde se localizarão a recepção e administração do Parque e um mini mercado, uma sala polivalente com um pequeno bar e o gabinete de primeiros socorros.



## EM FOCO



Os miúdos e a folla, no seu parque infantil



Um dos espectáculos de sábado, neste caso com uma exibição de crianças

## A luta no Parque

No passado sábado entraram muitas centenas de pessoas no Parque, saindo com uma Petição de mais de 700 assinaturas e uma Comissão de Utentes. A defesa em toda a linha.

Respondendo ao apelo da sua Autarquia, muitas centenas de munícipes do Concelho de Loures afluíram ao Parque Municipal de Cabeço de Montachique, no passado sábado, para uma jornada de defesa daquelas instalações, presentemente ameaçadas por uma estranha ofensiva governamental desencadeada pelo Ministério da Saúde, e que explicamos nestas páginas.

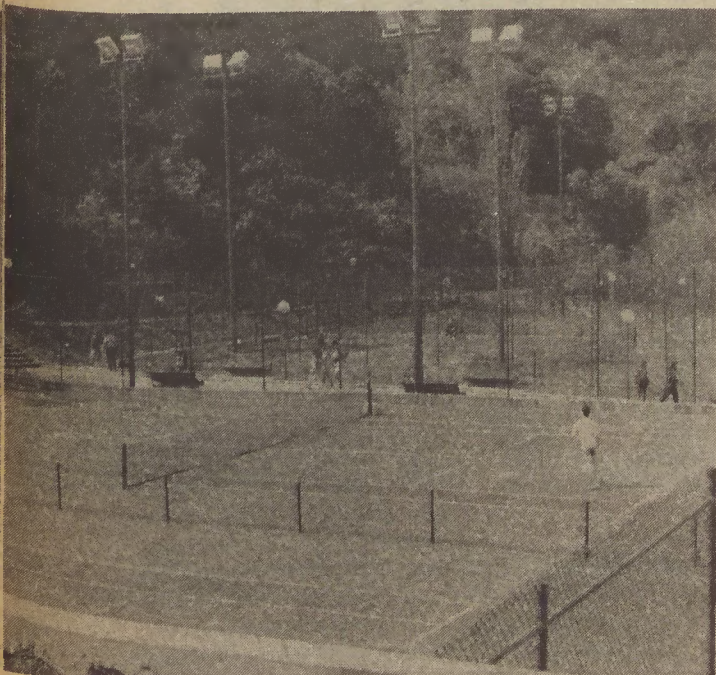
Vindos através das numerosas associações desportivas, estudantis, culturais e sociais do Concelho, bem como das escolas, os visitantes fizeram da jornada uma activa

demonstração das virtudes do Parque, desenvolvendo nele um magnífico conjunto de actividades, nomeadamente competições desportivas, espectáculos e convívio, enquanto equipas, integrando os escuteiros do Concelho, se dedicavam à limpeza da floresta e à demarcação, com fitas, da zona de expansão que se pretende para o Parque.

Os torneios desportivos e os espectáculos mobilizaram entusiasmada assistência, e os mais novos fruíram em pleno o excelente parque infantil que lhes está reservado, numa liberdade de movimentos só possível numa zona de lazer como a do Cabeço de Montachique.

O almoço de confraternização - feito à base de mantimentos trazidos de casa e com o apoio do restaurante e das cozinhas do Parque - foi a rampa de lançamento para três iniciativas concretas: a assinatura de uma Petição a apresentar à Assembleia da República (ver caixa) e que reuniu, logo ali, mais de 700 assinaturas, a criação de uma Comissão de Utentes para a dinamização permanente da luta em defesa do Parque Municipal e um breve comício, onde usou da palavra o presidente da Câmara Municipal de Loures, Demétrio Alves, que historiou a criação do Parque Municipal de Montachique, realçou a sua importância social quer para o Concelho de Loures, quer para a Área Metropolitana de Lisboa (que na Zona Norte só dispõe de mais dois equipamentos semelhantes, os Parques de Monsanto e de Sintra) e denunciou a perversa actuação do Ministério da Saúde que, na prática, se traduz por uma tentativa de inviabilização deste importante equipamento lúdico-desportivo.

Os fortes aplausos da assistência, a poderosa resposta ao apelo desta jornada de luta e as medidas concretas tomadas no sábado passado pela população presente, são um inequívoco indicador de que os habitantes de Loures não estão dispostos a ver-se arbitrariamente despossados de um Parque Municipal que veio, enfim, responder a sonhos bem antigos



Os «courts» de Ténis em plena utilização, no passado sábado



## A Petição

A Petição que a população de Loures vai enviar à Assembleia da República — é que, só na iniciativa de sábado recolheu mais de 700 assinaturas — diz, nos seus dois últimos pontos:

«Nestes termos, porque o comportamento recentemente assumido pelo Ministério da Saúde, viola os direitos e interesses da população do concelho de Loures, os abaixo assinados vêm, ao abrigo do disposto no n.º 2 do art. 2.º da Lei n.º 43/90, de 10.8, exercer o direito de representação entendida esta como:

1.º - Manifestação de opinião contrária aos comportamentos assumidos e às declarações proferidas pelo Ministério da Saúde relativamente aos 16 hectares de terreno do Parque Municipal de Montachique que estavam (e estão), em negociação com o Município de Loures.

2.º - Chamada de atenção da Assembleia da República, relativamente à situação criada pelo Ministério da Saúde, gravemente lesiva e atentatória dos direitos, interesses e aspirações da população do concelho de Loures e de toda a zona norte da Área Metropolitana de Lisboa.

«Representação que, nos termos do n.º 2 do art. 2.º da Lei n.º 43/90, de 10.8, tem em vista:

1.º - A revisão, pelo Ministério da Saúde, da situação por si criada;

2.º - A ponderação dos seus efeitos nefastos para a população, não apenas do concelho de Loures, mas de toda a zona norte da Área Metropolitana de Lisboa.

3.º - A adopção de uma postura de diálogo e de bom senso que permita a viabilização, em todas as suas potencialidades, do Parque Municipal de Montachique, no Concelho de Loures. Nestes termos, deve a presente petição (na modalidade de representação) ser recebida, seguindo-se os demais termos estabelecidos na Lei n.º 43/90, de 10.8, nomeadamente, nos seus artigos 15.º e seguintes.»

## O que diz o presidente



O presidente do município, Demétrio Alves, dirigiu algumas palavras à multidão, explicando a necessidade de se defender o Parque.

Demétrio Alves, presidente da Câmara Municipal de Loures, acompanhado de vários vereadores e numerosos eleitos autárquicos do Concelho, esteve presente em toda a jornada de sábado, onde nos informou de dois novos desenvolvimentos da questão do parque: um, o lançamento dos esgotos do Centro de Recuperação Psiquiátrica junto aos campos de ténis, com óbvios riscos para a saúde pública; outro, a libertação dos campos de ténis que a vedação inicial «aprisionara», por recuo dos postos decidido pelo Centro de Recuperação Psiquiátrica. É o que se chama dar uma no cravo e outra na ferradura.

«A atitude do Ministério da Saúde é incompreensível até pelo facto de estar a pôr em causa um equipamento que também visa a defesa da Saúde, estando a Câmara empenhada em ver com o Centro Psiquiátrico a eventual utilização do Parque pelos doentes», afirmou-nos Demétrio Alves, que acrescentou:

«A Câmara já gastou aqui 250 000 contos, sendo necessários mais 500 000 para a concretização da 2.ª fase do projecto do Parque Municipal, a saber: recuperação do forte das Linhas de Torres, a estação de tratamento de

esgotos (que pode pôr-se à disposição do próprio Centro Psiquiátrico), o parque de campismo e as piscinas. O Parque ocupa actualmente 16 dos 32 hectares que tem este terreno e andamos a negociar os restantes 16 hectares há oito anos, tudo fazendo crer, até agora, por parte das entidades da Saúde, que os restantes 16 hectares viriam a ser integrados neste equipamento municipal. Por isso não se compreende este súbito afrontamento por parte do Ministério da Saúde, ao arrepio do que há oito anos combinou com o Município e que, aliás, deu origem ao avanço do projecto do Parque Municipal». Entretanto «o próprio Ministério ocupa, neste momento, cerca de 250 000 contos em propriedades do município, relativamente aos quais também não existe qualquer contrato formal».

Acrescente-se que, no meio desta guerra contra o Parque Municipal de Cabeço de Montachique, o ministro da Saúde inaugurou, na passada segunda-feira, dois Centros de Recuperação de Toxicodependência em Póvoa de Santo Adrião e Sacavém, construídos em instalações do município de Loures...



# Um grão de esperança basta para encher o mundo

■ Miguel Urbano Rodrigues

Alarga-se em todo o mundo o movimento de solidariedade a Cuba.

Há três anos, quando na Europa principiava a ruir o bloco socialista, os estrategos do Departamento de Estado previram que o isolamento de Cuba iria acentuar-se. Alguns vaticinaram o fim iminente do regime cubano.

A história não lhes confirmou as esperanças. O socialismo desapareceu de toda a Europa e o Estado multinacional soviético desintegrou-se. Cuba, entretanto, resiste.

Essa tenaz sobrevivência do socialismo no país do Ocidente mais próximo dos EUA começa a suscitar a reflexão de personalidades eminentes da *intelligentsia* mundial.

## O bloqueio e a solidariedade

Por que motivo organizações e personalidades muito distanciadas do socialismo passaram a criticar a política dos EUA e participam, em alguns casos, das campanhas de solidariedade a Cuba que se desenvolvem nos seus países?

Em primeiro lugar porque o bloqueio é uma monstruosidade, um acto de agressão incompatível com a Carta da ONU e com a Declaração sobre a inadmissibilidade da intervenção nos assuntos internos dos Estados e a protecção da sua independência e soberania (21 de Dezembro de 1965).

O bloqueio, em 32 anos, causou a Cuba prejuízos avaliados em mais de 30 mil milhões de dólares (!).

A argumentação de Washington em defesa do cerco económico foi desde o início amoral e inconvincente. Agora, quando os EUA olham a Rússia como potência aliada e a imprensa de Moscovo insulta o regime socialista de Havana, o presidente George Bush expõe-se ao ridículo cada vez que estabelece relações entre a segurança do seu país e a existência de um regime socialista a 90 milhas do litoral da Flórida. Por isso mesmo, a Casa Branca substituiu a tese da ameaça pela cruzada em prol dos direitos humanos... Com pouco êxito. O alarido que o governo norte-americano fez a propósito das condenações à pena capital impostas pela Justiça cubana (um dos assassinos era violador recorrente de crianças) provocou comentários irónicos na imprensa. No tocante a protestos contra a pena de morte, os EUA carecem de autoridade para os formular. Somente nos últimos doze anos, foram executadas naquele país 157 pessoas, algumas das quais menores.

Na Europa, mais do que o amoralismo do bloqueio e a hipocrisia posta pelos EUA na questão dos direitos humanos — o factor que leva muita gente a distanciar-se das posições de Washington é o receio crescente que a estratégia de hegemonia mundial esta a gerar. A Nova Ordem Mundial — na versão anunciada por George Bush no rescaldo da Guerra do Golfo — principia a assustar a humanidade, que assiste perplexa ao alastramento da desordem e da violência.

Somente nos últimos meses foram divulgados três relatórios oficiais do Pentágono relativos a eventuais cenários de guerras contra países do Terceiro Mundo e a Rússia. Em Washington ouvi um congressista, no Capitólio, dizer a um grupo de parlamentares europeus: «É preciso que alguém cumpra a tarefa de polícia do mundo. Ela foi-nos imposta pelas circunstâncias!»

No Pentágono, em resposta a uma pergunta que formulei sobre declarações do secretário da Defesa segundo as quais as forças armadas dos EUA estariam algures envolvidas numa guerra antes do ano 2000, um coronel, assessor do general Colin Powell, encolheu os ombros, enfadado, e limitou-se a dizer: «Sim, isso consta de um documento apresentado pelo secretário da Defesa»... Não comentou, esclarecendo apenas que «os perigos não desapareceram».

A Alemanha, a França, o Japão, obviamente, não apreciaram o conteúdo do último relatório secreto do Pentágono, divulgado há semanas pelo «The New York Times» e pelo «The Washington Post». Nesse documento os responsáveis pela Defesa não somente reafirmam a necessidade da intervenção militar norte-americana em crises que ocorram no Terceiro Mundo e no antigo espaço territorial soviético como justificam outra **necessidade**: a que torna imperativo impedir que a Europa (no âmbito da UE) e o Japão se rearmem de modo a adquirirem um potencial militar susceptível de pôr em causa a hegemonia dos EUA.

Atitudes como essa facilitam a compreensão do repúdio cada vez maior, sobretudo, nos países da CEE, pelas teses do **Destino Manifesto** dos EUA que os obriga, quase por fatalidade histórica, a funcionarem como **polícia do mundo**. Pelo mesmo motivo personalidades insus-

peitas de simpatias pelo socialismo criticam hoje o cerco americano a Cuba.

No Terceiro Mundo, esse movimento de repulsa começou a expressar-se através de iniciativas que provocam mal-estar na Casa Branca. Como por exemplo, o apelo que os presidentes do México, da Venezuela e da Colômbia — três defensores do liberalismo — dirigiram a George Bush para que ponha fim ao bloqueio a Cuba. O facto de tal apelo ter sido formulado após o Encontro de Cozumel com Fidel Castro contribuiu para reforçar o desagrado norte-americano.



## O projecto Torrelli

A condenação do bloqueio assume proporções mundiais.

As razões das tomadas de posição, complexas, divergem de caso para caso. Mas existe um denominador comum. A passagem de um sistema de poder bipolar ao actual, unipolar, em que os EUA emergem como potencia hegemónica, fez de Cuba protagonista de um desafio histórico. Neste final do século, a Ilha é no Ocidente o único país socialista e a sua recusa em se submeter à vontade imperial de Washington coloca em causa o desenvolvimento da estratégia norte-americana.

No âmbito da Nova Ordem Mundial bushiana em que os EUA se reservam o papel de árbitro, seria aventuroso prever até onde irá o governo norte-americano no seu esforço para destruir o regime de Havana. O projecto Torrelli — que substituiu a chamada emenda Connemack — foi concebido para inviabilizar na prática todo o tipo de relações comerciais entre Cuba e terceiros países. Terá sido mais um teste aos europeus? A única certeza, por ora, são os protestos que provocou na Europa e no Canadá. Se essa iniciativa legislativa viesse a ser aprovada, Cuba ficaria sujeita ao bloqueio económico mais severo de que há memória.

A desproporção entre os motivos alegados pelos EUA (aliás inaceitáveis segundo o Direito Internacional) para intensificar a agressão indirecta contra Cuba e a brutalidade e amoralismo das medidas que pretendem tomar para atingir o objectivo choca a comunidade internacional. Esse sentimento de temor do arbítrio do **polícia do mundo** explica em parte os sentimentos de desaprovação que a política norte-americana de estrangulamento progressivo de Cuba suscita hoje mesmo entre aliados tradicionais dos EUA.

## «Não ao princípio do Inferno»

Num ensaio publicado na Revista «Estratégia» e condensado posteriormente num artigo editado por «El Día Latino-Americano», Pablo Gonzalez Casanova retoma o tema da originalidade da Revolução Cubana, chamado a atenção para o regresso à sua componente martiana e alerta para o significado da contribuição criadora do processo cubano na transformação da vida.

Pablo Gonzalez Casanova não é, nunca foi comunista, e a sua permanente atitude crítica perante a teoria e a práti-

ca do marxismo-leninismo tornam insuspeita a defesa que faz da **opção cubana** e a condenação do bloqueio norte-americano.

No «terreno da democracia — escreve — Cuba segue dois novos caminhos muito importantes: o primeiro está relacionado com o poder e o segundo com o pensamento. Deve ser forçosamente esquemático. No campo do poder popular há uma tendência crescente para ir mais longe daquilo a que poderia chamar-se as correias de transmissão. A ideia consiste em que não basta que a correia de transmissão opere do povo para o governo e que não é suficiente que o poder popular deixe de ser uma mera correia de transmissão do governo para o povo e o seja também do povo para o governo. Mesmo isso não é suficiente. O que se requer é que a democracia participatória a que Cuba aspira leve a que o Estado seja uma **estrutura de participação** do povo. E, para se atingir esse objectivo, é necessário que o povo disponha de centros de decisão ao longo de toda a economia, do território e do governo: núcleos de decisão económica, cultural, política, social e democrática nos quais não possam prevalecer «classes superiores», «mafias», «burocratas» e «feudos», e em que os representantes eleitos tenham de prestar contas aos que participam em cada escalão do poder e o Estado ao longo de toda a correia. (2)

Na sua opinião talvez que desde Montesquieu não tenha sido concebido um equilíbrio de poderes, soberanias e autonomias populares tão eficiente como o que se encontra hoje em debate na República de Cuba. Para Gonzalez Casanova a sociedade cubana atravessa uma fase de efervescente criatividade no campo das ideias. Naturalmente esse tipo de sociedade socialista e democrática não se assemelha ao modelo de democracia jeffersoniano e menos ainda ao enaltecido pelos modernos teóricos neoliberais.

A Ilha tornou-se um fascinante laboratório de ideias. A própria solidão socialista de Cuba, ao fazer do aprofun-



# «Pacote Laboral» chega às Forças Armadas?

damento do ideário de Martí uma fonte inesgotável de inspiração para a teoria e acção, confere grande actualidade a soluções ensaiadas no quadro de uma visão criadora das relações entre a economia mista, o poder do Estado e o poder popular e a função social do Partido.

Pablo Casanova finda o seu importante artigo-ensaio com uma opinião que, dado o prestígio internacional de quem a emitiu, teve imediata ressonância nos EUA: «a cultura cubana — conclui — está à beira de uma nova criação histórica: parece que a Ilha assume a missão de ser pioneira nos quefazeres do homem. Com ela talvez consigamos um mundo menos injusto em meio do conflito e da negociação. Sem ela não conseguiremos nada. Uma vitória contra o povo de Cuba e o seu governo seria o princípio do inferno na Terra».

Não ao princípio do inferno é, aliás, o título que Gonzalez Casanova escolheu para o seu lúcido depoimento. Não foi certamente casual. O título ajuda-nos a compreender os motivos pelos quais tantos governantes de Terceiro Mundo, alguns conservadores e mesmo anti-comunistas, se manifestam publicamente contra o bloqueio e se dirigem aos governantes de Havana, expressando apoio à resistência do povo cubano.

## «Vamos resistir!»

Ao agradecer aos 112 intelectuais brasileiros que foram levar a sua solidariedade a Cuba, Fidel Castro disse-lhes:

«Os homens foram, sem razão, infinitas vezes para as lutas e a morte por ambição ou em busca de glória. Mas os homens foram muito longe também, e fizeram grandes sacrifícios, de maneira justificada, pela esperança. Creio que todos quantos se sacrificaram neste mundo por uma causa nobre se sacrificaram também pela esperança».<sup>(3)</sup>

E, perante os visitantes, empenhou a sua palavra de velho combatente da causa da humanidade, garantindo-lhes que Cuba não se submeterá, e dará prosseguimento a uma luta que é de todos os povos.

«Nós vamos resistir — afirmou — para que o futuro de vocês seja melhor que o nosso presente, para que no futuro tudo o que vocês fizerem seja melhor do que aquilo que fizemos até agora, para que no futuro vocês não tenham que lutar tão sozinhos como estamos a lutar agora, sem outro apoio que não seja o dos povos e das pessoas honestas e valentes destes mundo, que não têm poder físico, têm somente o valor moral».<sup>(4)</sup>

Muitas vezes, dirigindo-me a camaradas e amigos que não conhecem Cuba, comparei os feitos do seu povo aos dois heróis da Ilíada. Sei que em Tróia e no arraial dos aqueus também havia traidores e poltrões e não me atrevo a prever o desenvolvimento, a curto prazo, da história, em Cuba.

Isso, em nada altera a força da solidariedade. Ela independe do resultado. Para definir Cuba, cercada e heróica, tal como a vejo e sinto, não encontro melhor imagem que a de uma pequena fortaleza investida por um gigantesco exército.

Pablo Gonzalez Casanova usou palavra dramática expressivas. É indispensável reforçar a solidariedade a Cuba porque a queda da Ilha socialista seria o princípio do inferno na Terra. A terra de Martí, da gente de Moncada e da Sierra Maestra, dos homens e mulheres que há três décadas defendem o socialismo a dois passos do território dos EUA — essa Ilha revolucionária, acusada de sufocar as liberdades ganha neste final de século XX os contornos simbólicos de uma cidadela cujos defensores estão dispostos a morrer em defesa da liberdade.

Fidel diz que basta um grão de esperança para encher o mundo. A luta de Cuba é prova disso.

(1) — In «Sitiada la Esperanza», Nicanor Catayo, Havana 91.

(2) — In «El Dia Latino-Americano», 24.2.92, México. Pablo Gonzalez Casanova foi reitor da Universidade Autónoma do México e presidente da Associação Latino-Americana de Sociólogos. Figura exponencial da cultura latino-americana adquiriu um grande prestígio como pensador político. Um dos seus ensaios mais traduzidos é aquele em que submete a uma crítica demolidora a teoria reagiana do Estado mínimo. Obtiveram também difusão internacional — no terreno da teoria e da praxis — trabalhos seus sobre a contribuição criadora para a humanidade de revoluções ocorridas no Terceiro Mundo, entre as quais a vietnamita, a argelina, a nicaraguense e alguns processos africanos de libertação nacional.

(3) e (4) — In «Granma Internacional», Havana, 23.2.92.

Numa das suas últimas edições, o Diário de Notícias referia que o ministro da Defesa Nacional deu aos Chefes de Estado-Maior das Forças Armadas e dos Estados-Maiores da Marinha, Exército e Força Aérea algum «trabalho de casa», relacionado com a normalização das propostas para reorganização estrutural do EMGFA e dos Ramos.

A interpretação que o jornalista do DN deu a esse facto não prestigia o responsável governamental pela Defesa Nacional nem dignifica os Altos Comandos Militares.

Embora o Ministério da Defesa seja o «executivo» da defesa nacional, as Forças Armadas são o instrumento e os agentes da política de defesa.

Como alcançar os objectivos «militares» da defesa não se reduz a formular a política global de acordo com o conceito estratégico da defesa nacional e o conceito estratégico militar. Tão-pouco se limita a formular a política de defesa em termos de custo/eficácia: na realidade, ainda não está provado que a redução do serviço militar obrigatório e a consequente profissionalização ou a redução aparente dos efectivos sejam menos onerosas financeiramente ou mais eficazes em ordem à defesa nacional.

A defesa e o «potencial de combate» necessário para a garantir não se traduzem apenas nos meios humanos, materiais e técnicos; não menos importante é o «moral» das tropas, em particular o dos seus «quadros», oficiais e sargentos.

Diz o Governo que é necessário «rejuvenescer» as Forças Armadas e que, liberta a instituição militar dos mais «velhos», as gerações mais novas alcançarão o «sucesso».

Todavia, os valores nacionais não se salvaguardam quando o objectivo daqueles que devem contribuir para a sua preservação se circunscrever à compensação financeira — melhor vencimento e maior competição —, à custa dos que forçadamente terão que abandonar as fileiras.

A política de defesa e das Forças Armadas não é competência exclusiva do Governo: por ela são responsáveis, além do Executivo, que está colocado em terceiro lugar, o Presidente da República, a Assembleia da República, o Conselho Superior de Defesa Nacional e o Conselho Superior Militar.

Terá, pois, que ser definida por «consenso» porque diz respeito a todos os portugueses, incluindo as Forças Armadas, que são o seu instrumento, e não apenas pelo Governo ainda que legitimado por votação maioritária.

O governo não pode, portanto, porque não deve, impor uma política de defesa sem ter em devida conta a instituição militar e os seus antecedentes.

O Governo não pode, em nome da defesa nacional e de uma pretensa eficácia, atentar contra a dignidade dos militares e dos seus chefes, nem contra os direitos adquiridos, legislando com efeitos retroactivos.

O Governo não pode, em nome da subordinação ao poder (civil), tratar os militares como cidadãos de segunda que, ao escolherem a carreira das armas, abdicaram de determinados direitos mas não renunciaram aos desígnios constitucionais e à cidadania.

Há, na realidade, que reduzir os custos da defesa e aumentar a sua eficácia. Não será, porém, de forma abrupta que se alcançará tal objectivo. A mudança radical da instituição militar comporta riscos que devem ser acutelados, de sobreposição de valores como a competição, o mercenarismo e o «lucro».

O Governo não pode apresentar o economicismo como único critério de gestão de pessoal que, em última análise, visa atingir os militares que na sua maioria participaram na guerra de África e fizeram o 25 de Abril.

Portugal refaz-se e constrói-se, dia a dia, com olhos no futuro, sem renegar o passado. As Forças Armadas Portuguesas são um factor de identidade nacional.

Os direitos dos militares das Forças Armadas, instituição nacional, não podem ser negociados nem como corporação nem individualmente. Ao Estado, através do Governo, cabe apenas reconhecê-los e mantê-los efectivos pela via do diálogo e da concertação.

Os interesses nacionais não são com certeza nem contra a justiça nem contra os direitos adquiridos dos cidadãos militares.

F. L.



«A política de defesa e das Forças Armadas não é competência exclusiva do Governo»



# «Somos a chave da paz para o Médio Oriente»

diz Abu Middain em entrevista ao «Avante!»

«Nós acreditamos na paz e precisamos da paz» — afirmou ao «Avante!» Freih Mustafa Abu Middain, Bastonário da Ordem dos Advogados nos territórios árabes palestinos e membro da delegação palestina no processo de negociações sobre o Médio Oriente, que esteve em Portugal a convite da ZLAN (organização das Zonas Livres de Armas Nucleares). Na breve conversa havida na pausa para um café, Freih Abu Middain fez questão de repetidamente sublinhar que os palestinos são «a chave da paz» no Médio Oriente.

— Em que pé é que estão as conversações? O caminho que estão a seguir poderá levar a um legítimo processo de paz?

— A verdade é que actualmente o processo de paz está semiparalisado, por causa da proximidade das eleições em Israel e nos Estados Unidos. Neste momento nenhum dirigente político tem a coragem de assumir as responsabilidades inerentes a qualquer decisão neste domínio.

O futuro das negociações depende em grande medida das boas intenções presentes ou não, nas próprias negociações. E, o que é particularmente importante, qualquer avanço no processo de paz só é possível com base no respeito, da parte israelita, das resoluções das Nações Unidas 242 e 338 e do princípio «Terra em troca de paz».

Para alcançar uma paz global, é preciso ter em conta dois pontos.

Primeiro, Israel tem que pôr fim ao estabelecimento dos colonatos. Segundo, tem de respeitar a 4ª Convenção de Genebra, que defende os direitos humanos.

O período transitório deverá prolongar-se por cinco anos. Se durante este período Israel não parar com o processo de implantação de novos colonatos, na verdade não haverá nada para negociar.

O segundo ponto — o respeito pela 4ª Convenção de Genebra. É essencial que durante estes cinco anos sejam criadas condições para estabelecer pontes de confiança entre os dois povos. Um conflito que dura há 43 anos não pode acabar de um momento para outro. Por isso, o respeito pelos direitos humanos é um segundo passo, ou um passo complementar ao do fim do estabelecimento dos colonatos, para que seja possível criar estas pontes de confiança.

— Qual a vossa perspectiva do futuro das relações entre palestinos e israelitas?

— Na nossa perspectiva do futuro, deve haver cooperação entre os árabes e israelitas.

Começamos as conversações com o «coração e a mente» abertos. Na verdade, nós, palestinos, somos a chave da paz no Médio Oriente. Por isso queremos enquadrar Israel na região em bases correctas. Ou seja, tem que haver uma cooperação económica diária, duas entidades independentes (uma entidade israelita e outra entidade palestina).

Podemos abrir as portas do mundo árabe para uma paz entre o mundo árabe e Israel. Israel tem de compreender — nós somos a chave da paz.

Não somos contra a imigração judaica para Israel. Somos sim contra a vinda do imigrante com o objectivo de expulsar os palestinos dos seus lares.

A nossa perspectiva das nossas mútuas relações futuras, é que devem basear-se em pilares firmes, para que possam ser fortes.

A experiência de paz com o Egipto foi uma experiência fracassada. Ainda hoje o povo egípcio se recusa a ir aos territórios santos da Palestina. Desde Camp David, foram assassinados mais de 50 israelitas no Egipto. E entretanto nenhum israelita morreu nem na fronteira síria nem na fronteira

jordana, apesar de situações de guerra.

Para uma paz verdadeira é preciso que os palestinos gozem finalmente dos seus direitos.

— Que possibilidade há de facto para a paz na zona?

— Nós acreditamos na paz e precisamos de paz.

Depois do colapso da União Soviética e da guerra do Golfo, a nova ordem mundial deve basear-se na paz e no respeito pelos direitos humanos.

Mas a situação que actualmente se vive nos territórios ocupados, coloca muitas dúvidas quanto ao processo de paz.

A prática dos israelitas é de sistemática e diária violação dos direitos do homem.

Há dois dias, 10 palestinos foram mortos e 50 ficaram feridos, numa só rua e apenas numa hora. Isto é uma matança,

tem como objectivo envenenar as relações entre os dois povos. Este regime fascista de Telaviv tenta destruir o processo de paz, através de matanças, das deportações, da demolição de casas, pressões económicas (impedindo os trabalhadores de trabalhar), o encerramento das Faculdades. Hoje a situação nos territórios ocupados é grave, e pode fazer explodir o processo de paz.

— Essa matança que referiu foi durante uma manifestação? Em que circunstâncias ocorreu?

— Tinha sido imposto um recolher obrigatório, de dez dias, na cidade de Rafah. O que é um castigo de massas bastante duro. Os habitantes saíram à rua — violando o



## Encontro com PCP

Freih Abu Middain, Bastonário da Ordem dos Advogados nos territórios árabes palestinos e membro da delegação palestina no processo de negociações sobre o Médio Oriente, foi recebido por uma delegação do Partido Comunista Português, composta por Albano Nunes, membro do Secretariado do Comité Central, responsável da Secção Internacional, e por Domingos Lopes, membro suplente do Comité Central.

Freih A. Middain informou a delegação do PCP sobre as negociações em curso e sobre a luta do povo palestino pelo reconhecimento dos seus direitos nacionais.

A delegação do PCP expressou a solidariedade activa dos comunistas portugueses à luta da OLP e do povo palestino, particularmente contra a política sionista de Israel de prosseguir com a instalação dos colonatos nos territórios palestinos ocupados.

recolher obrigatório — pois era preciso comprar leite para as crianças, e para os camponeses impunha-se a recolha das colheitas. E então dá-se a matança.

— Numa tão grave situação nos territórios ocupados, o que se preconiza para evitar que prossigam as sistemáticas violações dos direitos humanos?

— É por isso que consideramos tão importante obter protecção internacional — através de forças das Nações Unidas, ou de forças europeias. Isso poderia constituir uma garantia de protecção dos nossos direitos e do próprio processo de paz.





# E o futuro do Terceiro Mundo?

Um dos traços mais marcantes da frágil ordem internacional é a situação económica em que se encontram os países do chamado Terceiro Mundo.

Estes países cujos habitantes constituem mais de 4/5 da população mundial vivem numa crise da qual ninguém se atreve a traçar cenários que contemplem uma hipotética saída.

Naturalmente que a crise é expressão da fragilidade da ordem económica capitalista que hoje mais do que ontem domina o Planeta.

Os arautos do liberalismo vivem hoje obcecados pelos êxitos efémeros das derrotas do modelo do socialismo implantado (muitas vezes imposto), virando a cara à incapacidade do capitalismo, na era da revolução técnico-científica, de responder às questões mais elementares da dignidade humana, tais como o direito à nutrição, à saúde e o direito à vida.

De África à Ásia, passando à América Latina, o capitalismo deixa à margem das sociedades centenas e centenas de milhões de seres humanos sem o mínimo de esperança.

A fome, a subnutrição, a nudez, a doença são pragas que flagelam grandes países como o Brasil, Argentina, a Venezuela, o Peru, Zaire, Moçambique, Angola, Índia, Bangladesh, o Sudão, a Etiópia, o Malí entre outros. Nestes e noutros países há seres humanos que vegetam e que se arrastam à procura de raízes, de água, de comida, à procura de uma réstea de vida que não encontram.

Fogem à morte, encontrando a morte nessa busca patética a que o Ocidente em grande medida fecha os olhos.

Esses países estão hoje «garrotados» pelo peso da dívida externa, fornecida pelas instituições financeiras dos grandes ocidentais, designadamente o Banco Mundial e o FMI.

Os resultados dos programas económicos do FMI e do BM estão à vista. Eles, como inventaram os brasileiros, estão nocauteando os povos do Terceiro Mundo.

A política dos empréstimos visa, por um lado, proporcionar enormes lucros e, por outro lado, controlar esses países à medida que eles se enredam nas malhas dessas dívidas externas.

Hoje esses países vivem sufocados e as suas energias são dispendidas na busca do oxigénio que lhes permita respirar.

Deixamos aqui alguns números de Setembro de 1991 sobre os montantes das dívidas externas de alguns países:

África		
		mil milhões dólares
Marrocos	19,9	« « «
Argélia	24,8	« « «
Egipto	49,9	« « «
Nigéria	30,7	« « «
Sudão	11,8	« « «
América		
		mil milhões dólares
Brasil	114,5	« « «
México	101,5	« « «
Argentina	58,9	« « «
Ásia		
		mil milhões dólares
Indonésia	52,6	« « «
Índia	57,5	« « «
Filipinas	29,4	« « «
Coreia do Sul	37,1	« « «
Tailândia	20,5	« « «

As políticas económicas que conduziram a este descalabro são da autoria das elites dirigentes do Terceiro Mundo no poder, que devido à alta do preço das matérias-primas nos custos, partindo do acesso fácil ao mercado internacional de capitais desperdiçaram enormes recursos, acompanhados de corrupção, praga massiva de capitais e criaram burocracia cujo o único objectivo é locupertar-se. Mas são também dos dirigentes ocidentais que através dos seus mecanismos financeiros lograram quebrar esses países, impedindo alguns deles (Brasil, México, Argentina, Índia) de poder vir a serem concorrentes sérios nalgumas áreas e sectores económicos.

A política de Collor de Melo no Brasil, de Menem na Argentina, e a viragem na política económica na Índia visam exactamente impedir que esses países possam competir em certos sectores com os países ocidentais.

Ora tais políticas têm conduzido ao descalabro e à bancarrota, no terreno económico e a explosões no plano social.

Hoje ninguém ousa responder com o mínimo de credibilidade a esta questão: como vão sobreviver alguns destes países?

No terreno social, destruídas as estruturas económicas, as explosões do tipo das verificadas no Zaire e na Venezuela serão inevitáveis.

A libanização de África, a multiplicação dos conflitos

étnicos, fronteiriços que se multiplicam escondem muitas vezes as ausências de condições de vida mínimas que os governantes não oferecem.

O Secretário-Geral da NATO, em entrevista ao Público de 31/3/92, é claro no que toca à visão da NATO sobre o Sul... «Os principais desafios para o futuro da raça humana virão do Sul do Globo: a explosão demográfica, os problemas para alimentar essas massas»...

Para onde vai África? Como serão as suas fronteiras? Que relação existe entre as terríveis dificuldades económicas das populações e a actual situação política?

Não tem o separatismo da Índia, do Bangladesh, uma certa relação com as condições de vida das populações? Não têm os «êxitos» do Sendero Luminoso no Peru a ver com essas mesmas condições de vida?

O Terceiro Mundo está à beira do abismo. Para lá foi empurrado pelo Ocidente. E o Ocidente tem disso consciência. Por isso, em vez de ajudar, de cooperar, preocupa-se muito mais com forças e organizações militares que possam pôr o Sul na ordem que os levou ao caos.

A ordem económica internacional do capitalismo ba-



seia-se num processo de trocas injustíssimas. Veja-se no mapa a quebra dos preços das matérias-primas e a subida espectacular dos produtos industriais.

	1970	1973	1975	1979	1981	1985	1990
Petróleo Bruto	5,9	8,7	29,9	82,3	96,1	76,5	48,5
Chá, café cacau	31,2	39,4	45,3	107,0	82,1	85,1	52,4
Produtos agrícolas	31,4	60,1	54,2	90,3	87,0	73,3	100,6
Fosfato	25,6	30,9	151,2	79,1	122,1	77,9	94,2
Produtos industriais	34,0	46,2	63,4	90,2	94,8	87,1	136,8

Os números falam por si. Os lucros dos países ricos aumentam; os pobres ficam mais pobres: **dão mais e recebem menos.** É previsível que os povos aceitem esta situação?

Esta crise do Terceiro Mundo é também expressão da crise geral do sistema capitalista.

Uma das questões teóricas urgentes é estudar mais detalhadamente os reflexos da crise na periferia (Terceiro Mundo) na crise no centro, e, por outro lado, o amortecimento da crise no centro com a «explosão» da crise para a periferia.

Na análise objectiva, serena e realista da situação económica no Terceiro Mundo deparamos com a total incapacidade do capitalismo para responder às aspirações de numerosos povos e dos cidadãos. O agravamento, sem precedentes, da crise colocará novas explosões político-sociais. Estarão as forças progressistas preparadas?

A vitória do capitalismo neste fim de século não angustia nada de bom. Se os povos, se as forças progressistas não agirem solidariamente, os dias para os Sul do Planeta serão ainda mais negros.

**DOMINGOS LOPES**  
Membro Suplente do CC



## Hoje: eleições decisivas no Reino Unido

O povo britânico vai hoje às urnas para eleger um novo parlamento e, conseqüentemente, um novo governo. Fá-lo nas mais complexas e difíceis condições políticas, económicas e sociais dos últimos 40 anos. Que caminho escolherá? Quais os principais factores que determinarão a sua decisão?

A crise económica que, compreensivelmente, dominou a campanha eleitoral, vai decidir o sentido do voto do país. Porque, crises, já se viram muitas, mas uma depressão económica a esta escala, só, possivelmente, a de 1929.

Não há ninguém que não tenha medo de perder o emprego. O encerramento de empresas, fábricas, indústrias inteiras, vai-se realizando com enervante monotonia. A quebra espectacular do sector da habitação privada deixou a classe média entontecida — as casas, agora, já valem menos do que o valor por que as adquiriram, mas os empréstimos e os juros contam todos os dias. As falências de empresas vão na média de 160 diárias. Os bancos vêem os seus capitais contraírem-se. Os prejuízos das companhias de seguros, em 1991, já somam quase 2 biliões de libras. A grande empresa do sector das propriedades «Heron» já disse aos 280 bancos aos quais deve dinheiro que não lhes pode pagar.

Fala-se em dezenas de biliões, centenas de biliões de prejuízos em vários sectores da economia. As pessoas assustam-se, lembram-se da «poll tax» que as vitimizou cruelmente. Os eleitores registam a destruição dos serviços de saúde, a privatização dos hospitais onde há agora mais administradores e contabilistas do que enfermeiras e médicos. Mais de um milhão de doentes aguardam, desde há um ano, tratamentos ou operações. Os hospitais só atendem, imediatamente, quem lhes possa pagar.

Nesta conjuntura, o acto eleitoral de hoje assume proporções de importância extraordinária para o povo britânico, para a Europa e para o mundo. Já dissemos em trabalho anterior que o povo destas ilhas quer mudar de governo. Vê nos trabalhistas uma alternativa e, muito possivelmente, vai dar-lhes, hoje, uma nova oportunidade para governarem o país.

Mas o Partido Trabalhista já recebeu no passado, em 1945, em 1968 e em 1974, mandatos claros para governar nos interesses do povo britânico. Na hora da verdade, porém, os políticos socialistas, como sempre acontece, tiveram medo de cumprir o prometido no país e preferiram gerir o capitalismo até que este, reabilitado junto da opinião pública, voltou a colocar no poder o seu partido natural — os tories (conservadores).

Sejamos realistas: não estamos convencidos de que Neil Kinnock seja melhor, se vencer hoje, como se espera, do que o foram Clement Attlee, Harold Wilson ou James Callaghan. O sistema, por seu lado, esperará dele um governo que absorva as consequências da recessão e que, tornando-se gradualmente impopular, cave a sua própria ruína e abra caminho para o retorno dos thatcheristas (sem ela ou até com ela) ao nº 10 de Downing Street.

Uma esperança existe, contudo. As condições são outras, na depressão que aí está e começa a triturar o capitalismo. Os trabalhistas poderão vir a ser forçados, se hoje forem eleitos, pelo próprio povo britânico à aplicação de medidas históricas que conduzam à transformação política e socioeconómica deste país.

Tem a palavra o povo trabalhador destas ilhas.

■ **Manoel de Lencastre**



## PONTOS CARDEAIS

## Gazetilha

## O silêncio

Durante anos Savimbi foi nesta RTP o grande herói. Alguns intelectuais deixada a hesitação da corda bamba entoaram hinos triunfais aos amigos da Jamba.

Em sangue nada o «herói» do desaforo. Há um clamor de agonias. E já não se ouve o coro (por decoro?) das célebres Marias...

## Actualidade

Em terras de arrote perdão!, em terras de couto o dinheiro guapo tlim, papo, andou gingando na «passerelle» como é costume nele.

Envolto no manto da sedução ri o demónio da concertação...

## Para quem?

O escudo vai ser europeu. Veio o ministro e esclareceu. Disse que a inflação na verdade e para já com certeza terá maior dificuldade mas não deixava neste instante pra quem cá está de ser reconfortante blá blá, blá blá, blá blá...

Reconfortante? Está bem. Mas pra quem? Mas pra quem?...

## Intriga

Onde há charco, há minhocas. Assim, cada vez mais há muitos suplementos nos jornais de picos, mexericos e fofocas. Vestidos de ouro ao quilo muitas meninas com o seu amparo. Elas, com peles de crocodilo eles, em largo friso, com um sorriso da mesma pele, é claro. Brilham as jóias no peito das jibóias e depois, por intriga, ainda há quem diga que em Portugal se vive mal...

## IVA? Irra...

Sem negras parangonas magistrais veio a notícia esquiava: ia cair o negregado IVA em cima dos jornais.

Não param os azares porque o cevado nunca se contenta. Pela primeira vez o IVA aumenta os livros escolares.

Cresce inda mais a carga punitiva? Ainda há mais assédios? Há mais, sim. Os remédios também sofrem do IVA.

Que quer esta política indecente? Quer apanhar o pelotão da frente...

■ IGNOTUS SUM

## Incrível!



## Os democratas

Isto está a pegar. Cada vez há mais presidentes que, eleitos democraticamente, mostram a estranha inclinação para a ditadura. Quando as coisas não lhes correm de feição ou fazem ameaças contra anteriores amigos e instituições que os guidaram ao poder, ou passam mesmo aos actos e vai daí dão o golpe.

Já não falando das antigas amizades de Gorbachov que, depois de lhe terem tirado o tapete debaixo dos pés na Crimeia, foram pretexto para que ele assinasse o encerramento do PCUS e aceitasse a dissolução do parlamento soviético. O caso de Ieltsine, novo homem forte, depois de ter sido eleito Presidente da Rússia, ameaça agora os parlamentares, se eles não forem suficientemente presidencialistas...

Walesa, entretanto, já dera o exemplo no mesmo sentido. Achava que só ele era a emanação democrática do povo. Os deputados que não se atrevessem a discordar da sua política.

Certamente inspirado por estes democratas, o presidente recentemente eleito do Peru também pensou que com democracias não ia. Não fez ameaças. Fez logo um golpe.

## Ser e parecer

As custas do processo que Cadilhe tem de pagar, depois de obter dos tribunais uma sentença desfavorável à sua queixa, certamente não o deixarão mais pobre. Quando se trata de fazer as suas próprias contas, já se sabe que o antigo ministro de Cavaco mostra que o curso não lhe caiu em saco roto. No fim de contas não era ele que se queixava da sisa, posto que arranjara maneira e sabedoria para lhe escapar. E se, com esta sentença, os portugueses não ficaram mais ricos — os sucessores de Cadilhe continuaram na mesma senda de acharem nos bolsos dos trabalhadores o dinheiro que faz falta aos ricos — pelo menos sentiram alguma satisfação. Então não é que a sentença afirmou, segundo a imprensa, que «o ministro das Finanças não deve apenas ser honesto, deve parecê-lo»? E que «é legítimo e socialmente compreensível duvidar do valor do andar das Amoreiras, considerado um empreendimento de luxo»? E ainda que «é legítimo e socialmente compreensível que as pessoas se interroguem da justiça da lei que permitia a isenção de sisa»? Foi uma rica sentença.

## De uma banda só

O diabo é sectário, só lhe dá para o mal. Qualquer reli-

gião o dirá. Mas «O Diabo» também só lhe dá para o torto. É escusado procurar nesse pasquim uma opinião mitigada, um talvez ou mesmo uma boa palavra de apreço aos trabalhadores. Aqui há dias a directora apelava ao Cavaco para que ele mandasse trabalhar os grevistas, desse lá por onde desse. Esta semana, para dar força ao apelo, fez um inquérito «popular». E, como sempre, só recebeu respostas a condizer. Do reformado ao estudante, da dona de casa ao empregado, passando por um mergulhador profissional, toda a gente se mostrou adversa aos trabalhadores que fazem greve. É certamente uma greve pouco popular. Mas não é pela popularidade que as greves se medem, mas sim pelas suas razões e pela adesão que têm. No entanto, Torres Couto, também se mostra à altura dos entrevistados do «Diabo». Depois de se desculpar com os trabalhadores comunistas, ele diz que a greve também o afecta pessoalmente. «Não pelo facto de eu utilizar os transportes públicos (ando no meu carro particular), mas devido às enormes bichas e ao caos que provocam no trânsito lisboeta». Com um dirigente sindical destes, a UGT vai longe. De carrinho.

## frases da Semana

“Expresso — Como se compreende que tenham entrado em vigor, no dia 24 de Março, medidas legislativas contidas no «Diário da República» distribuído no dia 25 — e que, portanto, só deveriam entrar em vigor no dia 30? Braga de Macedo — O «Diário da República» onde foi publicada a Lei de Orçamento de Estado para 1992 está datado de 9 de Março, tendo sido distribuído em 19 de Março e, consequentemente, entrou em vigor no passado dia 24 de Março.”

✽ («Expresso» — 4.04.92)

“A verdade nua e crua é que se você der dinheiro à classe trabalhadora, ela gastá-lo-á a produzir imenso barulho e cheiros horríveis.”

✽ (Auberon Waugh — entrevista ao «Independente» («Vida»), 3.04.92)

“Nós, os ricos, devíamos determinar as direcções da sociedade. Agora que o dinheiro está nas mãos dos trabalhadores, temos de enfrentar a cultura proletária, que faz tudo feio e desagradável.”

✽ (Idem)

“As greves dos transportes incomodam-me por causa das bichas no trânsito.”

✽ (Torres Couto — «O Diabo», 7.04.92)

“Depois de tudo o que aconteceu, agora o que eu quero é voltar a ter uma vida discreta.”

✽ (Amarília Taveira — «Perciscópio», «O Jornal», 3.04.92)

“Consideramos a Jamba, depois de 16 anos de guerra, um lugar de reflexão.”

✽ (Jonas Savimbi, Conferência de Imprensa em Luanda — «Público», 6.04.82)

“(...) obviamente não poderia pôr as mãos no fogo em matéria de direitos humanos pela UNITA.”

✽ (Pacheco Pereira — «O Jornal», 3.04.92)

“O país tem de compreender que a suspensão temporária e parcial da legalidade existente não é uma negação da democracia real.”

✽ (Alberto Fujimori, na noite do golpe de Estado no Peru — «Público», 7.04.82)



# Agenda

## Quinta, 9

### • LISBOA

Plenário da célula dos **Ferrovários da CP/Lisboa**, para discussão da situação na empresa e da situação política nacional: às 18.30, no CT Vitória.

## Sexta, 10

### • CACÉM

Plenário de militantes da freguesia, preparatório da próxima Assembleia da Organização; discussão da situação política. No Centro de Trabalho, às 21.30, com participação do camarada **António Cordeiro**.

### • CASCAIS

Reunião de militantes do PCP eleitos nos órgãos autárquicos do concelho de Cascais: às 21.00, no Centro de Trabalho de Cascais.

### • COIMBRA

O regime democrático - a democracia representativa e participativa e as ameaças de alteração do sistema eleitoral português: debate público organizado pelo Grupo de Trabalho para as iniciativas ideológicas da ORC, com a participação do camarada **Luís Sá**. Às 21.30, no Salão

das Piscinas Municipais.

### • LISBOA

Noite da **Juventude no CT da Graça**: convívio, serviço de bar. Das 22.00 à 01.00, com entrada livre.

Plenário de militantes da freguesia de **S. João**, para discussão do trabalho na freguesia e da situação política e social, com a participação do camarada **Carlos Grilo**. Às 21.30, na Biblioteca da Junta de Freguesia.

### • PORTO

As experiências de socialismo e o movimento comunista internacional hoje: debate integrado no ciclo organizado pelo Sector Intelectual do Porto, com a participação do camarada **Albano Nunes**. Às 21.30, no Centro de Trabalho da Boavista.

### • STA. IRIA DE AZÓIA

Debate sobre a situação internacional com a participação do camarada **Miguel Urbano Rodrigues**. Às 21.30, na Soc. Recreativa «1º de Agosto».

### • S. DOMINGOS DE RANA

Plenário de militantes Reformados

para discussão da situação política e social: às 15.30 no Centro de Trabalho de Tires.

## Sábado, 11

### • ALGUEIRÃO-MEM MARTINS

Visita da CDU à freguesia, com a participação de eleitos nos órgãos autárquicos locais e na Câmara Municipal de Sintra. A partir das 15.00.

### • BARREIRO

Assembleias plenárias preparatórias da 5ª Assembleia da Organização Concelhia: das organizações das freguesias do **Barreiro** (15.00, CT da freguesia), **Verde-rena** (16.00, CT concelho), **Alto do Seixalinho** (15.00, CT conc.), **Stº. André** (16.00, CT de Stº André), **Palhais** (15.00, CT de Palhais), **Lavradio** (15.00), **Coia** (15.00), e das células das empresas da **Quimigal** (16.00, CT concelho) e da **FISIPE/TINCO/RN/EDP/CTT-TLP/SNC** (16.30, CT concelho).

### • CARNAXIDE

Encontro sobre o trabalho autárquico na Freguesia: às 15.00, no Palácio dos Arciprestes

(entrada de **Linda-a-Velha**), com a participação de **Jorge Cordeiro**.

### • CASCAIS

Almoço-convívio no Centro de Trabalho, a partir das 13.00, promovido pela Comissão de Freguesia. Participam o vereador da CDU e membros da Assembleia Municipal de Cascais.

### • MATOSINHOS

Debate público sobre a situação internacional, com a participação do camarada **Albano Nunes**: às 15.00, na Escola do Godinho.

### • MONTE LAVAR

Plenário de militantes da freguesia. No CT, às 21.00.

### • PORTALEGRE

«Distrito de Portalegre - que futuro?» - encontro promovido pela DORPOR com a participação do camarada **Carlos Carvalho**. No salão de conferências do Hotel D. João III, a partir das 10.00.

### • PORTO

Assembleia da Célula da CP, realizada sob o lema «Pela defesa da empresa e dos interesses dos trabalhadores: pelo reforço da unidade e de um PCP mais forte». Com início às 9.00, no salão da Junta de Freguesia de Santo Ildefonso, e almoço-convívio no final. Participa o camarada

### Henrique Sousa.

Debate sobre o Movimento Associativo e Popular e o seu papel no desenvolvimento cultural e desportivo e na resolução dos problemas das populações; o projecto de lei do PCP sobre Associativismo entregue na AR. Com início às 15.00, na Junta de Freguesia de Santo Ildefonso (R. Gonçalo Cristóvão).

### • SETÚBAL

Sessão pública de solidariedade com a **Palestina**, promovida pela DORS do PCP e a JCP, com a participação de **Issam Beseisso**, Embaixador da OLP e do Estado da Palestina. Às 21.00, na Soc. Musical Capricho Setubalense.

## Domingo, 12

### • TORRES VEDRAS

A Política Agrícola Comum e as suas consequências no Distrito de Lisboa: debate público no Auditório Municipal (Av. 5 de Outubro), às 15.00, com a participação de **Rogério de Brito**, deputado do PCP no PE.

### • VALE DE CAVALOS

Almoço-convívio na Cooperativa 15 de Outubro, integrado nas comemorações do 71º aniversário do Partido, com a participação de um camarada do Comité Central. A partir das 13.00.

## Quarta, 15

### • LISBOA

Reunião de camaradas Reformados da Zona Oriental de Lisboa: às 15.00, no Centro de Trabalho Vitória.

Reunião de camaradas Reformados da freguesia de Alfama: às 10.00, no Centro de Dia das Escadinhas de S. Miguel.

### • PAREDE

Reunião de camaradas Reformados de Parede/Carcavelos: às 15.00, no Centro de Trabalho da Parede.

## Debates

### PORTALEGRE

Sábado

## Distrito de Portalegre - que futuro?

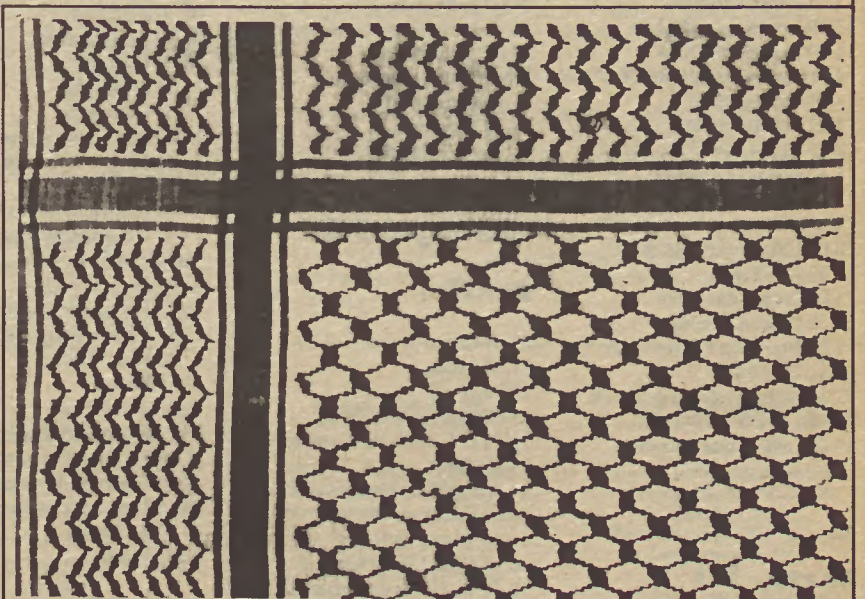
com **Carlos Carvalhas**

### COIMBRA

Sexta-feira

## O regime democrático A democracia representativa e participativa e as ameaças ao sistema eleitoral português

com **Luís Sá**



SESSÃO DE SOLIDARIEDADE COM

## A PALESTINA

Sábado, 11 de Abril

21.00 h

Sociedade Musical Capricho Setubalense

participa

ISSAM BESEISSO

Embaixador da O.L.P. e do Estado da Palestina



JUVENTUDE COMUNISTA PORTUGUESA  
PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS



## TORRES VEDRAS

Domingo

## A Política Agrícola Comum e as suas consequências no Distrito de Lisboa

com **Rogério de Brito**

## PORTO

Sexta-feira

## As experiências de socialismo e o movimento comunista internacional hoje

com **Albano Nunes**

Sábado

## Movimento Associativo e Popular

com

**António Filipe e Carlos Rabaçal**  
**Álvaro Sousa, jornalista**  
**Bernardino Pereira, técnico de atletismo**  
**Albertina Dias, atleta**

INICIATIVA de SOLIDARIEDADE  
com CUBA dia 18 Abril  
15 HORAS  
CALDAS DA RAINHA  
Comissão Distrital de LEIRIA da JCP



# Avante!

## Agenda

### Televisão

#### Quinta, 9

##### Canal 1

07.30 Bom Dia (I)  
09.30 Rua Sésamo  
10.00 Bom Dia (II)  
11.05 Passerelle  
11.40 Jogo de Cartas  
12.00 Notícias  
12.05 Culinária  
12.20 Lua Cheia de Amor  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 A Saúde na Sua Mão  
14.00 Brinca Brincando  
14.35 Saqueadores  
(ver «Filmes na TV»)  
16.05 Ponto por Ponto  
17.05 Brinca Brincando  
17.35 Rua Sésamo  
18.10 Caderno Diário  
18.15 Riviera  
18.45 Roda da Sorte  
19.30 Telejornal  
20.10 Desenhos Animados  
20.20 Rainha da Sucata  
21.30 Os Simpson  
22.00 Antes do Fim  
22.50 Os «Ban» em Macau  
23.55 24 Horas  
00.30 Remate  
00.45 Fox-Teatro do Imaginário

##### Canal 2

09.00 Videotexto  
12.00 Os Cavaleiros das Estrelas  
12.25 Curso de Inglês  
12.40 Fantocheiro Mágico  
12.55 Filhos e Filhas  
13.20 Agora, Escolha! (I)  
14.00 Jornal das Duas  
14.30 Agora, Escolha! (II)  
15.25 Recreio do 2  
17.25 Em Busca de...  
17.55 Clip-Club  
18.30 Eterno Feminino  
19.30 Aventura do Conhecimento  
20.00 Clássicos do Rock (II)  
20.50 Zás Trás  
21.00 Jornal das Nove  
21.30 O Sr. Almaníaco  
21.35 Concerto - Terreiro do Paço, 100.000!  
22.35 A Ilustre Casa de Black Adder  
23.00 Lábios que Sangram  
(ver «Filmes na TV»)

#### Sexta, 10

##### Canal 1

07.30 Bom Dia (I)  
09.30 Rua Sésamo  
10.00 Bom Dia (II)  
11.15 Passerelle  
11.40 Jogo de Cartas  
12.00 Notícias  
12.05 Culinária  
12.20 Lua Cheia de Amor  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 Os Novos Exploradores  
14.00 Brinca Brincando  
14.35 Vítimas do Divórcio  
(ver «Filmes na TV»)  
16.10 Ponto Por Ponto  
17.10 Brinca Brincando  
17.40 Rua Sésamo  
18.10 Caderno Diário  
18.15 Riviera  
18.40 Roda da Sorte  
19.30 Telejornal  
20.10 Desenhos Animados  
20.20 Rainha da Sucata  
21.25 Caravana da Coragem  
(ver «Filmes na TV»)  
23.20 Mamma Mia  
23.50 24 Horas  
00.25 Remate  
00.55 Sepultado Vivo  
(ver «Filmes na TV»)

##### Canal 2

09.00 Videotexto  
12.00 Zorro  
12.30 Curso de Alemão  
12.40 Fantocheiro Mágico  
12.55 Filhos e Filhas  
13.20 Agora, Escolha! (I)  
14.00 Jornal das Duas  
14.30 Agora, Escolha! (II)  
17.00 Burlescos  
17.25 Grandes Desastres  
17.55 Clip-Club  
18.25 Eterno Feminino  
19.30 Magazine de Turismo  
20.45 Zás Trás

21.00 Jornal das Nove  
21.30 O Sr. Almaníaco  
21.35 Veneno do Sol  
22.30 Pantanal  
00.05 Rotações  
01.00 O Rick de Sherwood

#### Sábado, 11

##### Canal 1

08.00 À Mão de Semear  
08.25 Canal Jovem  
13.00 Encontro à Uma  
13.55 Corações Jovens  
14.45 Prémios Grammy 1992  
16.10 Homem Certo Precisa-se  
(ver «Filmes na TV»)  
17.55 O Século dos Detectives  
18.45 Hercule Poirot  
19.45 Totoloto  
20.00 Jornal de Sábado  
21.20 Desenhos Animados  
21.30 Casa Cheia  
22.10 Araponga  
23.20 A Seita do Mal  
(ver «Filmes na TV»)  
01.20 Contradições  
02.30 Remate

##### Canal 2

09.00 Universidade Aberta  
11.30 Forum Musical (I)  
12.00 Primeiro Jornal  
12.15 Forum Musical (II)  
13.10 Agarra o 2  
14.10 Uma Noite Aconteceu  
(ver «Filmes na TV»)  
16.00 Estádio (I)  
18.30 Jornal Fim-de-Semana  
19.05 Arca de Noé  
19.45 Outras Músicas  
21.00 Estádio (II)  
23.30 Pantanal  
01.05 As Teias da Lei

#### Domingo, 12

##### Canal 1

08.00 Canal Jovem  
11.35 Missa  
12.30 70 x 7  
13.00 Notícias  
13.15 O Castelo da Aventura  
13.50 Top +  
14.40 Os Mais Ferozes do Oeste  
(ver «Filmes na TV»)  
16.10 Tesouros Reais  
16.45 Gala Euro Diney  
18.45 Os Golos da Jornada  
19.00 McGyver  
20.00 Jornal de Domingo  
20.35 Desenhos Animados  
20.45 Araponga  
22.25 Domingo Desportivo  
23.40 Conversa Afiada  
00.50 No Calor da Noite  
01.45 Remate

##### Canal 2

09.00 Caminhos  
09.30 Novos Horizontes  
10.00 S.O.S. Terra  
10.50 Regiões Magazine  
12.00 Agarra o 2  
13.00 Vida Nova  
14.00 Troféu  
19.15 Crónica  
20.10 Palavra Puxa Palavra  
21.00 Nós 2  
22.05 Artes e Letras - «Salmon Rushdie»  
23.20 Oito Vidas Por Um Título  
(ver «Filmes na TV»)  
00.45 Tauromaquia

#### Segunda, 13

##### Canal 1

07.30 Bom Dia  
09.30 Rua Sésamo  
10.05 Bom Dia  
11.05 Passerelle  
11.40 Jogo de Cartas  
12.05 Culinária  
12.20 Lua Cheia de Amor  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 América Selvagem  
14.00 Brinca Brincando  
14.35 Estação Términus  
(ver «Filmes na TV»)  
16.10 Ponto por Ponto  
17.10 Brinca Brincando

17.40 Rua Sésamo  
18.10 Riviera  
18.40 A Roda da Sorte  
19.30 Telejornal  
20.20 Rainha da Sucata  
21.25 O Preço Certo  
23.00 Grandes Desafios  
23.55 24 Horas  
00.30 Remate  
00.40 De Quem é a Vida, Afinal?  
(ver «Filmes na TV»)

##### Canal 2

09.00 Videotexto  
12.00 O Homem da Carabina  
12.25 Curso de Inglês  
12.40 Fantocheiro Mágico  
12.55 Filhos e Filhas  
13.15 Agora, Escolha! (I)  
14.00 Jornal das Duas  
14.30 Agora, Escolha! (II)  
15.30 Recreio do 2  
16.40 As Aventuras de Black Beauty  
17.00 O Melhor dos Mundos  
17.50 Clip-Club  
18.20 Eterno Feminino  
19.20 Dramazine  
19.50 Estilo Britânico  
21.00 Jornal das Nove  
21.35 Acerto de Contas  
22.35 Teatro - «A Guerra das Rosas - Henrique IV»

#### Terça, 14

##### Canal 1

07.30 Bom Dia  
09.30 Rua Sésamo  
10.00 Bom Dia  
11.05 Passerelle  
12.05 Culinária  
12.20 Lua Cheia de Amor  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 O Futuro  
14.00 Brinca Brincando  
14.35 Charlie Chan e a Maldição da Rainha  
(ver «Filmes na TV»)  
16.10 Ponto por Ponto  
17.10 Brinca Brincando  
17.40 Rua Sésamo  
18.10 Riviera  
19.30 Telejornal  
20.20 Rainha da Sucata  
21.20 As Causas da Justiça  
22.15 Primeira Página  
23.10 Carol & Companhia  
23.40 24 Horas  
00.15 Remate

##### Canal 2

09.00 Videotexto  
12.05 California Show  
12.20 Curso de Alemão  
12.35 O Fantocheiro Mágico  
12.50 Filhos e Filhas  
13.15 Agora Escolha! (I)  
14.00 Jornal das Duas  
14.30 Agora, Escolha! (II)  
15.30 Recreio do 2  
17.00 O Livro dos Recordes  
17.30 Tribunal de Juri  
17.50 Clip Club  
18.30 Eterno Feminino  
19.30 Cinemazine  
20.00 A Caminho de Barcelona  
21.00 Jornal das Nove  
21.35 1000 Imagens  
22.15 O Acto da Primavera  
(ver «Filmes na TV»)  
00.55 Pop Off

#### Quarta, 15

##### Canal 1

07.30 Bom Dia (I)  
09.30 Rua Sésamo  
10.00 Bom Dia (II)  
11.15 Passerelle  
11.40 Jogo de Cartas  
12.00 Notícias  
12.05 Culinária  
12.20 Lua Cheia de Amor  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 Paragem no Tempo  
14.00 Brinca Brincando  
14.35 O Lutador da Rua  
(ver «Filmes na TV»)  
16.20 Tu Cá, Tu Lá  
17.05 Brinca Brincando  
17.35 Rua Sésamo  
18.10 Riviera  
18.45 Roda da Sorte  
19.30 Telejornal  
20.20 Rainha da Sucata

21.15 Vamos Jogar no Totobola  
21.35 Roxanne  
(ver «Filmes na TV»)  
23.15 24 Horas  
23.50 Remate

##### Canal 2

09.00 Videotexto  
12.00 2020 - Polícias em Acção

12.25 Curso de Inglês  
12.35 O Fantocheiro Mágico  
12.50 Filhos e Filhas  
13.15 Agora, Escolha!  
14.00 Jornal das Duas  
14.30 Agora, Escolha!  
15.30 Recreio do 2  
16.30 O Caminho das Estrelas  
17.30 Mulheres no Mundo  
17.55 Clip-Club

18.20 Eterno Feminino  
19.00 Futebol - Barcelona-Benfica  
21.00 Jornal das Nove  
21.35 Carlos Cruz: «Quarta-feira»  
22.45 Tentações  
23.35 Especial Desporto - Futebol

### Filmes na TV



A herdeira e o repórter, no autocarro. Uma cena fundamental de «Uma Noite Aconteceu», de Frank Capra.

**Os saqueadores**  
«Ravagers», (EUA/1979). Realização de Richard Compton. Interpretação de Richard Harris, Ann Turkel, Art Carney, Ernest Borgnine. Cor, 87 minutos.

Um excelente naipe de intérpretes e os ingredientes da aventura, apimentados por um ambiente de ficção e transportados para um mundo à beira da desertificação por um (talvez) apocalipse planetário, transmitem ao filme o carácter de entretenimento e acção que agarram o espectador, mas não mais do que isso. Realizado em 1979, a acção passa-se em 1991... Lagarto, lagarto, afinal já estamos em 1992, as coisas vão mal, mas não a esse ponto... Haja calma.

Quinta, 14.35, Canal 1

**Lábios que Sangram**  
«I Walk Alone», (EUA/1947). Realização de Byron Kaskin. Interpretação de Burt Lancaster, Lizabeth Scott, Kirk Douglas, Wendell Corey, Kristine Miller. Cor, 94 minutos.

Mais um exemplar (este, apenas razoável) do ciclo do «filme negro» e, de novo, uma história de vingança provocada pela traição da amizade e do amor. Um preso, cumprida a sentença na prisão, regressa ao mundo exterior e ao confronto com ex-companheiros da cena do crime, agora bem instalados na vida: uma capa legal para a actividade criminosa, que continua. Um filme particularmente forte, com uma brilhante dupla que haveria de fazer mais filmes que marcaram o género: Burt Lancaster e Kirk Douglas.

Quinta, 23.00, Canal 2

**Vítimas do Divórcio**  
«Bill of Divorcement», (EUA/1932). Realização de George Cukor. Interpreta-

ção de John Barrymore, Katherine Hepburn, David Manners, Henry Stephenson. P/B, 72 minutos.

É a estreia de uma grande actriz no cinema, Katherine Hepburn, na companhia de um impressionante John Barrymore e dirigidos por um dos maiores entre todos: George Cukor. O argumento, escrito a partir de uma peça de teatro de Clemence Dane, foca a história de um homem que, regressando a casa após um longo internamento numa instituição psiquiátrica, conhece pela primeira vez a filha e é surpreendido pelo divórcio e próximo casamento da sua mulher. Um excelente melodrama, mais uma vez desbaratado pela RTP num horário inconcebível.

Sexta, 14.35, Canal 1

**A Caravana da Coragem**  
«The Ework Adventure: Caravan of Courage», (EUA/1984). Realização de John Korty. Interpretação de Eric Walker, Warwick Davis, Fionulla Flanagan, Guy Boyd, Aubree Miller, Dan Frishman. Cor, 95 minutos.

O argumento deste telefilme parte de uma história de George Lucas. Os simpáticos «Ework», já os conhecemos de «O Regresso de Jedi». E tudo se desenrola, como não podia deixar de ser, num longínquo planeta, com as aventuras mirabolantes de dois miúdos para salvar os pais das garras de um tenebroso monstro. É uma seqüela da «Guerra das Estrelas», agora empurrada para o tamanho mais caseiro (mas insuficiente) da caixa televisiva.

Sexta, 21.25, Canal 1

**Sepultado Vivo**  
«Premature Burial», (EUA/1961). Realização de Roger

Corman. Interpretação de Ray Milland, Hazel Court, Richard Ney, Heather Angel, Alan Napier. Cor, 78 minutos.

O próprio título já diz muito. Mas os castelos e a névoa, os túmulos e os ranger-de-portas, a música arripiante e os guinchos dos morcegos (para não falar do «inquietante» Ray Milland), dizem o resto... É uma noite de verdadeiro e clássico terror, mais uma incursão de Roger Corman, bom artífice do género, pelo universo de Allan Poe. Próprio para quem não ficar com «pele de galinha»...

Sexta, 00.55, Canal 1

**Uma Noite Aconteceu**  
«It Happened One Night», (EUA/1934). Realização de Frank Capra. Interpretação de Clark Gable, Claudette Colbert, Walter Connolly, Roscoe Karns, Alan Hale. P/B, 101 minutos.

Em época de Óscares, que dizer deste filme de Capra, o primeiro a arrancar nada menos que cinco? Que vai entreter, às maravilhas, esta tarde de Sábado, com a história de uma rica herdeira (Claudette Colbert) fugindo de casa do pai para casar com um aviador, e que no trajeto da fuga se cruza com um jornalista (Clark Gable) pelo qual subitamente se apaixona. Mas, tal como deve ser nas comédias românticas, eis que, por falta de confiança no tal jornalista, ela decide regressar à primitiva ideia de casar com o aviador. E eis senão quando é o próprio pai que a aconselha a abandonar a cerimónia do casamento para, numa nova reviravolta, voltar para os braços do repórter. O autocarro de província e as «muralhas de Jericho» ficaram lendários no cinema. É Capra, do melhor!

Sábado, 14.10, Canal 2

**Homem Certo, Precisa-se**  
«Making Mr. Right», (EUA/



1987). Realização de Susan Sidelman. Interpretação de John Malkovitch, Ann Magnuson, Glenna Headly, Ben Masters, Laurie Metcalf. Cor, 94 minutos.

Numa semana que começa com comédias e ficção científica, aqui está mais uma em que coabitam os dois géneros. Nesta, um andróide algo sofisticado apaixonou-se por uma profissional de relações públicas e transforma-lhe a vida por completo. Boa interpretação de John Malkovitch num filme não totalmente conseguido da realizadora Susan Sidelman.

Sábado, 16,20, Canal 1

**A Seita do Mal**

«The Believers», (EUA/1987). Realização de John Schlesinger. Interpretação de Martin Sheen, Helen Shaver, Harley Cross, Robert Loggia, Elizabeth Wilson. Cor, 110 minutos.

Ecá está o terror e a violência, de novo! Já não bastavam, à RTP, algumas segundas-feiras «pela noite dentro»? A cargo de um especialista na manipulação da técnica e do espectador, para a criação de ambientes de suspense e de sangue, o filme conta a história de um viúvo que vem viver para Nova Iorque com o seu filho e se vê envolvido nos cultos religiosos de uma tenebrosa seita. Mas que dizer de um filme que, logo na primeira cena, mostra uma criança a presenciar a electrocução da mãe!?

Sábado, 23,20, Canal 1

**Os Mais Ferozes do Oeste**

«The Apple Dumpling Gang», (EUA/1974). Realização de Norman Tokar. Interpretação de Bill Bixby, Susan Clark, Don Knotts, Tim Conway, David Wayne. Cor, 96 minutos.

As aventuras «à Estúdios Disney» de três orfãos e um pistoleiro no Oeste. Uma comédia sofrível, mas que, pelos vistos, pegou, já que nova sequência foi realizada quatro anos depois, com as mesmas paragens, tema e intérpretes.

Domingo, 14,40, Canal 1

**Oito Vidas Por Um Título**

«Kind Hearts and Coronets», (G.Br/1949). Realização de Robert Hamer. Interpretação de Alec Guinness, Dennis Price, Valerie Hobson, Joan Greenwood. P/B, 102 minutos.

Ele é padre, banqueiro, duque, almirante, general, etc., etc., etc. Ele é Alec Guinness, insuperável na pele de oito aristocratas-ingleses-oito, que (no seu papel de «candidato» a duque) vai matar um a um para poder ter acesso a uma fortuna que entende-lhe dever tocar, por ser filho das aventuras de uma lady britânica com o seu pai, um cantor italiano. E para que esta hilariante comédia seja bem negra, o filme acaba com Guinness a ser preso por um crime de que, afinal, não foi autor...

Domingo, 23,00, Canal 2

**Estação Términus**

«Indiscretion of an American Wife», (EUA/It/1953). Realização de Vittorio DeSica. Interpretação de Jennifer Jones, Montgomery Clift, Gino Cervi, Richard Breymer. Cor, 94 minutos.

História dos amores furtivos de uma americana e do seu amante e dos encontros secretos numa estação de caminhos-de-ferro de Roma. Espécie de «Breve Encontro» à italiana, este melodrama completamente falhado de DeSica foi restaurado em 1983 com o título original «Terminal Station», que deu origem ao título português.

Segunda, 14,35, Canal 1

**Cinema**

	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
<b>A</b> Buggy	★★	—	★★
<b>B</b> JFK	★★	—	★★
<b>C</b> Mulheres do Sul	★★	—	★★★
<b>D</b> O Cabo do Medo	★★★★	—	★★★★
<b>E</b> Uma Luz na Escuridão	★★	—	—

**Classificação de ★ a ★★★★★**

- A — Real. Barry Levinson — Alfa/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Amoreiras/4 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Fonte Nova/1 (14.45, 17.00, 19.15, 21.45), Quarteto/2 (14.15, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — Lisboa.
- B — Real. Oliver Stone — Amoreiras/5 (14.00, 17.45, 21.30), Quarteto/3 (14.15, 18.00, 22.00) — Lisboa.
- C — Real. Jon Avnet — Alfa/Clube (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Amoreiras/3 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Mundial/3 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45), S. Jorge/2 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Star (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- D — Real. Martin Scorsese — Alfa/4 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Amoreiras/6 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Fonte Nova/3 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30), Mundial/2 (14.15, 16.45, 19.15) — Lisboa.
- E — Real. David Seltzer — Amoreiras/9 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Las Vegas (15.15, 18.30, 21.30), Londres (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.

**De Quem é a Vida, Afinal?**

«Whose Life Is It Anyway?», (EUA/1981). Realização de John Badham. Interpretação de Richard Dreyfuss, John Cassavetes, Christine Lahti, Bob Balaban. Cor, 118 minutos.

A peça homónima de Brian Clark (um dos argumentistas) foi um êxito público e o filme de John Badham resultou numa excelente adaptação ao cinema da história, dramática mas pontuada de alguns momentos de humor negro, de um famoso escultor remetido para a total imobilidade provocada por um desastre de automóvel que o tornou paralítico. Richard Dreyfuss tem um excelente desempenho na personagem de um homem que se interroga sobre a impossibilidade de pôr termo à vida, brilhantemente acompanhado por outros intérpretes, entre os quais avulta John Cassavetes.

Segunda, 00,40, Canal 1

**Charlie Chan e a Maldição da Rainha**

«Charlie Chan and The Curse of The Dragon Queen», (EUA/1981). Realização de Clive Donner. Interpretação de Peter Ustinov, Lee Grant, Angie Dickinson, Richard Hatch, Brian Keith, Michelle Pfeiffer. Cor, 97 minutos.

Quem se lembra da especial atmosfera dos filmes do brilhante detective não suportará certamente esta desastrosa adaptação ao jeito das comédias slapstick. Um excelente naipe de actores e atrizes totalmente desperdiçado num filme para esquecer.

Terça, 14,35, Canal 1

**O Acto da Primavera**

(Port/1962). Realização de Manoel de Oliveira. Interpretação de Nicolau da Silva, Ermelinda Pires e o povo da Curalha. Cor, 94 minutos.

Terça, 22,00, Canal 2

**O Lutador da Rua**

«Hard Times», (EUA/1975). Realização de Walter Hill. Interpretação de Charles Bronson, James Coburn, Jill Ireland, Strother Martin, Maggie Blye. Cor, 97 minutos.

É a estreia de Walter Hill, como

realizador. Um filme violento, com dois grandes «duros» do cinema, numa história urbana que nos transporta aos anos 30 de Nova Orleães.

Quarta, 14,35, Canal 1

**Roxanne**

«Roxanne», (EUA/1987). Realização de Fred Schepisi. Interpretação de Steve Martin, Daryl Hannah, Rick Rossovich, Shelley Duval, John Capelos. Cor, 107 minutos.

Para a realização deste filme,

Fred Schepisi foi buscar o seu argumento a uma adaptação livre e actualizada para os nossos tempos da peça clássica «Cyrano de Bergerac», de Ronstand. Aqui, o herói de proeminente nariz (Steve Martin) é um chefe de bombeiros que se apaixonou por uma bela menina (Daryl Hannah) que, ao sair de casa para chamar o gato, deixa o roupão entalado na porta... Hesitando entre as propostas de amor do chefe dos bombeiros e de um outro colega do primeiro (Rick Rossovich), Roxanne começa por render-se ao ardor da amorosa missiva que julga ter sido escrita por este. Mas, desfeito o equívoco, a agradável comédia acaba por ver a heroína decidir-se pelo seu «Cyrano».

**TEATRO**

**ESTRELA 60**

Rua de St. António à Estrela, 60. 6ª e sáb. às 21.30, dom. às 16.00. DA VIDA DOS PÁSSAROS, de João Silva, produção de O Bando.

**PALÁCIO RIBAMAR**

Algés (antigo casino, frente ao jardim). 6ª e sáb. às 21.30, dom. às 16.30. CABARET DO PRAZER E DA MEMÓRIA, encenação de Armando Caldas, música de Carlos Alberto Moniz, pelo Intervalo - Grupo de Teatro.

**TEATRO DO BAIRRO ALTO**

Rua Ten. Raul Cascais, 1-A. Tel. 3961515. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. ANTES QUE A NOITE VENHA, de Eduarda Dionísio, encenação de Adriano Luz.

**TEATRO CINEARTE**

Lg. de Santos, 2. Tel. 3965360. Sáb. e 2ª às 21.30, dom. às 17: PLAY IT AGAIN, SAM, de Woody Allen, encenação de Helder Costa. 3ª às 22.00 na Sala Grande, 6ª às 24 no Cinearte-Café: PRANTO DE MARIA PARDA, de Gil Vicente, versão de Maria do Céu Guerra; 4ª, 5ª e 6ª às 21.30: UMA FLORESTA DE ENGANOS, de Gil Vicente; Sáb. e 2ª às 24.00, dom. às 21.30: MIRIVAL, de Ralph Talbot (Produções de A Barraca)

**TEATRO DA COMUNA**

Pç. de Espanha. Tel. 7260818. Sala 1: de 2ª a sáb. às 21.30, dom. às 17: MÁ SORTE TER SIDO PUTA, de John Ford, encenação de João Mota. Café-Teatro: sáb. às 24.00, II FESTIVAL DA OTITE, de Carlos Paulo, encenação de João Mota.

**TEATRO DA GRAÇA**

Travessa de S. Vicente, 11. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. ESTRELAS NA MANHÃ, de Alexandre Galine, encenação de José Wallenstein.

**TEATRO MIRITA CASIMIRO**

Av. Fausto de Figueiredo, Monte Estoril. Tel. 4670320. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. LA NONNA, de Roberto Cossa, encenação de Carlos Avilez, pelo Teatro Experimental de Cascais.

**TEATRO NACIONAL D. MARIA II**

Rossio. Tel. 3472246. De 3ª a sáb. às 20.30, dom. às 16. PASSA POR MIM NO ROSSIO, texto e encenação de Filipe La Féria.

**TEATRO S. LUÍS**

Sala Estúdio, Rua António Maria Cardoso. Tel. 3471279. 5ª, 6ª e sáb. às 19.30. NÁPOLES MILIONÁRIA, de Eduardo de Filippo, encenação de Mário Viegas (Companhia de Teatro do Chiado)

**TEATRO DA TRINDADE**

Rua Nova da Trindade. Tel. 3420000. De 5ª a dom. às 19.15: O SOLÁRIO, de Fernando Augusto, encenação de Carlos Cabral; de 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16: DINIS E ISABEL, de António Patrício, encenação de Mário Feliciano.

**TEATRO VILLARET**

Av. Fontes Pereira de Melo, 90-A. Tel. 538586. De 3ª a dom. às 21.00, dom. também, às 16. QUEMMUDA A FRALDA À MENINA?, de Francisco Ors, encenação de Armando Cortez.

**PALAVRAS CRUZADAS**

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
1															
2															
3															
4															
5															
6															
7															
8															
9															
10															
11															
12															
13															

**Horizontais:** 1 — Boas; membro da Companhia de Jesus; 2 — Círculos; conquistar; em maior quantidade; 3 — frequente; silenciosas; salutaras; 4 — aspecto; laço apertado; prep.; Índio (símb.); Gálio (símb.); 5 — sobrecasaca; pregador; 6 — segurava-se pelas gavinhas; profissão de fé; 7 — chamamento ao telefone; a perfeição suprema; Mãe da Virgem Maria; 8 — capa de irmandade; enfeitou; centro do nosso sistema planetário; 9 — mofa; cheiro; orquestra de estudantes; Titânio (símb.); 10 — desta maneira; começo de noivado; hastes flexíveis com que se despedem flechas; 11 — ermida fora do povoado; jarro de boca estreita; 12 — este pode ser da velha ou fris; servir prontamente; apiácea de aplicação culinária; 13 — santo; idolatrassem, grande vaso de barro usado nos banquetes romanos para a mistura de vinhos.

**Verticais:** 1 — Porco selvagem; ermidas fora dos povoados; 2 — enfurecera; boi sagrado dos egípcios; batráquio; 3 — animal sagrado a que os egípcios davam o nome de Apis; formosa; tamanco; 4 — Ósmio (símb.); grande rio africano; metal precioso; 5 — vestimenta usada sobre a armadura dos cavaleiros; consciência (fig.); 6 — fruto da ateira; sófrego; médico dinamarquês, prémio Nobel da Medicina; 7 — cabedal; decorava; 8 — terreno inculto com plantas agrestes; Érbio (símb.); vogal no pl.; 9 — pedra esverdeada e dura de adorno; canções; 10 — pertencida; rodeou; reze; 11 — tratamento dado aos soberanos em França; liguem; 12 — a unidade; coisa nenhuma; canção; 13 — dirigias-te; qualidades; musa da história; 14 — nome de homem; macaco nocturno americano; Chumbo (símb.); 15 — cozinha; capital europeia.

**Solução do número anterior**

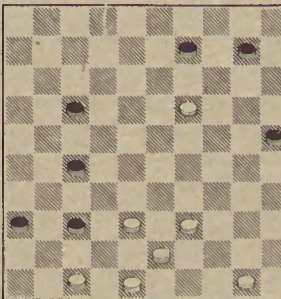
**Horizontais:** 1 — Madeira; Coloane; 2 — ouro; algar; Ural; 3 — teu; apa-reça; adi; 4 — is; eras; soma; aa; 5 — traz; são; 6 — oras; Sud; stop; 7 — arem; donas; ovil; 8 — Sam; novenas; açã; 9 — sebe; ato; Euro; 10 — move; sana; 11 — em; mato; mera; ar; 12 — nós; dalmata; iró; 13 — orada; ais; Sofia.

**Verticais:** 1 — motim; ás; feno; 2 — ares; oras; mor; 3 — dou; tremem; sã; 4 — eu; eram bom; 5 — aras; Nevada; 6 — rapaz; dó; ETA; 7 — alas; sova; ola; 8 — gr.; luneta; mi; 9 — cães; dano; mas; 10 — orcos; Sá; Set; 11 — amas; searas; 12 — ou; aoto; una; 13 — ara; sovara; If; 14 — nada; Pico; ari; 15 — Elias; lá; broa.

**DAMAS**

CCCL - 9 de Abril de 1992  
Proposição Nº 1992D030  
Por: Chkilkine - URSS 1972

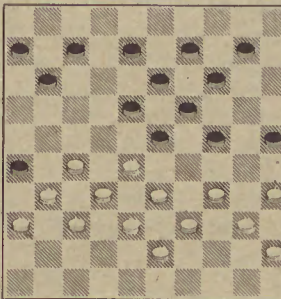
Pr.: [7]: 9-10-17-25-27-36-37  
Br.: [7]: 19-38-39-43-47-48-50



Branças jogam e ganham [6T]

Proposição Nº 1992D030  
Por: Vieules - Carcassonne, 1978

Pr.: [14]: 6-7-8-9-10-11-13-14-18-19-23-24-25-26  
Br.: [14]: 27-28-31-32-33-34-35-36-37-38-39-40-43-45



Branças jogam e fazem Dama

**SOLUÇÃO DO Nº CCCL**

Nº 1992D029 [Ch]: 1. 48-42!, (37x48=D); 2. 47-41, (36x47=D); 3. 19-14!!; (47x44); 4. 9x3! = D; (48x39); 5. 3x30! (25x34); 6. 50x30!+  
Se 4. ... (48x34...); 3x1 ou 2+

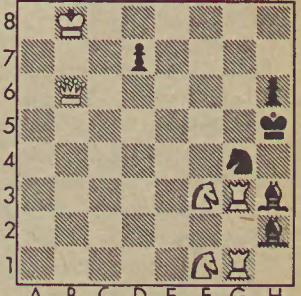
Nº 1992D030 [V]: 1. 34-30, (25x34); 2. 40x20, (14x25); 3. 33-29, (23x34); 4. 39-30, (25x34); 5. 27-21, (26x17); 6. 28-22, (17x28); 7. 32x5=D

A. de M. M.

**XADREZ**

CCCL - 9 de Abril de 1992  
Proposição Nº 1992X029  
Por: V. Líder  
Recomendado: 3º Concurso Diagrammes, 1975

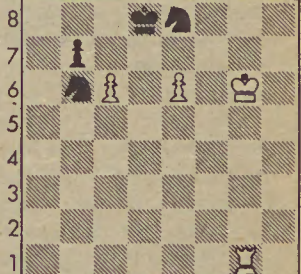
Pr.: [6]: Ps d7, h6 - Cg4-Bs.h2, h3-Rh5  
Br.: [6]: Csf1, f3-Tsg1, g3-Db6-Rb8



Mate em 2 lances

Proposição Nº 1992X030  
Por: J. Fritz  
Tijebchrift, 1951

Pr.: [4]: Pb7-Csb6, e8-Rd8  
Br.: [4]: Psc6, e6-Tg1-Rg6



Branças jogam e ganham

**SOLUÇÃO DO Nº CCCL**

Nº 1992X029 [VL]: 1. Db1! [Df5++]  
1. ... Cc5; 2. T: h3++  
1. ... Cjga; 2. Dg6++  
1. ... B:g3+, 2. C:g3++

Nº 1992X030 [JF]: 1. Td1!+, Rç8; 3. Td8!+, R:d8; 4. ç:b7, Cd7; 5. é 7++  
[Se: 1. ... Réf; 2. ç:b7 Se: 1. ... Rç7, 2. Rçf, 2. Rf7, Cd6+, 3. Tid6!, Red8, 4. é 7!]

A. de M. M.

**Tempo**

No sábado, céu pouco nublado, temporariamente muito nublado a norte do cabo Carvoeiro, com ocorrência de chuviscos. Vento em geral fraco, neblina ou nevoeiro matinal, pequena subida de temperatura.

No domingo, céu pouco nublado ou limpo, vento geralmente fraco, neblina ou nevoeiro matinal.





## ÚLTIMAS

# a talhe de FOICE

## Que alternativa?

Os diversos processos eleitorais que decorreram e que cinda estão em curso na Europa têm abalado os protagonistas da política neste velho mundo. Muitos terão já chegado à conclusão de que o muro caído em Berlim e a derrocada do sistema socialista, a Leste, não vieram apenas abrir um caminho político de facilidades a um capitalismo triunfante, mas que os próprios gestores dos regimes ganhadores se encontram em dificuldades.

Não falando no caos que progressivamente se vem instalando nos países onde o socialismo foi derrubado, onde aos problemas económicos, sociais e culturais se vieram somar agressivas situações de guerras intestinas e, é claro, as tremendas dificuldades políticas que revelam não ser fácil instituir a contra-revolução, no ocidente são mais os espinhos que as rosas no terreno da política. Hoje mesmo se vai concluir, dentro das urnas britânicas, uma fase da intensa luta política que se veio desenvolvendo nas últimas semanas. Com os conservadores a verem perder nas sondagens o lugar cimeiro que há muitos anos detêm no Reino Unido, com os trabalhistas a subirem na consideração popular, à beira de ganharem o poder de que têm estado arredados, com o qual irão ter - se vencerem - um trabalho para reporem, pelo menos, os direitos sociais do povo, arrebatados pela política neoliberal da senhora Thatcher, prosseguida pelo seu continuador John Major, e para «resolverem» a crise que se instalou mercê dessa mesma política tão gabada por Cavaco.

Em França, entretanto, o panorama saído das últimas eleições regionais não foi famoso. Se o Partido Socialista Francês deu um tombo vertical não compensado por uma subida à sua esquerda, a chamada «direita tradicional» não arrecadou a parte do bolo perdida pelos seguidores de Mitterrand. Quem levantou a cabeça uma vez mais foi a extrema direita, com Le Pen brandindo o espectro terrorista de vir a pesar significativamente na política do país. Em Itália, entretanto, a maioria congregada em torno da democracia cristã, acusada de todos os escândalos - não sendo o menor deles as suas alegadas ligações à Máfia - foi um ar que lhe deu. O «pentapartido», coligação assim denominada por reunir cinco partidos que durante os últimos anos formaram maioria na Itália, somando aos democratas cristãos os socialistas de Craxi e outros, não obteve resultados que lhes facilitem a tarefa de formar governo. Diz-se agora que a perspectiva é o aliciamento dos ex-comunistas alinhados com Ochetto, no PDS, o antigo PCI. Os resultados dos refundadores comunistas ainda não são suficientemente significativos para pesarem politicamente numa solução.

Entretanto, quais são as perspectivas? Se os trabalhistas ganharem na Grã-Bretanha, a pequena inflexão política à esquerda que certamente empreenderão não dá garantia de verdadeira mudança. O que normalmente fazem é gerirem o capitalismo contraditoriamente às declarações populistas com que convencem um eleitorado farto de exploração e desiludido com as promessas da direita. É porem a casa em ordem no âmbito financeiro para que a direita possa mais tarde aproveitar-se melhor de uma situação economicamente mais favorável. Na França, as perspectivas são sombrias, avolumando-se no horizonte o espectro de um regime autoritário. Se não for pior. Com um partido socialista enfraquecido por ter praticado, em nome da esquerda, uma política favorável ao grande patronato, e uma direita que se neste momento se não apoia em Le Pen, não dá garantias de o não vir a fazer. Na própria Alemanha, a subida dos neonazis, se parece assustar a direita tradicional, não deixa de constituir uma ameaça - a de arrastar consigo políticos e clientes da CDU.

Na Itália, aguardam-se os negócios políticos entre o PDS dos ex-comunistas ou os neofascistas do MSI. Se um negócio é pior do que o outro, não deixa de ser verdade que a entrada do PDS na área do poder - há que anos andam eles a mendigar isso - não constitui uma verdadeira alternativa à política de direita. Porque, do que se trata, na Europa e no mundo capitalista, é de uma alternativa. Os jogos da alternância entre as várias famílias que têm governado o ocidente não resolveram nenhum dos grandes problemas que o capitalismo coloca e desenvolve. Levaram à situação que aí está.

■LM

## CDU apresenta candidatos à Assembleia Metropolitana de Lisboa

A lista da CDU candidata à Assembleia Metropolitana de Lisboa foi ontem à noite apresentada num hotel de Lisboa durante o Encontro de eleitos em órgãos autárquicos da Área Metropolitana de Lisboa, onde foram debatidas algumas linhas de intervenção estratégica dos eleitos da CDU e no qual participou Luís Sá, membro da Comissão Política do PCP.

A lista apresentada pela CDU é encabeçada por Hélder Madeira, membro do PCP, presidente da Assembleia Municipal do Barreiro e da Assembleia Distrital de Setúbal.

A lista inclui 39 nomes, todos membros de Assembleias Municipais, seguindo-se a Hélder Madeira o nome de João Amaral, deputado e presidente da Assembleia Municipal de Lisboa; Rui Paixão (Barreiro) coordenador da União dos Sindi-

catos de Setúbal; Helena Bastos (Lisboa); Álvaro Saraiva (Montijo) do Partido Ecologista «Os Verdes»; Conceição Morais (Sesimbra); Gilberto Lindim Ramos (Loures) da Intervenção Democrática; Manuel Veiga, presidente da Assembleia Municipal de Loures e membro do Conselho Geral da Associação Nacional dos Municípios Portugueses; Joaquim Matias (Barreiro) e Armino Dias (Almada) do PRD.

Nos lugares seguintes estão José Tavares (Lisboa), Manuel Reis (Moita), Modesto Navarro (Lisboa); Graciana Parente (Almada), Cortês Pinto (Sintra), Rogério Palma Rodrigues (Setúbal), Joaquim Marques (Amadora), Álvaro Costa (Alcochete), António Gomes da Costa (Palmela) e Francisco Mirão (Oeiras).

## Plenário na Atalaia Festa a construir-se e EP a chegar

Ouvir opiniões, sugestões e críticas e ao mesmo tempo transmitir a quem está mais ligado à construção da Festa do «Avante!» o balanço que já é possível fazer da preparação da edição deste ano foram as razões que levaram a direcção da «festa!» a promover um plenário na Atalaia, no passado fim-de-semana, onde estiveram cerca de 100 camaradas, directamente ligados ao trabalho de construção político-cultural.

Três horas de animado debate que levantaram questões como a importância da revalorização da EP, a entrada permanente na «festa!», sobretudo com título de solidariedade para com a Festa do «Avante!» - a compra antecipada da EP é a forma de assegurar a qualidade, senão a própria realização, desta importante iniciativa dos comunistas portugueses.

A este propósito poderemos dizer que já para a semana poderemos apresentar no «Avante!» o fac-simile da entrada permanente na «festa!» de 1992, cuja comercialização começará a ser efectuada dentro de algumas semanas.

Outro aspecto largamente debatido no plenário da Atalaia foi a questão da rentabilização das jornadas de trabalho, eliminando tempos mortos que por vezes acontecem, para melhor aproveitar a generosidade das centenas de pessoas que anualmente são voluntárias para ajudar a construir aquela «cidade dos três dias» que em Setembro receberá centenas de milhar de pessoas. Há que efectuar um melhor planeamento do

trabalho, quer organizando jornadas de trabalho cujo objectivo seria a concretização de uma determinada obra, quer recolhendo atempadamente dados sobre as aptidões específicas de cada camarada, tarefa para a qual será decisivo o contributo das Organizações Regionais do PCP que enviam grupos de voluntários.

Diga-se que, anteriormente, a segunda Reunião Nacional da Festa do «Avante!» havia já decidido a concretização de uma primeira jornada de trabalho, de carácter geral, para os próximos dias 16 e 17 de Maio, embora decorram já jornadas específicas, como sucedeu no próprio dia em que se realizou este Plenário,



Gente directamente ligada ao trabalho de construção da «festa» esteve reunida na Atalaia

pois enquanto decorria a discussão estava ao mesmo tempo uma brigada de pedreiros oriundos do Barreiro a trabalhar em obras de acabamento em sanitários.

Fortalecer valores próprios da «festa!», (fraternidade, espírito colectivo, camarada-

gem) proporcionados pelo trabalho na sua construção, tomar medidas de poupança e melhor entabulação de recursos, melhorar a sinalização no terreno e melhorar as medidas de prevenção de acidentes de trabalho foram outros temas debatidos.

## CGTP aponta objectivos para o 1.º de Maio

Mostrar as contradições entre o discurso do Governo e a realidade social do País, reafirmar as reivindicações que têm defendido e enquadrá-las no contexto da Comunidade Europeia são objectivos apontados pelo Conselho Nacional da CGTP para as comemorações deste ano do Dia do Trabalhador. O órgão dirigente da central, que esteve reunido na semana passada no Seixal, sublinhou a necessidade de uma forte participação dos trabalhadores nas iniciativas do 1º de Maio, como disse à Lusa Manuel Carvalho da Silva.

Na reunião, que decorreu na Sociedade Timbre Seixalense durante a tarde de 31 de Março e todo o dia 1 de Abril, foi feito um alerta para a situação do sector agrícola e da indústria transformadora, onde muitas empresas podem ainda encerrar por não ser feita em devido tempo a modernização necessária.

Analisando as movimentações laborais dos últimos meses, o CN da CGTP verificou que a conflitualidade tem aumentado a par de uma crescente ofensiva do Governo e do patronato contra os direitos dos trabalhadores e o cres-

cimento dos salários reais.

O facto de não ter assinado o acordo da Concertação fez aumentar a representatividade da CGTP junto dos trabalhadores, segundo um estudo recentemente divulgado pela Comissão Executiva da CGTP e que teve por base as eleições para comissões de trabalhadores de 14 empresas, realizadas no primeiro trimestre deste ano. Antes da assinatura do acordo pelo Governo, as associações patronais e a UGT, votaram em listas unitárias, 64 por cento dos trabalhadores, percentagem que foi de 73,6 no período posterior à cerimónia.

Uma delegação da CGTP participa no 42º Congresso da CFDT francesa, que decorre de 7 a 10 de Abril em Paris - revelou o Departamento de Informação da CGTP.

Nos dias 3 e 4 de Abril realizou-se em Évora um seminário inter-regional, promovido pela CGTP para debater os problemas das regiões transfronteiriças, com a participação de sindicalistas portugueses e espanhóis, responsáveis das estruturas regionais do Alentejo, Algarve, Estremadura e Andaluzia.

## Seca no Parlamento Europeu

As consequências da seca em Portugal foram motivo para a entrega no Parlamento Europeu (PE) de uma proposta de Resolução, com pedido de inscrição no debate sobre questões actuais, urgentes e muito importantes, foi entregue esta semana pelos deputados Rogério de Brito, Joaquim Miranda da Silva e Sérgio Ribeiro em nome do Grupo Coligação de Esquerda.

A proposta de Resolução

pede a «disponibilização das medidas e dos apoios financeiros necessários para que os agricultores e cooperativas possam vencer as maiores dificuldades», apela à concessão de apoios especiais a autarquias e bombeiros para obras de captação de água e sua distribuição, pede os apoios necessários para acorrer a eventuais situações que ameacem a saúde pública, reclama a aceleração

do processo de avaliação e construção da barragem do Alqueva.

Nos considerandos desta faz-se um balanço dos prejuízos causados pela seca no nosso país e das dificuldades existentes para minorar essas consequências dos meses de estio, levando ainda em conta as medidas de apoio já anunciadas pela Comunidade.